



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
La COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NA ESCOLA PROFESSORA VICÊNCIA DA
CONCEIÇÃO NA CIDADE CABO DE SANTO AGOTINHO -PE**

Marcley de Almeida do Nascimento

Asunción, Paraguay

2019

MARCLEYDE ALMEIDA DO NASCIMENTO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL NA ESCOLA PROFESSORA VICÊNCIA DA
CONCEIÇÃO NA CIDADE CABO DE SANTO AGOSTINHO -PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Maestría en Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Asunción – Py, como requisito parcial para obtenção do grau de Master en Ciencias de la Educación.

Tutor: Dr. Torres González

Asunción, Paraguay

2019

Marcleyde Almeida do Nascimento

A inclusão de criança com deficiência na educação infantil na escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Orientador: Dr. Torres González

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2019.

Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação = 172p.

Palavras Chave: 1 - Educação Inclusiva 2 - Pessoa com Deficiência 3 - Educação Infantil 4- Prática Docente 5 - Formação .

M arcleyde Almeida do Nascimento

A INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL DA ESCOLA PROFESSORA VICÊNCIA DA CONCEIÇÃO
NA CIDADE CABO DE SANTO AGOSTINHO -PE

Esta Dissertação foi avaliada e aprovada em ___/___/___ para obtenção do título de
M aster en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA

DEDICATÓRIA

Primeiramente tenho a honra de dedicar esse trabalho a Deus, no qual me proporcionou toda sabedoria para que chegasse até aqui.

A G R A D E C I M E N T O S

Tenho o imenso prazer em agradecer a DEUS, por toda razão da minha vida, mesmo enfrentado tantas dificuldades, com momentos difíceis, mas ele me permitiu concluir o curso, no qual sempre engajei.

Aos meus filhos W hemerson, W hemilly, Helber e Maria Luiza presentes de Deus e fonte de inspiração na minha vida.

Ao meu marido Luiz Pereira pelo apoio em todos os momentos;

Minha família de modo geral que me ajudou nessa caminhada acadêmica, em especial minha mãe Maria, no qual é a fonte da minha expiração;

A instituição Municipal Professora Vicência da Conceição que abriu as portas para que minha dissertação obtivesse êxito.

A Universidad Autónoma de Asunción por nos permitir avançar em nossa carreira acadêmica.

Aos professores que estiveram comigo durante todo o curso de Mestrado contribuindo com o meu conhecimento.

Em especial ao meu orientador Dr. Torres Gonzalez por ter me orientado nesse caminho e contribuído com minha vitória.

Aos meus colegas de sala em que pude dividir grandes alegrias.

Aos meus amigos, em especial minha amiga Glicia e Genilson que esteve sempre me apoiando para seguir em frente.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	viii
Lista de siglas	ix
Lista de figuras	x
Lista de quadros	xi
Resumo	xii
Resumem	xiii
INTRODUÇÃO	1
MARCO TEÓRICO	6
1. O CONCEITO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE	6
1.1 As Teorias da inclusão educacional quanto ao desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência segundo Vygotsky e Mantoan	9
1.2. A pessoa com deficiência na definição de conceito, questão terminológica e contexto histórico	13
1.3. Historicidade da educação infantil.....	16
1.4. As políticas públicas nacionais voltadas para o processo de inclusão na educação infantil.....	19
2. A INCLUSÃO E A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO INFANTIL	22
2.1. A formação docente e o processo de inclusão para a educação infantil.....	25
2.2. Inclusão: as escolas e o Projeto Político Pedagógico	29
2.3. A importância da relação família e escola: juntas na educação inclusiva	32
2.4. Desafios e benefícios da criança com deficiência na modalidade infantil.....	36
MARCO METODOLÓGICO	44
3. METODOLOGIA	44
3.1. O Problema da pesquisa	46
3.2. Objetivos geral e específico	49
3.2.1. Objetivo geral.....	49
3.2.2. Objetivos específicos.....	49
3.3. Decisões Metodológicas: Enfoque e Desenho	50
3.3.1. Estudo de caso	52
3.4. Contexto da pesquisa.....	57
3.5. População Participante da Pesquisa	63

3.6. Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados	65
3.6.1. Técnica da entrevista	66
3.6.2. Questionário e Entrevista	67
3.6.3. Análise documental	69
3.6.4. Observação Participante	70
3.7. Validação dos Instrumentos	72
3.8. Procedimento da Pesquisa	73
3.9. Questões Éticas	76
DADOS E CONCLUSÕES	77
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	77
4.1. Análise das entrevistas através de categorias	78
4.2. Análise documental	101
4.3. Análise da observação participante	104
CONCLUSÕES	107
SUGESTÕES	114
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	120
ANEXOS	138

L I S T A D E T A B E L A S

T A B E L A N ° 0 1 – Crescimento das matrículas da creche e pré-escola.....	18
T A B E L A N ° 0 2 – Dados de matrículas de criança com deficiência na pré-escola.....	42
T A B E L A N ° 0 3 – Participantes da pesquisa	64
T A B E L A N ° 0 4 – Técnicas utilizadas	71

LISTA DE SIGLAS

- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- EJAI** – Educação de Jovens, Adultos e Idosos
- DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- ANU** – Assembleia das Nações Unidas
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- SDH** – Secretaria dos Direitos Humanos
- MEJ** – Ministério da Educação e da Justiça
- PNEDH** – Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos
- CRFB** – Constituição República Federativa do Brasil
- AAE** – Atendimento Educacional Especializado
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- RCNEI** – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PCN'S** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- EPD** – Estatuto da Pessoa com Deficiência
- INEP** – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- PNEI** - Política Nacional de Educação Infantil

LISTA DE FIGURAS

FIGURA N° 01 – A garantia do direito da Constituição de 1988	09
FIGURA N° 02 – Lev Vygotsky (1896-1934)	10
FIGURA N° 03 – Maria Teresa Egler Mantoan	12
FIGURA N° 04 – Políticas públicas nacionais voltadas para inclusão	19
FIGURA N° 05 – Práticas Inclusivas e seus benefícios	24
FIGURA N° 06 – Localização da Cidade Cabo de Santo Agostinho Mapa.....	58
FIGURA N° 07 -- Cidade Cabo de Santo Agostinho.....	57
FIGURA N° 08 – Espaço frontal da escola	60
FIGURA N° 09 – Espaço sala de aula	60
FIGURA N° 10 – Espaço sala de aula Educação Infantil IV	61
FIGURA N° 11 – Espaço sala de aula Educação Infantil V	61
FIGURA N° 12 – Biblioteca.....	62
FIGURA N° 13 – Espaço recreação desenvolvimento infantil.....	62
FIGURA N° 14 – Observação sobre a presença alunos com deficiência: sala Educação Infantil III “A”	139
FIGURA N° 15 – Sala Educação Infantil III “B”	139
FIGURA N° 16 – Sala Educação Infantil III “C”	140
FIGURA N° 17 – Sala Educação Infantil IV “A”	140
FIGURA N° 18 – Sala Educação Infantil IV “B”	141
FIGURA N° 19 – Sala Educação Infantil IV “C”	141
FIGURA N° 20 – Sala Educação Infantil V “A”	142
FIGURA N° 21 – Sala Educação Infantil V “B”	142
FIGURA N° 22 – Sala Educação Infantil V “C”	143

LISTA DE QUADROS

QUADRO N° 01 – Desenho da Pesquisa 56

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar os motivos da inexistência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE. A inclusão educativa significa oferecer oportunidade de estudo para todas as pessoas, sem distinção alguma. No que se diz respeito a essa temática abordamos para estudo desse contexto alguns autores Vygotsky, Mantoan, Torres Gonzalez e Carvalho. O problema que direcionou esse estudo embasou-se como influem a despreparação docente e falta de conhecimento da família sobre a Lei que acerca da educação inclusiva de criança com deficiência na educação infantil. Para assim analisar com precisão consequentemente responder aos objetivos e ao problema investigativo, apoderarmos o enfoque qualitativo como o meio de análise para obter os resultados, assim também adotamos como método o Estudo de caso para corroborar as características próprias e peculiares da referida escola. Assim, para completar esse enfoque, optou-se por uma pesquisa de análise tipo descritiva, na intenção de descrever as reais situações referentes à inclusão de crianças com deficiências na educação infantil. O foco principal é analisar a inexistência de alunos com deficiências na modalidade infantil. Os participantes desta pesquisa são todos os professores que atuam na educação infantil, gestores da situada escola e famílias que tem criança com deficiência de idade pré-escolar fora da escola. Os resultados estabelecidos pela análise qualitativa descritiva modelo estudo de caso possibilitaram demonstrar as contribuições da inclusão quando matriculado desde cedo, e quando estas crianças não são efetivadas no espaço escolar seus direitos estão sendo negado e excluído.

Palavras Chave: 1 - Educação Inclusiva 2 - Pessoa com Deficiência 3 - Educação Infantil 4- Prática Docente 5- Formação.

RESUMEM

El presente estudio tiene por objetivo analizar los motivos de la inexistencia de niño con discapacidad en la educación infantil de la Escuela Profesora Vicencia de la Concepción en la ciudad Cabo de San Agustín-PE. La inclusión educativa significa ofrecer una oportunidad de estudio para todas las personas, sin distinción alguna. En lo que se refiere a esta temática abordamos para estudio de ese contexto algunos autores Vygotsky, Mantoan, Torres González y Carvalho. El problema que orientó ese estudio se basó en cómo influyen la despreparación docente y falta de conocimiento de la familia sobre la Ley que acerca de la educación inclusiva de niño con discapacidad en la educación infantil. Para así analizar con precisión consecuentemente responder a los objetivos y al problema investigativo, apoderar el enfoque cualitativo como medio de análisis para obtener los resultados, así también adoptamos como método el Estudio de caso para corroborar las características propias y peculiares de dicha escuela. . Así, para completar ese enfoque, se optó por una investigación de análisis tipo descriptiva, en la intención de describir las reales situaciones referentes a la inclusión de niños con discapacidades en la educación infantil. El foco principal es analizar la inexistencia de alumnos con deficiencias en la modalidad infantil. Los participantes de esta investigación son todos los profesores que actúan en la educación infantil, gestores de la escuela y familias que tienen niños con discapacidad de edad preescolar fuera de la escuela. Los resultados establecidos por el análisis cualitativo descriptivo modelo estudio de caso posibilitar demostrar las contribuciones de la inclusión cuando matriculado desde temprano, y cuando estos niños no se efectúan en el espacio escolar sus derechos están siendo negados y excluidos.

Palabras Clave: 1 - Educación Inclusiva 2 - Persona con discapacidad 3 - Educación infantil 4 - Práctica Docente 5 - Formación.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “*A inclusão de criança com deficiência*” investigou a presença dessas crianças nas turmas de “*Educação Infantil*” na *Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho no estado de Pernambuco*.

A educação inclusiva é uma temática que vem sendo diversamente discutida nos últimos anos, trazendo a necessidade da sociedade a participarem das políticas públicas voltadas para este processo, uma vez que, está atrelada na ação transformadora política, cultural, social e pedagógica.

A garantia de acesso e permanência nas escolas comuns regulares significa um patamar imprescindível de cidadania para pessoa com deficiência. É a modalidade infantil de 0 a 5 anos e 11 meses, a etapa inicial da Educação Básica, onde possibilita o aluno a desenvolver a formação moral no sentido da responsabilidade, fomentam a interação em grupos sociais diversos, tendo em vista o desenvolvimento cognitivo, afetivo, pedagógico e social.

Nessa perspectiva, a inclusão escolar não significa desconsiderar as especificações educacionais de cada aluno. Pelo contrário, inclusão significa preservar os direitos dos alunos de frequentar as escolas comuns e atender às necessidades específicas para que cada aluno alcance seu pleno desenvolvimento (Batista, 2008 p. 121).

A inclusão é um processo importante, sendo preciso compreender que, incluir não é apenas encaminhar o sujeito para a escola, é necessário que todos envolvam e conscientize o papel de cada um.

Na educação infantil a inclusão veio revolucionar o sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes, que implicam mudança, preparação, atuação familiar, tornando o espaço escolar acessível e participativo. A Lei 9.394/96 garante a pessoa com deficiência o direito a ingressar nas salas de educação infantil com a intenção de integrar as demais crianças, eliminando todo tipo de discriminação existente na nossa sociedade, no entanto, é importante que as famílias conheçam os direitos de suas crianças e façam o uso dos instrumentos legais para garantir esses direitos. “Prevê a inserção escolar de forma

radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar a sala de aula regular” Mantoan, (2006, pp. 21-22).

A infância é um período de descobertas, realizações, desenvolvimento da imaginação e criatividade. Nessa fase a criança vivencia importantes momentos, adquirindo conhecimentos e experiências que a constituirão como sujeito. Sendo um momento tão importante na formação das crianças, cabe aos educadores o encaminhamento de vivências que sejam adequadas e possam contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e a construção de uma identidade positiva.

Trazer a necessidade de promover formação de professores que atuam na educação infantil, com a ênfase no processo de inclusão, possibilita formar professor crítico e comprometido com o ensino e aprendizagem de seus alunos. Professor que esteja preparado para trabalhar com a inclusão num contexto que aceite, valorize e discuta a diferença, compreendendo no que o ato de ensinar e estar comprometido em garantir o direito desse aluno, refletir na conscientização que aprendizagem é um desafio para ambos, tanto para o aluno com deficiência quanto ao professor.

Diante dessa temática a qual me dedico constantemente e como professora de uma turma do ensino educação infantil e anos iniciais, surgiu um desejo de aprofundar meus conhecimentos sobre os benefícios oferecidos pelo o processo de inclusão na educação infantil e, assim poder constatar as hipóteses acerca dessa temática tão debatida e estudada atualmente.

Esse trabalho visa mostrar os benefícios de inclusão de criança com deficiência na educação infantil, promovendo a construção da interação social e aprendizagem significativa das crianças. Quando falamos de desenvolvimento, precisamos lembrar-nos do desenvolvimento integral das crianças, ou seja, levar em conta sua totalidade. Com isso, abordamos nesse estudo o desenvolvimento psíquico, social, emocional e cognitivo.

Com base nessas informações, surgiram várias inquietações a respeito da teoria que embasam essa temática estabelecida pelo processo de inclusão na Educação Infantil que se transformaram nas seguintes indagações: 1. Quais os fatores que causam a inexistências de criança com deficiência na educação infantil? 2. A família tem acesso à informação sobre a Lei que garante a inclusão de criança com deficiência na modalidade infantil? 3. O

professor se sente preparado para lidar com o processo de inclusão? 4. Quais os benefícios que a turma de educação infantil tem com a inclusão de criança com deficiência? 5. O professor do Ensino Infantil necessita estar capacitado para desenvolver atividades para criança com deficiência na sua sala de aula? 6. A escola apresenta acessibilidades para acolher a criança com deficiência? 7. As leis que englobam o processo de inclusão fornecem condições para atender a demanda? 8. O sistema educacional oferece formação adequada para os professores atender o processo de inclusão? 9. Os alunos “ditos normais” estão sendo trabalhado para lidar com a diferença e o respeito com a inclusão de criança com deficiência na educação infantil? 10. As atividades desenvolvidas na sala de aula contribuem para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e pedagógico na formação com o sujeito para aluno com deficiência? 11. Quais os benefícios que a família tem ao incluir sua criança com deficiência na educação infantil? 12 O Projeto Político Pedagógico (PPP) está correlacionado aos parâmetros para atender a criança com deficiência no ensino Infantil?

Para analisar os argumentos expostos com o justificativa é importante deixar claro que o objeto de estudo em destaque nesse caso é a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil.

Inserida a relevância social por essa temática que decorre também de nossa experiência profissional e da preocupação de criança com deficiência ser incluída no espaço educativo na Educação Infantil, utilizamos diversas fontes de informações buscando explorar por diversos ângulos o fenômeno estudado para que possamos responder a pergunta problema dessa pesquisa que é: **Como influem a despreparação docente e falta de conhecimento da família sobre a Lei que acerca da educação inclusiva de criança com deficiência na educação infantil?**

Para tanto, com intenção de responder aos questionamentos elencados acima, com o responder à pergunta problema dessa pesquisa o objetivo geral é: Analisar os motivos da inexistência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

E com o objetivos específicos:

- ✓ Verificar a presença de crianças com deficiências, em idades pré-escolares nas famílias da comunidade do Cabo de Santo Agostinho.
- ✓ Identificar os motivos que levam a família a não matricular seus filhos com deficiência na educação infantil.
- ✓ Descrever a formação e as práticas docentes, para a modalidade infantil, tendo como recorte a educação inclusiva.

Para responder aos questionamentos elencados acima como também aos objetivos e principalmente a pergunta central desse estudo optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, descritivo, modelo estudo de caso. A abordagem desses métodos de estudo nos possibilitou estudar o fenômeno em seu contexto natural e descrever a realidade e peculiaridade desse processo de inclusão que é tido por muitos estudiosos como facilitadoras para ser desenvolvido na educação infantil.

Para tanto a pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino que atende crianças do ensino Infantil, Fundamental I Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), no entanto, apenas a modalidade Infantil para a realização dessa pesquisa denominada Escola Municipal Professora Vicência da Conceição, especificamente com todos os professores da educação infantil, gestores e família da comunidade que apresenta caso de criança com deficiência na idade de 03 anos e seis meses a 05 anos e 11 meses.

As técnicas utilizadas para recolhimento dos dados se configuram como técnicas estritamente qualitativas que contribuam diretamente para os recolhimentos dos dados. As técnicas utilizadas foram: entrevista em profundidade análise documental e observação participante.

Após aplicação da técnica de entrevistas, observação e análise do documento, recolhemos todos os dados e partimos para análise dos dados qualitativamente, no qual foram dadas respostas aos objetivos específicos e foi possível obter resultados satisfatórios através dessas técnicas e assim contribuir com estudos futuros baseados na mesma temática dessa pesquisa. Ressaltando-se que as técnicas utilizadas foram capazes de atender aos objetivos propostos nesse estudo.

O Marco teórico dessa pesquisa está dividido em dois capítulos:

No primeiro capítulo abordamos o conceito de inclusão educacional da historicidade da humanidade, no qual permitiu argumentar e debater com vários estudiosos os diversos

conceitos acerca dessa temática. Ainda nesse tópico abordamos os teóricos conceituados no campo de inclusão e que deram sua elevada contribuição para este estudo que foram: Vygotsky e Mantoan.

Ainda neste capítulo resgatamos os avanços das políticas públicas para inclusão e as Leis que dão suporte a essa temática com fins da educação inclusiva e relevantes. Além disso, buscamos teóricos que relevassem para nosso aprofundamento teorias sobre a inclusão de crianças com deficiências.

Finalizamos esse capítulo no momento em que abordamos de perto o título dessa dissertação, quando nos acercamos de conhecimento e foi possível discutir e refletir sobre os benefícios da inclusão da criança com deficiência na unidade escolar.

O segundo capítulo refere à inclusão e a prática docente no ensino infantil, enfatizando nos pontos de maior importância como a formação e a prática fortalece o desenvolvimento do aluno com deficiência. Diante disso, ponto que retratamos sobre os diversos conceitos que permeiam o acesso à escola e as práticas inclusivas e seus benefícios.

Nesse mesmo capítulo destacamos as Diretrizes e Parâmetros Curriculares como sendo importantes documentos legais que valorizam as práticas educativas e dar subsídios no contexto inclusivo educacional.

Em fim descrevemos junto com diversos autores a importância da família de alunos com deficiência ser parceiros com os docentes e comunidade escolar, para juntos proporcionar o pleno desenvolvimento significativo das crianças.

CAPÍTULO I

1. O CONCEITO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A palavra inclusão é um termo criado a partir da palavra latina “includere”, que significa encerrar, fechar, clausurar. Pode-se afirmar que existe a definição para a palavra inclusão no dicionário formal. Aurélio (1999) diz que:

A palavra inclusão surge do latim do verbo includere e significa colocar algo ou alguém dentro de outro espaço, entrar num lugar até então fechado. É uma junção do prefixo in (dentro) com o verbo cludo (cludere), que significa encerrar, fechar, clausular. (p. 56).

O termo que cada vez está sendo discutido e aplicado com a pessoa com deficiência, como também na construção de discursos de acessibilidades a quaisquer indivíduos que estão excluídos de determinados espaços e situações.

O conceito da palavra educação em português surgiu de origem latina “educare”, no qual significa ação ou efeito de educar. No dicionário formal corrobora a definição para a palavra educação. Para Aurélio (1999) afirma que:

A palavra educação vem de “Educar”, a origem desta, por sua vez, é do Latim Educare que é um derivado de EX, que significa “fora” ou “exterior” Ducere que tem o significado de “guiar”, “instituir”, “conduzir”“. (p. 32).

Nesse sentido, tomando como base a teoria de Aurélio, no qual possibilita melhor compreensão acerca da definição das palavras inclusão e educação, no qual permite ampliar a análise teórica de que a inclusão educacional possui um alto valor no processo intrínseco que concentra alto poder motivacional, além de possibilitar a acessibilidade do processo de inclusão na escola.

Contudo pode-se afirmar que a inclusão vai muito além desse conceito, pois, abrange o campo das relações interacionais entre os grupos envolvidos, bem como, pode-se dizer que a inclusão é algo que precisa ser desenvolvido num contexto mais amplo e voltado para as políticas públicas direcionadas para as transformações educacionais. De acordo

com o EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (2015), Art. 10 diz que, compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda vida, o Art. 28 acrescenta incumbi ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar.

Historicamente o movimento de inclusão é algo recente, mas que já vem sendo estudada em décadas anteriores, em 1948 a elaboração da (DUDH) Declaração Universal dos Direitos Humanos pelo ANU (Assembleia das Nações Unidas) Art. I reconheceu “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos”. De um modo geral, essa declaração assegurou às pessoas, pelo menos um papel, os direitos à liberdade, à educação e convívio social.

Na década de 60 do século passado, que se iniciou uma intensa movimentação mundial em defesa do direito de inclusão, trazendo de volta ONU (Organização das Nações Unidas). Vários países realizou uma defesa da chamada desinstitucionalização, buscando assim a inclusão e sentido geral e mais amplo.

Em 1970, houve um retrocesso na caminhada da política inclusiva com a Lei 5.692/71 que defendia o tratamento especializado para os alunos com deficiências, reforçando assim, a segregação dessas crianças em sala especiais Art. 9.

Os alunos que apresente deficiência física ou mental, que se encontre em atrasos considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelo competente Conselho de Educação (Diretrizes e Bases para o Ensino, 1971).

Na década de 90 foi estabelecida a Lei 9394/96, que intensifica a inclusão de pessoa com deficiência, sendo fundamental para este processo com grandes avanços. Através do Art. 58.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996).

Ainda na mesma década no ano de 1999 a Lei nº 3.298/99, que dispunha sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa de Deficiência, que definiu o conceito de pessoa com deficiência e também formulou a concepção quem são esses sujeitos e, a partir disso assegurá-los.

No final do século XX, tiveram muitos conflitos e transformações, nos quais, resultaram em um novo olhar para o contexto da educação especial presente no Brasil. “Surge, então as expressões “Educação para todos”, “Todos na escola”, “Escola para todos”. A ideologia da educação inclusiva vem sendo difundida do respeito a individualidade de cada criança” (Carvalho, 2000, p 145). Nessa concepção podemos dizer que avanços aconteceram e, transformando o paradigma da nova proposta de pode-se incluir e não integrar.

No ano de 2001, o PNE (Plano Nacional de Educação), corrobora, "o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana". A inclusão defendida é ampla ao adotar e mencionar que todos têm direito a atendimento no sistema educacional.

No período de 2007, a SDH (Secretaria dos Direitos Humanos), (MEJ) Ministério da Educação e da Justiça e a UNESCO, elaboraram o (PNEDH) Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos, que defende a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação Básica. A partir daí o sistema educacional brasileiro, tem a possibilidade de implementar ações voltada para inclusão educacional, já dentro do PPP (Projeto Político Pedagógico) nas escolas.

Vale ressaltar, embora obtivessem grandes avanços no processo inclusivo, ainda precisa abranger muitos estudos e execução das políticas direcionada a este processo, uma vez que, existe a exclusão, de forma direta e indireta com o; a falta de comprometimento do poder público, a falta de informação da população sobre a (CRFB) Constituição República Federativa do Brasil (1988) que garantiu, “estabelece a igualdade condições acesso e permanência na escola como princípio, é dever do Estado oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino”, a falta de formação continuada para lidar com a inclusão, professor preparado, escola adequada para acessibilidade. Portanto, a inclusão educacional carece de um olhar mais complexo.

FIGURA N° 1 – A garantia do direito ao acesso de todos à escola está na Constituição de 1988.



Fonte: (brasil.gov.br/editoria/cultura, 2014 p. 12)

1.1 As Teorias da inclusão educacional quanto ao desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência segundo Vygotsky e Mantoan.

Nesse tópico abordaremos as teorias da inclusão enquanto educacional, a partir das ideias de renomados autores que destacam a prática docente, o desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência e já se dá quando essas crianças são inseridas no Sistema Educacional desde cedo, assim iremos ver acerca de pensamentos de cada autor, que por sua vez apontam que a inclusão é crucial para ocorrer o desenvolvimento e aprendizagem. Cada um traz sua ideologia de forma peculiar.

✓ Lev Semiónovick Vygotsky

Autor interacionista, pensador Russo do século XX que desenvolveu grande papel para sua época de estudo, conhecida com o psicologia histórica cultural, ou sócio histórico, ou ainda sociologia interacionista, além disso, aprimorou propostas soluções para o problema, ainda pendentes atualmente, da teoria a prática em pedagogia geral e pedagogia da educação especial. E seus escritos se encontram verdadeiras descobertas que podem servir de

argumentos valiosos para a retórica da mudança tanto do sistema formal como do sistema paralelo de educação especial com vista à inclusão.

FIGURA N° 02 – Lev Semiónovick Vygotsky (1986 – 1934)



Fonte: <https://google.com.br/search?q=imagens=https://nova-escoa>

Para Vygotsky “a condição humana não é dada pela natureza, mas construída ao longo de um processo histórico-cultural, pautado nas interações sociais realizadas entre o homem e o meio” (1989, p 36), uma teoria interacionista onde traz a ideia que o desenvolvimento humano acontece na relação social entre as pessoas por meio da interação e da mediação. Ou seja, é na interação entre as pessoas que em primeiro lugar se constrói o conhecimento que depois será intrapessoal, isto é, será partilhado pelo grupo junto ao qual tal conhecimento foi conquistado ou construído.

Vygotsky (1989)

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social, e sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente nas ligações entre história individual e história social (p. 33).

Esta reconstrução postula que tudo está no sujeito, existe antes o social, isso ocorre desde cedo quando a criança desenvolve o seu comportamento social. Podemos dizer que, para o desenvolvimento do indivíduo centraliza seu enfoque nas possibilidades oferecidas pelas mediações estabelecidas.

É inegável a contribuição de Vygotsky para a educação, essencialmente para a educação especial. Contudo, vale ressaltar que o autor dedicou boa parte de sua vida à educação de criança com deficiência. Ao postular que a inteligência não é inata, mas se constrói nas trocas constante do meio ambiente.

Todas as crianças podem aprender a se desenvolver... As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado em desenvolvimento mental. (Vygotsky, 1989, p. 56).

O teórico considera que o desenvolvimento da criança com deficiência não ocorre diferentes das outras, apenas um pouco mais lenta, de acordo com seu entorno.

Maria Teresa Egler Mantoan

Mantoan é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela UNICAMP. Atualmente atua como coordenadora do laboratório de Estudos e Pesquisas em ensino e Diferença. Autora que dedicou grande parte de sua vida nas áreas de Educação Especial e Inclusão Escolar. Para a autora. “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (Mantoan, 2006, P. 19).

FIGURA N° 03 – Mantoan



Fonte: <https://www.google.com.br/search=imagens=https://nova-escola>

A autora desenvolveu estudos de grande impacto e relevância educacional no campo de inclusão com pessoa com deficiência, nesta perspectiva, recomendasse a educação inclusiva que acolhe todas as pessoas sem exceção, respeitando as diferenças e garantindo a todos o direito a educação. Mantoan diz que,

Toda criança precisa ter na prática, o que a lei já prevê. Direito a educação de qualidade, e com a criança com deficiência não é diferente. Todas elas, incondicionalmente, o direito de vivenciar todas as perspectivas de crescimento e ingresso no ensino regular, possibilitando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades como indivíduos ativos, participantes, construtores de sua própria realidade e ainda integrada e transformadora do contexto social no qual está revelando no ambiente que estão inseridos (Mantoan 2010, p. 73).

A inclusão é significativa para a criança com deficiência, pois tem a finalidade de desenvolver a socialização, fazendo com que este aluno se sinta parte integrante da sociedade da sociedade e permitindo aos alunos “ditos normais” a oportunidade de conviver, entender e reconhecer o outro, independentemente de suas limitações.

Mantoan é uma das maiores defensoras de educação inclusiva no Brasil, sendo crítica e convicta das chamadas escolas especiais. Para ela, uma sociedade justa e que dê

oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola. Mantoa n 2006,

É nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para criança que é discriminada por qualquer outro motivo (p.90).

A ideia que autora aborda que a escolas têm que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença, se o estudante não passar por isso na infância, mas tarde terão muitas dificuldades de vencer os preconceitos.

1.2 A pessoa com deficiência na definição de conceito, questão terminológica e contexto histórico.

Aprofundar nesse assunto permite definir de fato o conceito, grandes avanços e conquistas terminológicas da pessoa com deficiência. A Organização Mundial da Saúde OMS (1985) propõe o seguinte conceito:

Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou uma função psicológica, fisiológica ou anatômica; incapacidade é toda restrição ou falta (devido a uma deficiência) da capacidade de realizar atividades, na forma ou medida que se considera normal para o ser humano; Impedimento é situação desvantajosa para determinado indivíduo em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que lhe permite ou impeça o desempenho de uma papel que é normal em seu caso (em função da idade, sexo, fatores sociais e culturais).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, Art. 2º) diz que:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em

interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Após as duas grandes Guerras mundiais, o mundo influenciado pela mídia passou a acostumar-se com expressão, a ideia que se tinha de pessoas que não se enquadram dentro dos parâmetros da normalidade, “os incapacitados” inicialmente traduzidos como “indivíduo sem capacidade”. Posteriormente, a mesma expressão passou a significar “pessoas com capacidade residual”. Com o passar dos anos diversos termos e expressão foram empregados, ficando mais conhecidos: inválidos; incapacitados; minorados; impedidos; descapacitados; excepcionais. Para Ribas:

Ignorância não é atributo apenas dos mais pobres ou dos que tem menos. Estudo é algo que está presente em todas as camadas: sociais, em muitas famílias, grupos de empresários, funcionários do governo (federal, estadual ou municipal) e, até mesmo em muitos médicos que não se especializaram em reabilitar pessoas portadoras de deficiências ou que não têm prática no tratamento de algumas restrições do corpo (leves ou profundas) (1996, p. 63).

No ano de 1981, por influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes, estabelecido pela ONU, entrou as terminologias “deficientes” e posteriormente “portadoras”. Que se denominavam pessoas que não estava dentro da “normalidade humana”.

Esses termos são atualmente considerados inadequados, devido à carga negativa, depreciativa da pessoa, que foi ao longo dos anos se tornando cada vez mais rejeitado pelos especialistas da área, em especial pelas a própria pessoa com deficiência, no qual, o termo implica em não ser eficiente, esta conotação é muito forte, principalmente numa onde o modo de vida produção é capitalista, exigida eficiência e produtividade.

Sendo assim passou a ser pessoa portadora de deficiência, o emprego desse termo também acabava por rotular, a tal fato que parece ser típico de uma sociedade preconceituosa e despreparada para conviver com a diversidade. Ainda Ribas aborda:

Toda pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que estigma não

está na pessoa ou, neste caso, na deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são os valores culturais estabelecidos que permitam identificar quais pessoas são estigmatizadas. Uma pessoa traz em si o estigma social de deficiência. Contudo, é estigmatizar porque estabeleceu que ela possui no corpo uma marca que a distingue pejorativamente das outras pessoas. (1996, p. 16,17).

Diante disso, se faz necessário afastar o termo “deficiente” e adequar-se a novos conceitos que vem sendo alterado e adaptando a terminologia que se referem a pessoa com deficiência.

O termo portador de necessidade especial surgiu por volta de 1990, primeiramente para substituir o termo “deficiente”, surgindo também na intenção de neutralizar a concepção negativa de terminologia adotada por distinguir o indivíduo em suas singularidades por apresentarem limitações. “A tendência atual é empregar termos estigmatizante, mais gentis e menos carregados emocionalmente em substituição aos mais antigos, que adquiriram conotações de desamparo e desesperança”. Sawrey e Telford, (1998, p. 34).

Portanto, surgiram as terminologias: pessoa portadora de necessidades educativas especiais, tais designações restringem-se muito a âmbito da educação.

Em 2006 o Brasil sofreu modificação a terminologia, se adequando para pessoa com deficiência, expressão usada até os dias atuais. Na verdade, o Brasil sofreu grande influência positiva de convenções internacionais das qual signatário, com destaques para: Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (Nova York, 1975); Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiências (Guatemala, 1999); Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiências (Nova York, 2006).

Com a necessidade de lançar novas concepções do termo, foi considerada a representação de diferentes segmentos da sociedade, empregando um termo que valorizasse o indivíduo produtivo, que embora se tenha suas limitações não impede de desenvolver suas habilidades. Para Araújo, (2003, p. 3) “Traz ao ser humano uma maior

valorização da “pessoa” sendo a qualificação “deficiente” um complemento de ideia nuclear”.

Assim, incorporada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF), constituiu um instrumento de abordagem e de orientação em todo mundo. A classificação foi adotada como norma internacional para descrever e avaliar saúde e as deficiências das pessoas. “A partir dessa concepção a terminologia conquistou grande avanço e significativo, no qual passou a ser usado ‘pessoa com deficiência’, empregado até os dias atuais, que expressa um respeito maior por este grupo de pessoas, retirando até mesmo um sentimento preconceituoso causado pelas terminologias antes utilizadas. Para Sidney (2016):

A construção de uma verdadeira sociedade solidária e inclusiva, portanto democrática, passa também pelo cuidado com a linguagem, uma vez que nela se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências. Assim todos esses termos inexatos, bem como o todo e qualquer uso de expressões pejorativas, como: “ceguinho”, “mongol”, “retardado mental”, devem ser relegados ao passado (p. 23).

Não se rotula a pessoa pela sua característica física, visual, auditiva ou qualquer outro tipo de deficiência, mas reforça-se o indivíduo acima de suas restrições, a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou discriminação a pessoa com deficiência. Por isso é importante frisar que pessoa com deficiência, acima de tudo é simplesmente, pessoa.

1.3 Historicidades da Educação Infantil no Brasil

No dia 14 de novembro de 1930, foi criado pelo presidente Getúlio Vargas, considerado um órgão do governo federal do Brasil fundado no decreto nº 19.402, com a nomenclatura Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e Assistência Hospitalar. Na década de 70, o Brasil compara as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa, que trazia a ideia que as crianças mais pobres sofriam de privação

cultural e eram colocadas para difundir o fracasso escolar delas, na qual, direcionou por muito tempo a Educação Infantil, fixando uma forma assistencialista e compensatória foram adotadas sem que houvesse uma reflexão crítica mais complexa sobre as raízes estruturais dos problemas sociais. Oliveira ressalta:

A origem do atendimento fragmentado que ainda faz parte da Educação Infantil destinada às crianças carentes, uma educação voltada para suprir supostas “carências”, é uma educação que leva em consideração a criança pobre um ser capaz, com o alguém que não responderá aos estímulos dados pela escola”. (Oliveira, 2002, p. 109).

A promulgação da Lei nº 5.692, de 1971, além de fazer referências à educação infantil em escolas maternais e jardins de infância, ela diz que empresas particulares, as quais têm mulheres com filhos menores de sete anos, ofertem atendimento às crianças, podendo ser auxiliado pelo poder público.

Em 1988 Constituição Federal, menciona o direito das crianças à educação infantil. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: inciso IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade.

No ano de 1996, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança, que é visto como um ser sócio histórico, pois a aprendizagem vai ocorrer através da interação entre a criança e seu entorno social. Finalmente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) sob a lei 9394/96, define a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, Art. 29, no qual formaliza a municipalização dessa etapa de ensino.

No período de 1998, é criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que vem com o objetivo de nortear o trabalho com criança de zero a seis anos de idade. Ele apresenta um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, levando em consideração um desafio que integra o cuidar e o educar, maiores desafios da educação infantil nos dias atuais.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina a ampliação de oferta de educação infantil para atender, em cinco anos, 30% para atender população de até 03 (três) anos e 60% da população de quatro (4) e seis (6) anos, para ser alcançada a meta das crianças ofertada.

A partir de 2009, os modelos educacionais tiveram um olhar direcionado para grandes avanços já conquistados, e atualmente possuem grande influência histórica e devem ser utilizados em benefícios dos educandos, levando sempre em conta a diversidade cultural, étnica, de povos e raças, resgatando o melhor que houver para o ensino e consequentemente a aprendizagem desses alunos.

Em 2016, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), estabeleceu que o atendimento em creche e pré-escolar fosse destinado às crianças de 0 a 5 anos de idade. O Art. 208.

É bom lembrar que a educação voltada para os pequenos, só ocorreu devido a mudanças de olhar da sociedade valorizando-a, caso não houvesse essa visão à educação infantil não teria avanços e sua forma de conduzir o trabalho docente, provavelmente não teria um novo modelo de ensino para essa modalidade.

TABELA N° 01 – Crescimento das matrículas da creche e pré-escola

De acordo com o Censo Escolar 2017, há 116,5 mil escolas de educação infantil no Brasil. 19,4% são creches.

A educação infantil pública no Brasil cresceu nos últimos anos. O censo da educação básica de 2017 mostra que há 8,508,731 de crianças matriculadas. Sendo 5,101,935 Pré-escolar e 3,406,796 Creches. Em 2010 esse número em geral era 6,13,358. Creche 2,064,653 e pré-escolar 4,692,045.

Em anos anteriores a 2010, a diminuição da matrícula na pré-escola, de 4,866,268 para 4,692,045, corresponde a queda de 3,6%, que pode ser atribuída ao processo de implantação de ensino fundamental em 09 anos, que implica na matrícula de alunos de seis (06) anos no ensino fundamental e não mais na pré-escola.

Fonte: CENSO ESCOLAR, (2017) / MEC (Ministério da Educação e Cultura), 2010.

A ideia de trazer esses dados é mostrar que o crescimento das matrículas nesse momento de estudo em nível de ensino propõe um diálogo acerca das propostas governamentais sobre a quantidade e qualidade dos profissionais e daqueles que frequentam o espaço escolar, contudo, vale ressaltar para atender a demanda, exigências e

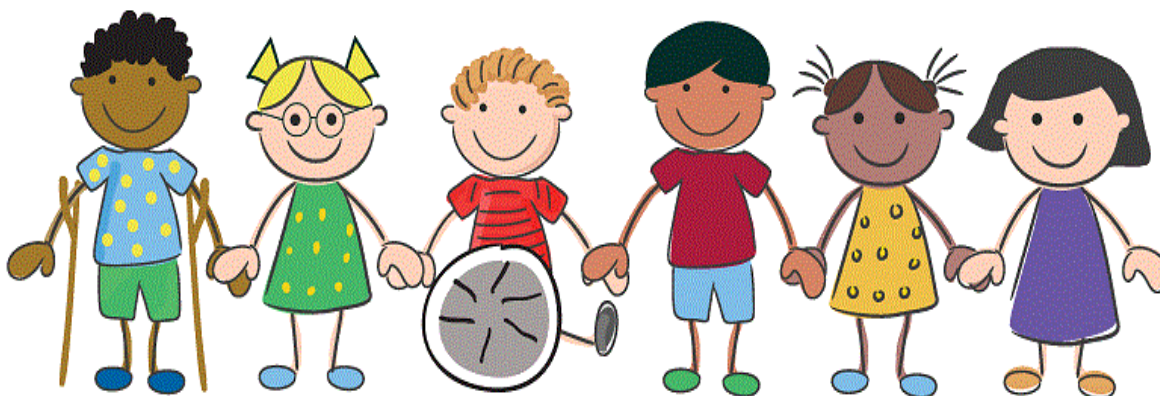
especificidades da educação infantil, embora, o município hoje atende a maior parte dessa modalidade, mas a educação infantil tem sido ofertado a todos os órgão competentes relacionado à educação básica. De acordo com o MEC (2010):

A maior participação na educação infantil está nas redes municipais de ensino, e a pré-escolar segue a mesma tendência. Os municípios detêm 74% do atendimento que, em termos absolutos, corresponde a 1.345.180 matrículas. A rede privada participa com 23%, seguida das redes estaduais, com 1,4%, e a rede federal, que não tem uma participação significativa sobre o total de matrículas dessa etapa.

A rede municipal apresenta maior participação na educação infantil, em seguida a escola privada, sendo assim vale um olhar político educacional em que a sociedade exige melhoria na qualidade no sistema educativo, a modalidade infantil. Com o aumento de alunos nesse nível de ensino, revela que a procura da população de incluir seus filhos já nos primeiros anos de vida, se ver os avanços do perfil social, bem, como a exigência da sociedade moderna advindas desse século, a educação passa a ser considerada como o algo de extremo valor para as comunidades. .

1.4 As Políticas Públicas Nacionais voltadas para o Processo de Inclusão na Educação Infantil

FIGURA N° 04



Fonte: <https://www.google.com.br/search=imagens=https://nova-escola>

O censo democrático realizado no Brasil em julho de 2018, indicou uma população de 208,8 milhões de habitantes, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). Sendo que as pessoas com deficiências correspondem à parcela de 45.606.48 (23,9%), de acordo com o último censo demográfico para realizado em 2010, pelo IBGE.

Dentre eles, 763.180 (1,67%), representa a faixa etária de 0 a 6 anos, com as mais diversas ordens de deficiências: auditivas; motora; intelectual; mental; visual; múltiplas; com altas habilidades; ou superdotação.

A implantação de políticas públicas voltada para a inclusão no Brasil possibilitou as pessoas com deficiência a participação de movimentos na sociedade, ofertando a defesa dos interesses desse público, que ao longo do tempo vem lutando para garantir o direito que esse segmento vem conquistando através das políticas. De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, (2012 p. 12-13).

É singular constatar que ações, planos e programas de Conferência Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência que vem sendo desenhados pelo governo federal tem se orientado pelo resultado dessa participação, com destaque para as deliberações das I e II Conferências Nacionais sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada respectivamente em 2006 e em 2008. Nossa intenção com a presente publicação é apresentar os avanços conquistados nos últimos anos nas políticas para pessoas com deficiências, fruto da participação popular e do diálogo democrático estabelecido entre sociedade e governo.

Ações implementadas para promover e garantir às políticas públicas direcionadas a educação inclusiva na perspectiva da educação infantil fomenta nova visão de aprimoramento de todos: governo; profissionais da educação; sistema educacional; inclusive famílias e sociedade. Visto que a Lei Federal nº 7.853/89 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiências.

Ao longo dos anos obteve grandes avanços para criança com deficiência, na idade de pré-escolar no Brasil, a política pública direcionou para as políticas educacionais, tendo com o ganhos a possibilidade dessas crianças serem já incluídas na educação infantil.

A política educacional brasileira na década de 80, tendo em vista à democratização mediante a complexidade do ensino, oportunizando-o acesso às maiorias das escolas

públicas. A educação de criança com deficiência na escola comum teve força com a criação da Comissão Nacional do Ano Internacional das pessoas com Deficiências, em ação conjunta com a Organização das Nações Unidas, (ONU), com o lema “igualdade e participação plena”. No artigo 208 da Constituição Brasileira, em 1988, corrobora “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No artigo 58, da Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDBN 9394/96), que se posiciona aderente ao atendimento dos alunos com deficiências, no parágrafo 3º “A oferta de educação especial, dever constituição do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”.

Diante disso torna-se necessário definir políticas públicas e suas especificidades no campo educacional e com questão relacionada no processo de inclusão no Brasil, promovendo a garantia de acessibilidade da criança com deficiência na idade Pré-escolar.

Devido à política direcionada para a inclusão educacional, consolidou o Decreto nº 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências. A escola deve oferecer espaço físico para a realização das atividades escolares. No entanto, essas normas devem seguir a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) nº 9050 e da FUNDESCOLA (Fundo de Fortalecimento da Escola).

Está presente na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008 sob o Decreto nº 5.296/04. Os gestores estaduais e municipais devem organizar sistemas de ensino que sejam voltados à inclusão, firmando e fiscalizando parcerias com instituições especializadas e administrem os recursos que vêm do governo federal. Para que as escolas estejam preparadas para receber todos os alunos, o Programa Escolar Acessível, que promove acessibilidade ao ambiente escolar, por meio de salas com recursos multifuncionais e adequação do espaço físico, para atender estudantes com deficiência. Ofertando inclusivamente a educação infantil. Portanto a inclusão deverá atender a todos os alunos na Educação Básica ofertada pela Lei 9394/96. “Os alunos com necessidades educacionais especiais precisam ficar na sala comum com todos os apoios e assessoramento que forem necessários”. (Torres González, 2002, p. 208).

Contudo isso, as políticas Públicas inclusivas, também possibilitou a implementação nas mudanças no currículo escolar em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação infantil, que abre a possibilidade para que a escola e os sistemas de ensino elaborem e programem suas propostas pedagógica, plano de trabalho e o Projeto Político Pedagógico (PPP), no sentido de fortalecer o processo inclusivo educacional.

CAPÍTULO II

2. A INCLUSÃO E A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO INFANTIL

No contexto escolar ainda permeiam várias dúvidas sobre quais os benefícios das práticas docentes para alunos com deficiências na educação infantil. É bom ressaltar, que é na escola, através das práticas pedagógicas, a partir de suas experiências significativas que levam os alunos a desenvolver suas habilidades de acordo com cada situação tática de ensino, para tanto alunos ditos “normais” quanto as crianças com deficiências no ensino infantil, na construção dos seus conhecimentos, da sua autonomia e a interação no seu meio.

Aprendemos a ler construindo hipóteses na interação como o outro.
Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro. A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem (Freire. 1997 p. 7).

Esse autor explica com precisão o que deveria acontecer nas escolas brasileiras, neste sentido, o educador necessita ir à busca através de estudiosos, que estão associados a suas práticas pedagógicas, atributos de proporcionar a inclusão. Que deverão ocorrer através dos questionamentos, erros e acertos com o intuito de provocar uma educação inclusiva, uma vez que as práticas docentes estão condicionadas sempre em processo de formação.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de

atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (Mantoan, 1997, p. 120).

É importante pensar que o docente atua como o agente transmissor de conhecimento que respeita as diferenças, e que cada aluno reage de acordo com sua personalidade, seu estilo de aprendizagem, sua experiência pessoal e profissional. No entanto, é pertinente ressaltar que as práticas devem se buscar de acordo com sua realidade, mas que esteja pronta para novos desafios na possibilidade de estabelecer em seus princípios, objetivos específicos e bem delineados, não se pode fazer uso da prática apenas para passatempo, não são essas as propostas estabelecidas pelos PCN's (parâmetros Curricular Nacional) e/ou pelos vários estudiosos que se propuseram a estudar essa linha.

Por vários motivos, os docentes ainda não conseguem ter em mente o quão importante é as práticas que podem ser direcionadas a inclusão na educação infantil. O professor necessita ir além, desenvolver e mediar conflitos, para atender a todos os alunos.

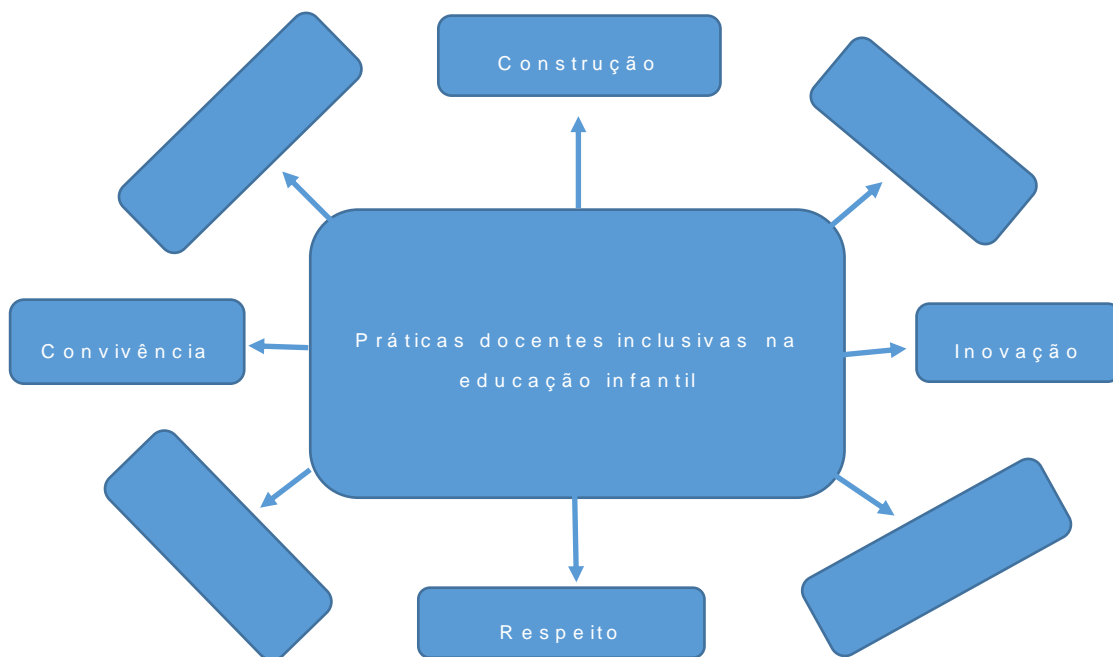
Lidar com a inclusão na modalidade infantil indica um desafio que não é fácil ser trabalhado, mas que precisa ser lançado como proposta pedagógica, uma vez que, as práticas pedagógicas englobam múltiplos processos que ocorre de maneira simultânea e complexa. A aprendizagem deve ir além dos conteúdos, que necessita promover espaço para um crescimento social, com intuito que o aluno possa construir como cidadão. Ao falar de inclusão defende-se que, mais que conteúdos a prática docente carece de atender e aceitar com o requisitos com mais satisfação e motivação.

Soares identificou alguns princípios norteadores de uma prática inclusiva na educação infantil.

- ✓ Concepção de criança com o sujeito de direitos, ativo e competente;
- ✓ Pedagogia da infância, calcada em um as práxis da participação, centrada nos agentes que constroem o conhecimento, para que participem progressivamente, com ênfase nas noções de contribuição, valorização, flexibilidade e diferenciação;
- ✓ Heterogeneidade da classe;
- ✓ Planejamento em que as atividades tenham a criança como foco (Soares, 2011, p. 208).

Neste contexto, a prática docente reflexiva é a conjuntura necessária para a gestão das diferenças na sala de aula. No entanto, deverá adotar uma atitude desenvolvida ao longo de todos os segmentos de ensino, desde os primeiros anos de escolarização da criança, ou seja, na educação infantil. Tornando-a assim, o espaço inclusivo onde a convivência nas diferenças irá fazer com que os alunos desenvolvam, desde cedo, atitudes de respeito, solidariedade e cooperação. O professor deve estar atento às situações de aprendizagem que são proporcionadas aos discentes, as atividades podem gerar diversas reações por parte dos pequenos, interesses, concentração, dispersão ou desmotivação são atos que podem ser instigados de acordo com o caráter de proposta educativa, bem como as formas de intervenção pedagógica a que os alunos vivenciam no espaço escolar. Nessa perspectiva a prática docente inclusiva na educação infantil atende e vem contribuir integralmente na construção de uma nova visão nacional.

FIGURA N° 05 – Práticas inclusivas e seus benefícios



Fontes: <https://www.google.com.br/search>

Em vista disso, na prática pedagógica tende de fato promover atitudes que provoquem um novo olhar, e de forma que a criança com deficiência se sinta incluída na construção do respeito com os discentes ditos "normais". Portanto, é preciso que tenha preparação adequada e que o docente esteja aberto para construir o novo.

Assim como Torres González (2012), aborda da relevância da prática do professor com o instrumento de mudança e transformação no processo ensino aprendizagem:

No entanto, os professores através de sua prática profissional, tem pouca atenção à organização escolar como o facilitador e promotor de mudanças na escola como uma organização e seu próprio desenvolvimento profissional, concentrando-se mais nos aspectos de ensino-curricular o proprietário do processo ensino aprendizagem. De esta maneira temos uma escola cheia de prescrições, como a organização, o que não favorece a todos a liberdade criativa profissionais, impedindo-os de agir independentemente. A este respeito, a organização escolar torna-se um sistema de controle para administradores, e a escola simplesmente limitando a cumprir prescrições, sem distinguir entre o legal e real, entre o contexto e as características e condições dos centros (p. 45).

Neste contexto se ver a necessidade de uma formação constante, em que o docente tenha um novo olhar para um papel renovador e transformador na incessante busca de uma prática inclusiva e desafiadora.

2.1 A Formação Docente e o Processo de Inclusão para Educação Infantil

Faz-se urgente e necessário a reflexão sobre um modelo de formação docente, que saiba como desenvolver essa nova forma de ensinar os pequenos. De fato, a educação inclusiva representa um novo paradigma no sistema educacional, levando em consideração que todos, nos quais atuam no espaço escolar estejam preparados para lidar com esse processo, portanto, o professor tem um papel fundamental de assegurar o acolhimento necessário em sala de aula.

Baseando nesse princípio, é importante salientar que o docente se destaca na sala de aula, na qual a ação educativa possibilita o desenvolvimento dinâmico e construtivo, onde fortalece a convivência entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Conforme as ideias Vygotskianas, o conhecimento se constrói a partir da mediação do outro na relação entre o sujeito e objeto do conhecimento. Contudo essa ideia não se aplica somente ao desenvolvimento infantil, mas, sobretudo quando o referido autor se preocupa em estudar os processos de transformação do desenvolvimento humano. Carvalho (2008) afirma que:

Para que a criança, principalmente a que possui necessidade especial, possa desenvolver, relacionar-se com outras crianças e professores, ela necessita de um ambiente que seja propício para que essas relações aconteçam (p. 287).

Sendo assim, se ver a relevância do docente está apto par atuar com eficiência no espaço escolar, no entanto, ele precisa participar das form ações continua para engajar nessa nova etapa de ensino, provocando uma reflexão que não basta apenas participar é necessário envolver-se preocupar com as rotulações, organizar praticas educativas que valorize com a cooperação, utilizar as trocas de experiências de ambos, (docentes e discentes) como o fator motivador de aprendizagem .

É necessário pensar a formação do professor como um processo que promova a sua própria humanização para além do senso comum e que, na qualidade de membro atuante na sociedade, possa colaborar com a transformação social, a qual tem como pressuposto a transformação de sua própria consciência (Facci, 2004, p. 250).

Oliveira, (2006) acrescenta:

Entre as propostas pedagógicas hoje tão na moda, que objetivam a mera adaptação do indivíduo ao já existente, e as propostas pedagógicas que tem como o princípio a formação do indivíduo como o sujeito transformador da sua realidade (p. 22-23).

Considerando as ideias dos autores, que perpassa a formação como um ponto de partida, e que não deve ser um mero instrumento, mas possa colaborar na modificação do indivíduo construtor, sendo o papel do professor como o protagonista no processo mediador.

Embora o sistema educacional ofereça form ações, muitas vezes não são propiciadas para lidar com o aluno com deficiência, principalmente para educação infantil. À vista disso, o professor não se sente preparado para lidar com o processo de inclusão. Pode se dizer que a insegurança de alguns educadores e seu despreparo para enfrentar estas dificuldades, os leva a frustração pessoal e ao mesmo tempo a um compadecimento para o educando incluso. E o professor que não sabe enfrentar essa situação tão conflitante, sente-

se perdido e incapaz de transmitir os conhecimentos científicos, morais e sociais. Mantoa n (2003) comunga:

Assim como o qualquer aluno, os professores não aprendem no vazio. Por isso, a proposta de formação parte do “saber fazer” desses profissionais, que já possuem conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas ao entrar em contato com a inclusão ou qualquer outra inovação educacional (p.44).

Nesse contexto, sempre há indagação, e conseqüentemente gera algumas perguntas: qual tipo de formação o sistema educacional oferece para o docente? A formação oferecida atende o processo de inclusão? A formação oportuniza a preparação do professor para ensino infantil com alunos com deficiências? E para explicar essas interrogações, a LDBE (Lei Diretrizes e Bases da Educação) nº 9.394/1996 estabelece no Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior de licenciatura plena admitida, com o formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental.

O Parecer CNE/PC 2001 (Conselho Nacional de Educação) institui as diretrizes curriculares que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos estudantes com deficiências nas classes comuns dos sistemas de ensino, inclusive na educação infantil. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas e inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

González (2002, p. 245) quando afirma que:

Qualquer aluno que sendo formado para ser professor deveria receber uma adequada preparação básica, que lhe proporcionasse algumas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que apresentam necessidades específicas de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em habilidades e atitudes relacionadas às situações cotidianas. [...] Os objetivos da formação inicial deverá incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas, processos de atenção à diversidade dos alunos.

O Sistema de Ensino deve ofertar formação contínua para educadores de forma que abrange todo processo inclusivo, que o professor se sinta capaz de refletir e implantar suas habilidades e atribuições de desenvolver os princípios de uma educação inclusiva de qualidade, nas quais, possam ser enfrentadas em sala de aula, que nos permita ponderar sobre a heterogeneidade presente nesse contexto e nas atribuições de conteúdos trabalhados pela área do conhecimento, que possa exercer na constituição histórica e cultural, desses alunos.

Torres González (2002) afirma que:

Qualquer aluno que sendo formado para ser professor deveria receber uma adequada preparação básica, que lhe proporcionasse algumas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que apresentam necessidades específicas de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em habilidades e atitudes relacionadas às situações cotidianas. Os objetivos da formação inicial deverão incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas, processos de atenção à diversidade dos alunos (245).

Para o autor Glate Mario Nogueira (2006) sobre a importância de preparar o docente para a sala de aula:

No entanto, não basta que uma proposta se torne lei para que a mesma seja imediatamente aplicada. Inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas. Entre estas, a principal, sem dúvida, é o despreparo dos professores do ensino regular e ensino infantil para receber em suas salas de aula, geralmente repletas de alunos com problemas de disciplinas e aprendizagem, essa clientela (p.22).

A formação de professores perpassa quase que todos os outros temas relacionados, uma vez que sempre é citado como uma necessidade urgente e importante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Nesta perspectiva não é só professor, sistema educacional, alunos e alunos com deficiência que deve estar entrelaçados, precisa de todos que compõe o espaço escolar, famílias e sociedade para juntos conseguir

perpetuar o processo inclusão, onde todos estejam preparados para lidar e construir um novo olhar de educação inclusiva. No entanto, de acordo com Martins (2016), após várias conquistas legais, ainda existem alguns desafios e serem superados pelos profissionais da Educação Infantil.

Dos desafios que atravessam as duas décadas da LDBEN/96, a universalização de acesso a todas as crianças de 0 a 5 anos e a formação de professores talvez sejam os maiores a serem enfrentados, haja vista os debates empreendidos em torno de Plano Nacional de Educação (PNE), em seus dois decênios 2001-2010 e 2014-2024. Nesta perspectiva, indaga-se o que ainda deve ser considerado na formação de professores de educação infantil após vinte anos de vigência da LDBEM e que dificuldades ainda persistem. A partir deste questionamento, procede-se a uma análise sobre os processos de formação de professores nos cursos de Pedagogia frente às especificidades da educação infantil (pp. 813-814).

Como elencado acima, algumas leis dão providências para as formações dos profissionais de educação infantil, mas muitas vezes a lei não promove subsídios suficientes para uma prática realmente efetiva, entretanto cabe os profissionais se dedicarem cada vez mais a sua trajetória profissional buscando meios para sanar os desafios e dificuldades que surge ao longo desse processo. Sabe-se que não é fácil lidar com o processo de inclusão, mas se consegue fluir quando cada um vai além de buscas de novos saberes.

Isso ocorrerá quando cada um fizer seu papel, cumprindo seu dever enquanto participantes ativos que necessitam em imediato ser preparada para lidar com o dia-a-dia no universo escolar, junto daqueles que precisam empregar o PPP (Projeto Político Pedagógico) nas escolas para assegurar o aperfeiçoamento dos profissionais.

2.2 Inclusão: As escolas e o Projeto Político Pedagógico

“Projeto é meta, mas torna concreto e gerador de movimento quando transporto para a compreensão das pessoas e por ela assumida”. (Ferreira, 2003, p. 112). De modo geral podemos definir o Projeto político Pedagógico (PPP), como o fundamental ferramenta de estabelecimento escolar, Segundo Celso Vasconcellos:

O Projeto Político Pedagógico é o plano da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definida, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico metodológico para a transformação da realidade (pp.17-18).

Contudo, em conformidade Veiga (2006).

[...] o projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muitos menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sua sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola. Situada em um contexto mais amplo que a influência que pode ser por ela influenciado. Em suma é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade. [...] (p.13)

Desse modo, o PPP possibilita que a escola mostre sua identidade e ação educativa. Nas quais, permite que o Projeto Político Pedagógico seja construído em base em: as características sociais históricas; a população atendida pela escola; a visão de educação, homem e sociedade que pretende construir; os passos que deve ser dados para a construção; entre outros que possa ser desenvolvido, sendo assim, fortalecendo o processo de inclusão dentro do PPP.

A Constituição de 1988, em seu Art. 206, regulamenta o PPP na escola. Permitindo que as escolas tenham autonomia para elaborar as propostas de acordo com a realidade de cada instituição de ensino, entrelaçados com todos que frequentam o espaço escolar, inclusive com unidade civil. É importante ressaltar que o PPP deve estar fundamentado em cinco princípios orientadores: igualdade; qualidade; gestão democrática; liberdade; valorização dos profissionais da educação. (Veiga 2006).

No que se refere o PPP e o processo de inclusão, pode-se dizer que a implementação de um Projeto Político Pedagógico escolar, tencionado à inclusão educacional dos alunos

com deficiência deverá atender ao princípio da flexibilidade curricular e metodológica, de maneira que seja adequado às condições desses alunos respeitando as diversidades e favorecendo o desenvolvimento de cada um.

O Conselho Nacional da Educação define no Art. 2º o objetivo do PPP.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa com deficiência ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, tendo como fundamento e responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização de acesso, a inclusão, permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos Jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica. (CNE/CBE, 2010).

E ainda no Art. 2º inciso II acrescenta. Estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, a execução e a avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola de Educação Básica. (CNE/CBE, 2010).

Com novas exigências que as escolas estão se deparando atualmente, faz necessária a busca de uma nova identidade de cada instituição de ensino. Que este processo permita a instituir um novo conceito e formato do Projeto Político e Pedagógico, no qual, reveja a importância de discutir a construção, e, de fato seja implantado com nova perspectiva no desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

Apesar das escolas se basearem em normas gerais da educação, as unidades escolares se diferenciam entre si, pois cada instituição tem suas necessidades e princípios específicos. Outro ponto que diferem é a região em que cada escola se situa, bem como os desejos de cada membro envolvido na construção do projeto educativo.

Cabe à escola construir sua proposta pedagógica, de modo a atender aos membros da comunidade em se localiza. Para atingir os resultados esperados e necessários, o Projeto Político Pedagógico precisa ser elaborado de forma democrática e colaborativa. Portanto,

é essencial estimular a presença e a participação da comunidade, dos alunos, das famílias e demais agentes nos debates relacionados à fixação das metas e objetivos.

O PPP é considerado um instrumento que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e ativa. É o acesso mais apropriado para inovar o sistema educacional, fornecendo propósito e objetivo. É relevante lembrar que o PPP representa a autonomia da escola é através desse projeto que ela estabelece a sua identidade. Para Veiga (2001, p. 57) “pensar o projeto político-pedagógico de uma escola no conjunto e sua função social”. Portanto, o melhor garante que esse projeto se efetive é a participação de todas as pessoas envolvidas no trabalho pedagógico, fazendo parte de uso da elaboração, execução, implantação e avaliação.

Com isso vale ressaltar a importância da família de aluno com deficiência a ser convidada a participar da construção do PPP, promovendo o fortalecimento do processo de inclusão já na modalidade infantil, no qual, vai possibilitar a encontrar as dificuldades e possíveis soluções para que de fato seja matriculado, efetivado e assegure a permanência de criança com deficiência na educação infantil.

Embora, se tenha convicção da relevância da construção do Projeto Político Pedagógico, muita instituição de ensino apresenta dificuldades de colocar em prática a implantação, como consequência também limita o processo de inclusão na rede da educação básica e ensino infantil.

Desta forma não é valorizada a importância do instrumento que pode elevar: a qualidade do funcionamento da escola; o desenvolvimento ensino-aprendizagem; o resgate da diversidade e igualdade; as práticas docentes no contexto escolar, entre outra elevação em nível de característica escolar. Devido a essas dificuldades é preciso que o sistema educacional reveja, e promova algum tipo de iniciativa para que o gestor comece de fato a proporcionar esse momento essencial nas escolas, adequando a um novo modelo de gestão democrático.

2.3 A importância da relação família e escola: juntas na educação inclusiva

Paro (2001), corrobora:

A participação da população na escola só conseguirá alguma mudança a partir da participação de pais e responsáveis pelos alunos, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana. E a direção deve estar consciente de que, para a abertura dos portões e muros, a escola deve estar predisposta a mudança na gestão e na forma de participação da comunidade. É necessário entendê-la como participação política que deve ser entendida como o direito de cidadania (p. 47).

É um desafio de a escola trazer para o espaço escolar agente socializador para o desenvolvimento da criança, a família. No entanto, se um lado à escola sozinha não é suficiente para garantir um bom atendimento escolar dos discentes, por outro lado a família também não consegue oferecer educação integral para as crianças.

Baseado nesse contexto Castro; Regattieri corrobora: “a relação entre a escola e a família existe a partir do momento da matrícula do aluno” (2009, p. 15). Sendo assim é relevante ressaltar que a escola deve levar em consideração a importância de a família participar de forma mais presente no ambiente escolar, e para isso é necessário oportunizar que a mesma tenha acesso para comparecer quando preciso na escola.

Por outro lado, a família tem que ter consciência do seu papel enquanto família do sujeito envolvido, quanto o dever de participar e garantir o acompanhamento da trajetória escolar, essencialmente para educação infantil e ensino fundamental I, na qual, a dependência é maior das crianças com sua família. De acordo com a Lei nº 8.069/9, artigo 55º, o Estatuto da Criança e Adolescente determina que: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Obrigação essa que se dá como o direito de todos indiferentes de qualquer tipo de diferença que dispõe. O parágrafo único ainda diz: é direito dos pais ou responsáveis de alunos terem ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Compreende-se que o papel da escola a ser exercido, ultrapassa o ensino pedagógico presencial da sala de aula, e o da família, vai muito além do simples sustento de moradia, vestuário e alimentação. Ambas, escola e família podem e devem trabalhar de forma conjunta com o mesmo objetivo, a busca de assegurar o bem-estar de seus membros, incluindo a proteção da criança. Parolim, (2003) afirma que:

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (p. 99)

Nesta perspectiva, podem os destacar a necessidade de uma colaboração entre as duas partes, (escola/família) apesar de cada uma apresentar valores e objetivos próprios no que se refere à educação de uma criança.

As escolas que recebem crianças com deficiências também acabam por desempenhar, dentro de suas funções educacionais, um papel de assistências as famílias. O que pode por consequência trazer maiores possibilidades de êxito em resultado para os alunos. “Essa parceria entre família e escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar’ (Garcia, 2006, p. 12)”.

A ligação da família com a escola potencializa o processo de ensino e aprendizagem do educando, na etapa educacional. A escola complementa as ações da família e vice-versa. Para entrelaçar estas instituições primordiais na vida humana, é importante abordar como ocorre esta parceria na vivência de educandos com deficiência inserida na rede regular de ensino, considerando as contribuições presentes desta relação família-escola, vinculando-o com o processo educacional destas crianças inclusivas. As diretrizes Nacionais para a Educação Básica enfatizam a participação da família para a ampliação total do educando desde a primeira etapa de educação. Conforme o Art. 4º que estabelece:

Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreitas relações com a família, com agentes sociais e com a sociedade, provendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos (Brasil, 2010).

O Art. 12º complementa: A educação infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, social, complementando a

ação da família e sociedade (Brasil, 2010). Esta relação se estende nos demais parágrafos do mesmo artigo, quando define no: § 3º os vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na educação infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da Educação Básica.

Embora, seja comprovada a importância da família no espaço escolar por vários pensadores, porém, se observa que a família nos últimos anos está deixando para a escola a responsabilidade da educação da criança, não está havendo de fato, uma integração entre esses dois sistemas nos concernem às tarefas relativas ao aprendizado das crianças. Na maioria das vezes atribui a regressão de aprendizagem apenas para os profissionais da escola, e principalmente ao docente, no qual está ligada diretamente no desenvolvimento educacional.

É necessário refletir que a família tem o papel fundamental enquanto família e criança, e que ela precisa estar atenta para participar da vida escola do aluno, e para isso tem que participar das reuniões, plantão pedagógico, atividade entreaberta para família, ajudar as atividades escolares das crianças, estimular a criança com leituras entre outras atribuições para a aprendizagem e desenvolvimento do discente. Segundo Garcia que:

Afinal, por que até hoje no século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos? (Garcia, 2006, p. 12).

Longe de ser apenas um dilema teórico, essas questões têm implicações práticas de se resolver numa fórmula geral. Saber qual divisão de trabalho mais desejado entre família e escola, e como ambas podem ajudar-se mutuamente no processo em que nenhuma é autossuficiente. Responder os questionamentos do Pensador Garcia, possibilita a família refletir sobre suas ações, no qual abrirá um leque entre a responsabilidade e compromisso de cada um.

A escola vista como o papel transformador promove o resgate participativo da família na escola, e assim, ambos vão difundir o progresso educacional, onde todos irão ganhar de forma significativa, principalmente os alunos e, por consequentemente os alunos com deficiência que só terá os benefícios introduzidos na sua vida escolar. Sem contar na

parceria de uma escola democrática e família participativa. Reis (2007, p. 6) ressalta. “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. Ainda Gadoti acrescenta:

A escola não pode mudar tudo sozinha e nem pode mudar a si mesma. Ela está ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (2007, p. 12).

Portanto, não existe uma separação, ao contrário, tem que haver uma união para alcançar a relação de uma e da outra, no qual irá superar as dificuldades e fortalecer os vínculos enquanto escola e família.

2.4 Desafios e benefícios da criança com deficiência na modalidade infantil

O Brasil registra avanços importantes no que diz ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências, inclusive dispõe de legislação robusta sobre parcela da população, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência consolidam com EPD (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 2015.

O país obteve ganho no que diz respeito ao atendimento dos alunos com deficiências na rede regular da educação básica. De acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Entre 2005 e 2015, o total de estudantes com deficiências passou de 114.834 para 750.983 de alunos convivendo com demais alunos.

Segundo o Censo Escolar de Educação Básica 2017, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), o índice de inclusão com alunos com deficiências em classes regulares passou de 85,5% , equivalem 69.784 2013 para 90,9% , 79.749 em 2017.

Em relação à educação infantil, de acordo com o MEC, apesar de avanços na efetivação de matrícula entre 2013 e 2017, 14.54% para 17.86 de estudantes na educação infantil. Os dados apresentam que nessa modalidade o crescimento ainda não condiz com a

realidade brasileira, muitas crianças com deficiências não estão frequentando o espaço escolar, na modalidade infantil, embora, seja identificada com deficiências.

O que causa a ausências dessas crianças na educação infantil são os desafios encontrados dentro e fora do espaço escolar. No entanto, devemos considerar as condições de acessibilidade para alunos com deficiências que se torna um desafio muito grande e, que na maioria das vezes, tanto a escola quanto o local não permitem que o acesso dessas crianças a frequentar o espaço desde cedo nas escolas. Para Bersch:

Garantir as condições de acessibilidade é uma parte importante do processo de inclusão dos alunos com deficiências e, neste empenho, estarão envolvidos o próprio aluno, seus familiares, os gestores da rede de educação, os gestores e professores da escola comum, além de outros profissionais que poderão contribuir com informações, conhecimentos e experiências que venham subsidiar e qualificar o atendimento ao aluno (2006, p. 3).

Assegurar a acessibilidade para os discentes com deficiência frequentar o espaço escolar é um papel de todos, principalmente do sistema governamental que deve oferecer condições para as escolas atender a demanda desse público, isso significar que o espaço deve se adequar a realidade do aluno, ofertando estrutura, tecnologia assistida, objetos adaptados, sala de recursos, biblioteca ou sala de leitura. É uma luta constante para todas as escolas públicas oferecer todos os recursos necessários para alunos com deficiências na educação básica e educação infantil, sendo maior desafio para os estudantes, pois para ter resultado significativo e promover de fato a inclusão, precisa que seja adequado para ela, e não o oposto.

A autora Mantoan, 2006 assevera:

Para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses

alunos. Nestes termos a acessibilidade deve ser assegurada nos seguintes aspectos: mediante à eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação. Incluem-se também, as instalações, equipamentos, mobiliário, nos transportes escolares, nas barreiras nas comunicações e informações (p. 64).

Além dessas adaptações, em alguns casos também faz necessárias às apropriações curriculares, que correspondem às respostas que são ofertadas pelo sistema educacional que tem como objetivo de oferecer a todos os alunos, inclusive a crianças com deficiências.

Lidar com o processo de inclusão na educação infantil, não é tarefa fácil, vai mais além do que se imagina, e há uma preocupação nos desafios que se encontram e, principalmente em relação com a família de alunos com deficiências, que muitas vezes acredita que, além da escola não está adequada para incluir suas crianças, também considera que os profissionais da escola não estão preparados para lidar com as crianças, inclusive o professor que não estão prontos para acolher e desenvolver o ensino e aprendizagem para suas crianças com deficiência.

Outro desafio para família é a falta de informação sobre o direito que as crianças com deficiências têm assegurado, já na educação infantil, muitos pais somente matriculam seus filhos no ensino fundamental I., no entanto, com alteração da Lei 12.796, abril de 2013. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), no seu I, diz educação básica e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Em relação à pessoa com deficiência também tem esse asseguro, de acordo a mesma Lei no Art. 212 garante a inclusão de alunos com deficiências na educação infantil.

Anteriormente, os pais eram obrigados a colocar as crianças na escola a partir dos 6 (seis) anos. Embora, se tenha esse avanço muitos pais, ainda não são informados sobre essa garantia, e não procura efetivar a matrícula das crianças sobre tudo aquelas que apresentam deficiências na idade pré-escolar. Assim Mantoan descreve:

Assegurar que pais ou responsáveis da criança com deficiência seja informado sobre a garantia da matrícula e permanência dos seus filhos na escola, é dever do Sistema Educacional e governamental, oferecendo a

informatização e comunicação para atender a todos o direito que cada pessoa tem enquanto cidadão. Como também, orientar sobre a importância dessas crianças frequentarem o espaço escolar (2016 p. 49).

Mantoan ainda acrescenta:

Na perspectiva de promover a informação sobre a importância de a criança com deficiência frequentar o espaço escolar, é relevante ressaltar que se deve rever o pensamento da família na descrença que não existe professor preparado para lidar suas crianças, assim como também a escola não é um ambiente propícios para essas crianças (p. 64).

Em vista disso, pode-se dizer que a partir do momento que é trabalhado a informação e comunicação, o crescimento de alunos matriculado será maior na modalidade infantil, porem vale lembrar que não são apenas esses desafios que alunos com deficiências, famílias, escolas e o sistema educacional irá encontrar, subsiste que o processo de inclusão essencialmente na idade dos pequenos de educação infantil, encontre maiores resistências por todas as partes.

Contudo, valem ressaltar que existem vários desafios, como também os benefícios quando as crianças com deficiências estão matriculadas nas escolas, levando em consideração e grande relevância quando já é matriculado e permanência na educação infantil. A escola infantil é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem e da personalidade da criança. Esta relevância se deve ao fato de que, é nos primeiros anos de vida que os maiores números de estruturas cerebrais são desenvolvidos, mesmo que seja com criança que apresente algum tipo de deficiência. É claro que em alguns casos há uma limitação maior, mas que ocorre o desenvolvimento nos primeiros anos de vida. De acordo com Fonte (2003)

Os extraordinários avanços das neurociências têm permitido atender um pouco melhor com o cérebro se desenvolve. Particularmente do nascimento até três anos de idade, de forma também relevante de quatro e cinco anos de idades, vive-se um período crucial, no qual se formarão mais de 90% das conexões cerebrais, graças à interação do bebê com os estímulos do ambiente (p. 17).

Portanto, para que a criança tenha um desenvolvimento mais produtivo e significativo, ela deve iniciar-se sua vida escolar já nos primeiros anos de vida, durante o período da educação infantil. Isso fará que ela desenvolva sua autonomia mesmo tendo algumas limitações.

O vínculo é responsável pela construção da identidade que resulta na influência entre o orgânico e o social, fundamentais para que ocorra o aprendizado. No caso da criança com deficiência, sua relação começa consigo mesma, mas será estimulado pela professora, na qual passa a confiança e acredita em seu crescimento intelectual, este terá facilidade para desenvolver autoconfiança e a motivação para aprender e lutar contra suas dificuldades. Para Fernandez (1991):

A educação infantil é a segunda relação vincular no processo de aprendizagem do sujeito, a que envolve o primeiro grupo fora da família. A aprendizagem ocorre em cada sujeito de maneira única da sua relação com o vínculo, de modo que esse processo se configure as primeiras relações entre educandos e docente (p. 48).

Neste sentido, é pertinente ressaltar a importância da inclusão de crianças já na modalidade infantil, uma vez que seu desenvolvimento ocorre de maneira espontânea, no qual se resulta na formação do vínculo afetivo na primeira etapa no convívio social e intelectual.

Além desses benefícios citados, há outros, como a possibilidade de aprender melhor e mais rapidamente, pois o professor faz a mediação entre as atividades sugestivas da aprendizagem e a interação do convívio entre ele e os demais alunos, que podem contar com a ajuda e também podem ajudar os colegas, sendo assim também aprendem a lidar com suas dificuldades.

Vygotsky (1996) registra:

As habilidades das crianças são expandidas por meio do uso do brinquedo, da imaginação, expressão corporal e da comunicação entre seus pares. A instrução bem como o brinquedo, a imitação são instrumentos que criam na criança a zona de desenvolvimento proximal, qual permite à criança

elaborar habilidades, desenvolver capacidades e conhecimentos socialmente disponíveis que serão (p. 23).

Piaget (1992, p. 59) relata: “o aprendizado da criança é considerado a partir da relação da criança com o conhecimento”. E aponta três formas:

As formas hereditárias combinadas com as experiências vivenciadas através do meio; as formas lógico-matemáticas que se constroem crescentemente segundo estágios de equilibração; e as formas adquiridas em função da experiência que oferece ao sujeito informações sobre o objeto e suas propriedades (p. 60).

Vale ressaltar a importância desse benefício, no qual a criança com deficiência terá a proveitos nas ocasiões pertinentes, para não só interagir, mas a desenvolver suas habilidades através de várias maneiras, possibilitando que se construa o aprendizado de acordo com sua maturidade e limitação. A experiência do professor vai assumir um papel importante, promovendo atividades que atenda às necessidades de todos os alunos.

Todos os alunos, independente da presença ou não de criança com deficiência tem benefícios no espaço escolar, no entanto, quando criança com deficiência é matriculado na educação infantil, já é um grande ganho, e terá maiores benefícios com a permanência e dia pós dia. Mantoan (2009) diz que todas as crianças que são efetivadas na educação infantil aprendem desde cedo:

A compreender e aceitar os outros; a reconhecer as necessidades e competências dos colegas; a respeitar todas as pessoas; a construir uma sociedade mais solidaria; a desenvolver atitudes de apoio mútuo; a criar a desenvolver laços de amizade; a preparar uma comunidade que apoia todos os seus membros; a diminuir a ansiedade diante das dificuldades (p. 67).

Se ver a importância de todos: escola, comunidade, gestão educacional, alunos e família, ter um novo olhar de reflexão há os desafios, mas existe vários benefícios, que supera qualquer entrave no processo de inclusão. E que todos percebem a necessidade de engajar uma perspectiva para os pequeninos e fazer valer o direito que a lei garante.

Apesar da exposição de todos os benefícios de criança com deficiência frequentar o espaço educacional desde cedo, ou seja, na educação infantil, muitas escolas não se encontram matriculadas na modalidade infantil, na maioria da vez a família só matricula quando a criança completa seis (06) anos de idade, no primeiro (1º) ano do ensino fundamental, na qual Lei nº 10.172 brasileira obriga a família a matricular seus filhos nas escolas. O que faz pensar, o que falta, para mudar essa realidade.

TABELA Nº 02 – Dados de matrículas de criança com deficiências na pré-escola

Embora, tenha o crescimento acessível na educação infantil pública no Brasil, O censo da educação básica de 2017 mostra que a matrícula de crianças com deficiências nessa modalidade e obteve o aumento ponderado de 2013 de 10.146, 2017 para 14.243 na pré-escola.

De acordo com o Censo Escolar 2010, o número de matrícula de criança com deficiência na educação infantil, foram abaixo da média nacional, com efetivação apenas 9.879 alunos.

Fonte: MEC (Ministério da Educação e Cultura), 2010/2017.

A ideia de trazer esses dados é mostra que apesar do aumento considerado em 2017, muitas crianças com deficiências com idade de pré-escola ainda se encontram fora da escola, embora seja identificado com deficiência. De acordo com o MEC:

A política da educação especial adotado pelo Ministério de Educação estabelece que a educação inclusiva seja prioridade. A política trouxe consigo mudanças, que permitiram a oferta de vagas na educação Infantil, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de cada aluno. Apesar das ofertas, cerca de 30% de crianças com deficiências estão fora do espaço escolar. Constata-se o Plano Nacional para atender a todos em 100% até o ano de 2035, dividido em meta para decorrer do ano, 30% até o ano de 2020, 50% ano de 2025, 75% ano de 2030 e 100% ano 2035. Assim almejado garantir a inclusão já na modalidade infantil, assegurando a educação básica para todos os cidadãos brasileiros.

O fato tão relevante nesse tópico é retratar a importância das informações registrada pelo MEC. Apontar há necessidade de programar e implantar ações para a busca dessas crianças, garantindo o direito de serem matriculadas nas escolas. A inclusão para de fato ser firmado é preciso promover a acessibilidade que permita a realização da matrícula com permanência de aluno com deficiência, assim mudar a realidade que hoje é alarmante no país.

MARCO METODOLÓGICO

3. METODOLOGIA

A investigação científica é um estudo dos métodos ou instrumentos necessários para a elaboração de um trabalho científico, no qual seu processo tem um direcionamento complexo e que ocorre de forma contínua e consequencial. Para compreender sobre o desenho metodológico da dissertação, é relevante conceituar o termo método: Método, de acordo com Richardson (2010, p. 22) “é um caminho ou maneira para chegar a determinado fim ou objeto. Já a metodologia se constrói dos procedimentos e regras utilizadas por determinado método”. O método é, portanto algo muito mais amplo que um a simples sequencia unidimensional de passos.

Mas para exercer essa incumbência Campoy (2018) estabelece que “a investigação deve ter em conta uma série de características como: controlada, rigorosa, sistemática, válida e verificável, empírica e ter sentido crítico” (p. 39).

Gil (2007, p. 17) corrobora que o método científico, é concretizado pela pesquisa, com o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Desse modo, a pesquisa desenvolve por um processo constituindo de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão do resultado.

Minayo (2007) define metodologia de forma abrangente e concomitante:

- a) Como a discursão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer;
- b) Como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação;
- c) E como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta a indagações específicas. (p.44).

Já Campoy (2018) estabelece algumas estratégias para a elaboração de uma boa investigação são:

- ✓ Deve estar claramente definida e estar baseada em conceitos comuns;
- ✓ O procedimento de investigação deve descrever-se com o suficiente de detalhes, como forma de outro investigador possa repetir a investigação para seguir avançando em meio ao conhecimento;
- ✓ O procedimento de investigação deve ser planejado cuidadosamente para obter resultados mais objetivos possíveis;
- ✓ A validade e a fiabilidade dos dados devem ser comprovadas cuidadosamente. (p.40).

Ou autores acima salientam a investigação científica como algo sistemático e bem delineado capaz de dar respostas aos problemas propostos, levando em conta que para esses autores a investigação é algo que é complexo, mas, que não deve fugir a objetividade exigida por esse processo.

A investigação científica é compreendida em todos os casos como algo que possibilita ao investigador, o suporte necessário para se chegar as possíveis respostas dos questionamentos das perguntas que aparece ao longo da investigação.

Esses critérios estabelecidos por Campoy deliniam com precisão o caráter de uma boa investigação científica plantada em situações de coerência e objetividade.

Por sua vez há outros conceitos designado com elevada desmesurada definição que estar mencionada ao ponto de vista das autoras Marconi e Lakatos (2003): que define método como sendo “O conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos validos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (p. 83).

Sendo assim, é possível compreender os conceitos firmados pelos autores, no qual estabelece os passos a ser seguido e obter um bom resultado dessa investigação social, e as pertinentes respostas para as perguntas que surgiram ao longo dessa pesquisa.

3.1. O Problema da pesquisa

Historicamente a lei brasileira vem trazendo mudanças ao longo do tempo, sobre tudo referente à educação infantil, com isso traz a garantia já nessa modalidade de ensino o processo de inclusão, na qual busca mecanismo que assegure um desenvolvimento educacional das crianças de 03 a 05 anos e 11 meses, e que seja de fato oferecido um atendimento de qualidade.

Muitos assuntos referentes ao atendimento das crianças dessa faixa etária são pauta de diversas discussões pelo Brasil a fora, com o também discutem as novas leis que vem surgindo ao longo dos anos.

Retratar as práticas pedagógicas, preparação e o atendimento a essas crianças são obviamente o objetivo principal dessas discussões educacionais. Com o propósito da presença de criança com deficiência ser incluída com as outras crianças “ditas normais” na educação infantil, na etapa inicial da educação básica, tendo em vista o desenvolvimento cognitivo, afetivo pedagógico e social.

No entanto, é pertinente lembrar que a inclusão é uma necessidade de construir uma nova concepção no Sistema Educacional, sendo preciso compreender que, incluir não é apenas encaminhar o sujeito para escola, sobre tudo sendo preciso que todos se envolvam e conscientize o papel de cada um. Na educação infantil a inclusão veio revolucionar o sistema organizacional, e as propostas curriculares vigente, que implicam mudança, preparação, atuação da família, tornar o espaço escolar acessível e participativo.

Dentre as pautas presentes e discutidas atualmente nos sentidos educacionais, deste contexto. Para essa investigação se propõe focar o processo de inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil. Essa pesquisa retrata um novo olhar sobre os benefícios da presença dessas crianças serem incluídas no espaço escolar, assim como também demonstrar a importância da formação docente e a participação ativa da escola, comunidade e famílias. Sendo fundamental para a permanência e desenvolvimento tanto para alunos com deficiência ou não.

Realizar análise de forma aprofundada da temática instituída por essa investigação permitiu a nós investigadores refletir sobre o processo de inclusão e seus benefícios pedagógicos, além disso, representa a oportunidade de contribuir com o algo que realmente

permita enriquecer o processo de inclusão educacional como algo benéfico na ação transformadora da interação social, cultural e pedagógico para as crianças.

Sobretudo, surgiram algumas inquietações ao longo do aprofundamento da temática estabelecida por essa investigação. E a partir desses questionamentos podemos revelar nossas concepções a favor dessa rica temática que favorece o processo de inclusão e permite a uma nova perspectiva para a modalidade, que se transformaram nas seguintes indagações: 1. Quais os fatores que causam a inexistências de criança com deficiência na educação infantil? 2. A família tem acesso à informação sobre a Lei que garante a inclusão de criança com deficiência na modalidade infantil? 3. O professor se sente preparado para lidar com o processo de inclusão? 4. Quais os benefícios que a turma de educação infantil tem com a inclusão de criança com deficiência? 5. O professor do Ensino Infantil necessita estar capacitado para desenvolver atividades para criança com deficiência na sua sala de aula? 6. A escola apresenta acessibilidades para acolher a criança com deficiência? 7. As leis que englobam o processo de inclusão fornecem condições para atender a demanda? 8. O sistema educacional oferece formação adequada para os professores atender o processo de inclusão? 9. Os alunos “ditos normais” estão sendo trabalhado para lidar com a diferença e o respeito com a inclusão de criança com deficiência na educação infantil? 10. As atividades desenvolvidas na sala de aula contribuem para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e pedagógico na formação como o sujeito para aluno com deficiência? 11. Quais as contribuições da inclusão de criança com deficiência na educação infantil? 12 O Projeto Político Pedagógico (PPP) está correlacionado aos parâmetros para atender a criança com deficiência no ensino Infantil?

Esses questionamentos possibilitam com abrangência o fortalecimento à temática estabelecida, como também promove uma permanente reflexão sejam, enquanto escolas, profissionais do espaço escolar, Sistema Educacional, sociedade e famílias ou até mesmo uma imensa reflexão para nós investigadores dessa área. Para que esses questionamentos sejam de fatos válidos é preciso que todos envolvidos nesse processo estejam realmente prontos para atender o perspectivo processo de inclusão, com a finalidade de obter resultados significativos e que realmente se tornem afetivos e grandiosos.

Após aprofundamento teórico e após interposto vários questionamentos fomos capazes de formular nosso problema central da pesquisa que é:

Como influem a despreparação docente e falta de conhecimento da família sobre a Lei acerca da educação inclusiva de criança com deficiência na educação infantil?

Das diversas acepções sobre a palavra, a que mais se identifica com a atividade científica é aquela que afirma “problema é uma questão não resolvida e que é o objeto de discussão em qualquer domínio do conhecimento” (Ferreira, 1986, p. 94).

A explicitação de Gil (2002) diz, “problema consiste em dizer de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual defrontamos e que pretendemos resolver” (p. 62).

Campoy (2018) vai mais além, “o problema é o ponto de partida de toda a investigação”. É certamente o trajeto mais significativo do processo de investigação, uma vez que, submete vários passos que estão interligados (p.51).

O propósito em ser coeso e respeitar com as normas da pesquisa, atendemos a orientação de Campoy (2018), quanto à formulação do problema, pois nos estabelece com tamanha precisão que:

O problema consiste em uma pergunta ou enunciado sobre a realidade ou sobre qualquer situação para a que não se encontra uma solução satisfatória ou não dispõem de uma resposta adequada. Todo problema de investigação tem uma origem que pode surgir das leituras, reflexões pessoais, experienciais ou observações de situações (p. 51).

Gil (2002) aponta cinco regras para a sua adequada formulação:

- ✓ O problema deve ser reformulado como pergunta;
- ✓ O problema deve ser claro e preciso;
- ✓ O problema deve ser empírico;
- ✓ O problema deve ser suscetível de solução;
- ✓ O problema deve ser delimitado a uma dimensão viável. (p. 26).

A ideia de pesquisar sobre esse tema e conseqüentemente formular este problema estar muito relacionada à nossa própria experiência pedagógica na escola infantil, tornando

primeiramente uma inquietação pessoal. Toda via, após nos permitir investigar, pesquisar percebemos que essa temática não estava atrelada apenas a interesses pessoais mais possuía uma imensa relevância social.

Ainda preocupados em interpor um problema realmente expressivo e de caráter social relevante seguimos as orientações de Gil (2002) que nos fala: “pode-se formular um problema cuja resposta seja importante para subsidiar determinada ação” (pp. 24-25), com isso fica claro que a resposta será alcançada pela ação dessa investigação envolta pela relevância social que apresenta essa temática. Ainda de acordo com Gil (2002), “Os interesses pela escolha de problemas de pesquisa são determinados pelos mais diversos fatores. Os mais importantes são: os valores sociais do pesquisador e os incentivos sociais” (p. 26).

3.2. O objetivo geral e específicos

Atendendo as funcionalidades e metas dessa investigação, os objetivos tem um relevante proposito diante da pesquisa científica.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002) “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o se pretende alcançar” (p.24). Os objetivos tornam claro o problema de pesquisa, possibilitando nós pesquisadores aumentar os conhecimentos sobre o assunto ou tema tratado.

Segundo Campoy (2018) “os objetivos de investigação são pontos de referência que guiam o desenvolvimento de um estudo. Se poderia dizer que são o GPS da investigação” (p. 69).

Nesse caso, é possível dizer que os objetivos da pesquisa, orientam, guiam, determinam o caminho a seguir. A seguir estão expostos os objetivos dessa pesquisa:

3.2.1. O objetivo geral

Analisar os motivos da inexistência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Municipal Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

3.2.2. O objetivos específicos

- ✓ Verificar a presença de crianças com deficiência, em idade pré-escolar nas famílias da comunidade da cidade do Cabo de Santo Agostinho;
- ✓ Identificar os motivos que levam a família a não matricular seus filhos com deficiência na educação infantil;
- ✓ Descrever a formação e as práticas pedagógicas dos docentes, para a modalidade infantil, tendo como recorte a educação inclusiva.

3.3. Decisões Metodológicas: Enfoque e Desenho

O maior intuito desse estudo é obter aos resultados exposto pelos os questionamentos, objetivo geral e específico principalmente responder à pergunta central dessa pesquisa. No entanto escolhemos a pesquisa qualitativa como o melhor maneira de chegar aos resultados esperados pela natureza de dados e por se tratar de uma investigação social que visa analisar a contribuição do processo de inclusão de criança com deficiência na educação infantil.

Diante dessa pesquisa de cunho social vimos à importância de apontar resultados qualitativos como o fator essencial para uma abordagem coerente dos resultados, já que estamos mencionando sobre a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil na escola Municipal Professora Vicência da Conceição, na qual esses resultados não poderiam ser quantificados.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Goldenberg (1997) corrobora que “os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contam inem a pesquisa” (p.34).

Campoy (2016) relata “compreender e explicar as crenças e os comportamentos no contexto onde se produzem” (p. 253). Qualificar as respostas é o intuito desse enfoque, opiniões, credences sobre o tem o posto em questão.

Para Rampazzo (2002), o enfoque qualitativo aborda imensos significados, corresponde a um fenômeno mais profundo de acontecimentos.

Os dados da pesquisa qualitativa não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, capitados em um instante de observação. Eles se dão em contexto fluente de relações: são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis ou aparentes, mas se manifestam em complexidade de oposições, revelações e de ocultamentos. Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. Procura-se compreender a experiência que todos os sujeitos têm (p. 60).

Para tanto a pesquisa Qualitativa pode ser mais bem contextualizada quando nos atrelamos a estudar Campoy (2018, p. 254, apud Denzín e Lincoln, 2011, p.3) quando nos situa em relação à função da pesquisa qualitativa:

A investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável, materiais práticos que fazem visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo. Convertem ao mundo uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e as próprias notas. A este nível a investigação qualitativa implica em um enfoque interpretativo, um enfoque naturalista do mundo.

Mediante a proposta metodológica que adotamos neste estudo, o enfoque qualitativo desfrutamos de uma maior amplitude onde nos permite descrever os dados apresentados pelos participantes sobre a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil, bem como esclarece nossas inquietações a partir de uma reflexão fundamentada, tendo em vista o significado da mesma para os sujeitos envolvidos neste estudo, e nos proporciona uma visão ampliada da realidade da temática em questão.

Como o objetivo dessa pesquisa foi descrever a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil também o caráter descritivo, onde foi possível a realização do estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos, porém sem nenhuma interferência do investigador.

Ao longo dessa pesquisa tivemos a todo o momento a ciência que esse tipo de pesquisa não nos permite fazer nenhum tipo de apreciação sobre o objeto de estudo, pois

tivemos com o recorte as recomendações de Campoy (2018) quando infere que “o objetivo da etapa descritiva consiste em realizar uma descrição do fenômeno estudado, a mais completa possível sem realizar nenhum tipo de avaliação, que reflita na realidade vivida pela pessoa, seu mundo, sua forma de ver a vida” (p. 245).

3.3.1. Estudo de caso

A definição para alguns autores em relação ao estudo de caso vem sendo visto como um método, uma estratégia, uma metodologia ou um desenho de investigação. Mas para o autor Stake (1999, p. 438) instituiu um respeitável desmembramento entre estudo de caso e metodologia. De acordo com Stake “o estudo de caso não é uma eleição metodológica e sim uma opção do que se pretende estudar”. Outros autores se destacam quando busca a mesma linha de pensamento, entre eles também se destaca Campoy (2018, p. 292) que acredita “o estudo de caso não é uma metodologia já que não proporciona uma teoria parcimoniosa de como a investigação deve seguir de forma coerente com o método e procedimento de recolhida de dados que atribuem com a teoria”.

Para entrelaçar entre linhas, estabelecemos seguir o pensamento de Stake (1999) e Campoy (2018) com a finalidade de determinar o emprego do Estudo de caso acerca do colaborador para se chegar aos resultados desejados por essa pesquisa. Sendo relevante lembrar que a utilização do estudo de caso nesse estudo apresenta coerência com o método e os instrumentos utilizados para recolhimento dos dados, exigência essa que torna essa investigação com o alto valor de confiabilidade.

Nesta investigação adotou-se o modo de estudo de caso por se tratar de uma análise profunda sobre a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil, proporcionando entrelaçar uma relação importante entre os benefícios para a criança com deficiência no espaço escolar e os resultados conquistados por meios do processo de inclusão na Educação Infantil.

O estudo de caso para Stake (1999) se concentra na seguinte ideia:

O estudo pode ser realizado com uma criança. Pode ser um grupo de alunos, ou um determinado grupo de profissionais que estudam alguma situação da infância. O caso é um entre muitos. Em qualquer estudo de caso nos concentramos em esse um. Podemos passar um dia ou um ano analisando o

caso, mas por enquanto estamos concentrados que estamos realizando um estudo de caso (p. 15).

Para essa pesquisa, o estudo de caso será realizado com um grupo de docentes que atuam diretamente na modalidade infantil, gestor da escola e famílias de crianças com deficiências na idade pré-escolar, sendo assim, atendendo as exigências de Skate, na qual, define o conceito do autor.

A escolha de realizar um estudo de caso além de proporcionar uma análise profunda do fenômeno à inclusão na Educação Infantil é considerada para Campoy (2018) “um método qualitativo que se diferencia da investigação-ação e dos estudos etnográficos com os que se confundem frequentemente” (p. 292).

Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa. O trabalho de campo – estudo do caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso (Martins, 2008 p. 03).

O ponto forte do estudo de caso para Harteley (1994) apud Roesch (1999, p. 197) “reside em sua capacidade de explorar processos sociais à medida que eles se desenrolam nas organizações”, permitindo uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que se manifestam e são construídas dentro delas.

Segundo Yin (2001, p. 29) o estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados”.

Vale ressaltar que algumas características do estudo de caso se destacam, e uma delas é a utilização de um pequeno grupo de estudo, bem como, o estudo de caso realizado em seu ambiente natural, na qual proporciona uma descrição detalhada com limitação temporal e espacial, que tem como finalidade a busca complexa compreensão de sua natureza, suas circunstâncias, seu contexto e suas características sendo essencial para obter fidedignidade significativa e satisfatoriamente a oportunidade de entender das necessidades

educacionais, que dão ênfase sobre a importância da efetivação e permanência nas escolas de criança com deficiência, e sendo facilitadora do processo de inclusão, que favorece ao desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Baseando nessa ideia de pensamento o autor Fonseca (2002) relata o estudo de caso e suas perspectivas

O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completo e coerente objeto de estudo do ponto de vista do investigador (33).

Em virtude de se tratar de um caso particular, esse estudo possibilita a nós investigador apresentar as perspectivas relacionadas a inclusão de criança com deficiência, sendo essa característica como algo relevante e tratado com extrema importância no decorrer esta investigação.

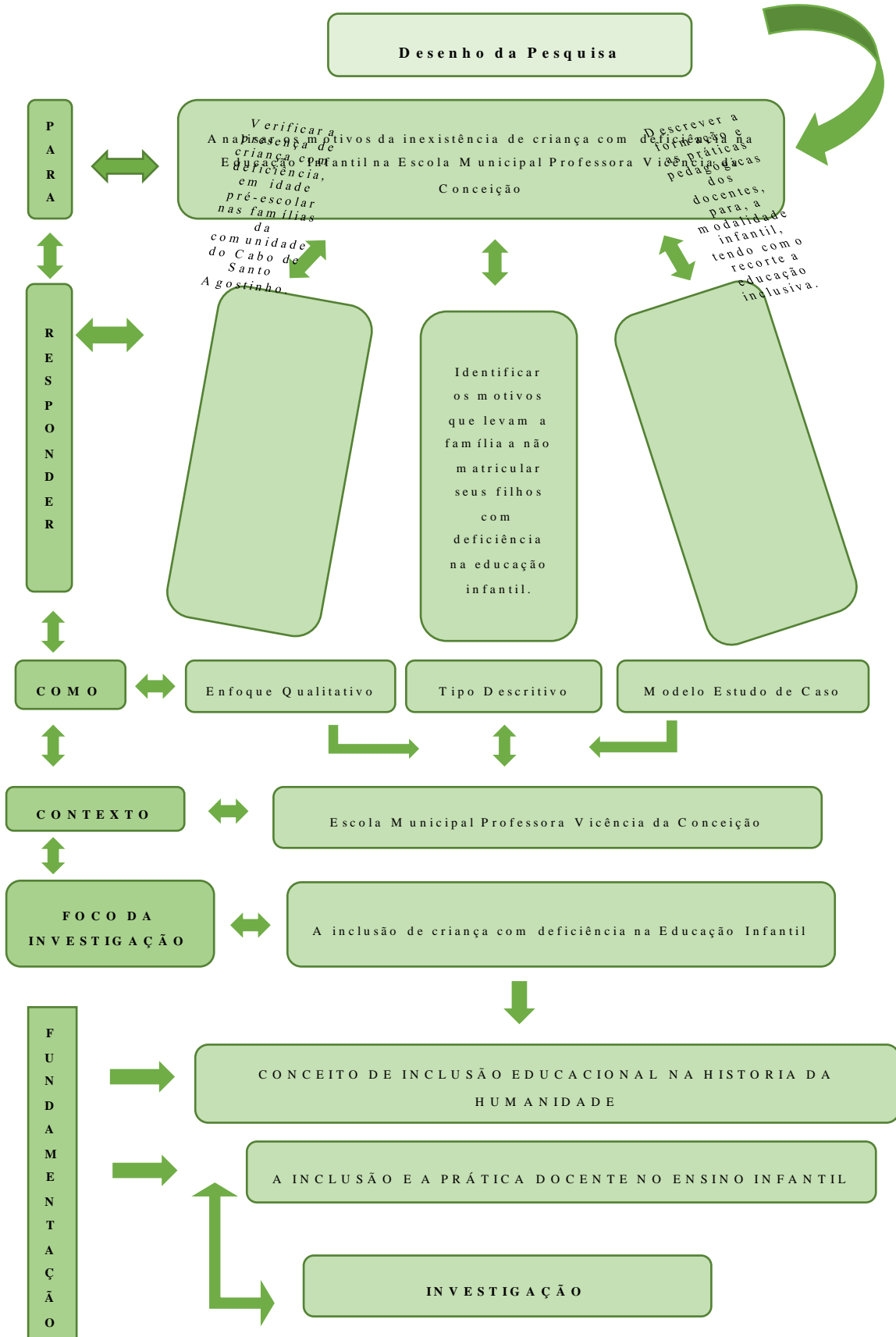
Algumas características definem o estudo de caso com maior precisão, podendo destacar algumas relevantes para essa investigação que são:

- ✓ Realiza uma descrição contextualizada do objeto de estudo. O principal valor de um estudo de caso consiste em desvelar as relações entre uma situação particular e seu contexto;
- ✓ São estudos holísticos. O investigador há de tratar de observar a realidade com uma visão profunda e, assim mesmo, há de tratar de oferecer uma visão total do fenômeno objeto de estudo, reflexionando a complexidade do mesmo;
- ✓ Reflexionam sobre a peculiaridade e a particularidade de cada realidade ou situação através de uma descrição densa e fiel do fenômeno estudado. Álvarez e San Fabian (2012) apud Campoy (2018, p. 297).

São relevantes essas características, elas possibilitam a nós investigadores acercar coerentemente o estudo de caso, na qual fortalece a dar profundidade e credibilidade a essa pesquisa, tais características pode nos dá o suporte necessário para atender a investigação ao longo do estudo. Como também outras características que são importantes e merecem

ser abordado, pois esses autores atribuem de maneira destacada o estudo de caso que permite iluminar a compreensão do leitor sobre o fenômeno social, seu ambiente natural e informar as conclusões obtidas sobre eles. Neste caso podemos descobrir o que há nela de mais essencial e característico no contexto dos fenômenos.

QUADRO N° 01 - Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria

3.4. Contexto da pesquisa

Trazer este tema para essa pesquisa nos possibilita abordar um contexto reflexivo, onde buscamos dentro de um cenário de deslocamento e acessível ao campo de estudo, o espaço escolar que possa atender as informações necessária e significativa sobre a inclusão de criança com deficiência na educação infantil. Um olhar direcionado para este conteúdo nos permitiu em sã consciência adotar a modalidade infantil para desenvolvimento dessa temática, uma vez que a inclusão é um processo que está atrelado ao contexto educacional em todas as modalidades de ensino, sobre tudo a educação infantil, e que precisamente muitos autores estão dando ênfase a essa ideia, na qual remete um a reflexão de todos sobre a importância dessa temática ser implantada de fato já na pré-escolar.

Sendo assim, o campo de estudo precisa obter algo que apresente características próprias particulares e significantes para atender o modelo estudo de caso, instituído pra essa investigação. Para tanto, a Escola Municipal Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE obteve características peculiares e particulares que atenderam as necessidades imposta para a realização dessa pesquisa.

A citada escola está localizada na Rua Oscar Francisco de Lima s/n no bairro de Ponte dos Carvalhos, na Cidade Cabo de Santo Agostinho estado de Pernambuco. Antes de prosseguir com exposição do ambiente da pesquisa, é relevante apresentar o contexto onde estar localizada a instituição estipulada para a realização da pesquisa de campo, sendo significativo delimitar o local para seguir com evolução mais detalhada deste estudo.

Cabo de Santo Agostinho é um município brasileiro do estado de Pernambuco. Pertence à zona sul da Mesorregião Metropolitana do Recife, sua população estimada em 2018 é de 205 112 habitantes e a área 448,735 km², Densidade de 456,07. A cidade é o principal município industrial do estado de Pernambuco, onde destaca um dos mais importantes complexos portuários e industriais do Brasil, o Porto de Suape. Localizar-se ao sul do Recife, entre os municípios de Jaboatão Guararapes a norte e Ipojuca ao sul. Outros municípios limítrofes são Vitória de Santo Antão, Escada e Moreno. Além de a cidade Possuir oitos praias (Paiva, Itapuama, Enseadas dos Corais, Xaréu, Gaibu, Calhetas, Paraíso e Suape) localizadas no litoral sul, a cidade tem a zona rural onde estão localizados 21 engenhos, habitados por equivalente a 48.547 moradores.

O clima da cidade é classificado como clima tropical úmido, do tipo As'. A temperatura média anual é de 25,1°C, não havendo uma verdadeira estação seca, com chuvas concentradas nos meses de outono e inverno, principalmente entre abril e julho. Os meses mais quentes são janeiro e fevereiro, ambos com a temperatura média de 26,4°C. Já o mês mais ameno é julho com média de 23,5°C, e ao mesmo tempo a maior precipitação, quando chove em média 306 mm, enquanto novembro, com média de apenas 47 mm, é o mês menos chuvoso.

FIGURA N° 06 - Localização da cidade Cabo de Santo Agostinho no Mapa



Fonte: <https://www.google.com/search?q=imagens>

FIGURA N° 07 - Cidade do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: <https://www.google.com/cabodesantoagostinho>

Com a intenção de contextualizar a referida pesquisa é relevante ressaltar que a cidade Cabo de Santo Agostinho vem apresentando avanços de grande importância, as metas impostas pelo IDBE (Índice Desenvolvimento da Educação Básica), na última década essas metas almejada vem sendo ocorrendo gradativamente, trazendo perspectiva de avanços da educação no Brasil possui uma peculiar história relacionada ao sistema educacional.

A primeira escola a ser criada na cidade do Cabo foi no ano de 1893, onde funcionava em uma pequena casa oferecida para filhos de trabalhadores da Fábrica de Pólvora localizado no bairro de Pontezinha. A partir do ano de 1911, foram criadas escolas privadas algumas escolas foram oferecidas pelas Igrejas católicas e protestantes. Apenas a partir do ano de 1943 foi criada a primeira escola municipal do Cabo, chamada escola municipal Conde da Boa Vista. Em seguida foram feitas outras escolas.

Atualmente, o Cabo de Santo Agostinho conta com 18 escolas estaduais, 4 delas oferece ensino integral e 4 semi-integral, 96 escolas municipais, sendo 38 em zona rural, 02 círculos de convivência, escola comunitária, duas unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Escola SENAI, Cabo de Santo Agostinho, foi fundada em 18 de maio de 1990, Unidade SESI Cabo de Santo Agostinho, fundada em 22 de novembro de 1985), 2 ETE (Escola Técnicas Estadual), localizada no Centro da Cidade do Cabo de Santo Agostinho, 1 Faculdade FACHUCA (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicada do Cabo, em parceria com a Prefeitura e duas instituições particulares de ensino superior (Faculdade UNOPAR Cabo e Faculdade Uni Nassau Maurício de Nassau).

Fonte: <https://www.cabo.pe.gov.br/>

Para prosseguir com a evolução da pesquisa, após de contextualizar a cidade escolhida delimitando o foco para contextualizar a instituição em estudo da pesquisa de campo. A escola Municipal Professora Vicência da Conceição, foi um projeto da ONG não governamental PLAN INTERNATIONAL BRASIL sendo inaugurada em 06 de junho de 2005 a ONG repassou a escola para a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, passando a ser escola municipal Professora Vicência Conceição, possui uma área de 2.900.00 mil quadrados e uma área construída 2.100.00 metros quadrado, com andares de térreo e 1º andar, dividida em 12 salas de aulas, sendo que 5 salas que funcionam em anexo, as salas são amplas, com boa iluminação e ventilação.

FIGURA N° 08 - Espaço frontal da escola



Fonte: Elaboração própria

FIGURA N° 09 - Observação turma Infantil III



Fonte: Elaboração própria (Educação Infantil III "B"). Autorização apêndice 07

FIGURA Nº 10 Observação turma Infantil IV



Fonte: Elaboração própria (Educação Infantil IV “B”). Autorização em apêndice 07

FIGURA Nº 11 Observação turma Infantil V



Fonte: Elaboração própria (Educação Infantil V “C”). Autorização apêndice 07

A escola possui uma estrutura física, com espaço para recreação, cantinho da leitura, cantinho da sala de recursos, espaço com mine campo, cantinho da biblioteca, laboratório de informática, embora não funcione o laboratório.

FIGURA N° 12 – Biblioteca



Fonte: Elaboração própria (Educação Infantil V “B”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 13 - Sala de aula – Recreação Desenvolvimento Infantil



Fonte: Elaboração própria. Autorização apêndice 07

O espaço escolar Municipal Professora Vicência da Conceição conta em sua equipe no quadro funcional:

- 22 professores

- 2 supervisoras pedagógicas
- 2 gestores
- 1 secretária
- 5 cozinheiras
- 2 porteiros
- 6 auxiliares de limpeza
- 4 auxiliares administrativo
- 1 bibliotecária

Atendimento educacional está distribuído da seguinte forma:

- Educação Infantil I (crianças de 3 anos e seis meses a 4 anos e seis meses) matutino e vespertino
- Educação Infantil II (crianças de 4 anos e seis meses a 5 anos e 11 meses) matutino e vespertino
- Ensino fundamental I (1º ano ao 5º ano) matutino e vespertino
- EJA I – Educação de Jovens, Adulto e Idoso I (modalidade de 1º, 2º e 3º ano) noturno (acima de 14 anos)
- EJA I – Educação de Jovens, Adulto e Idoso II (modalidade 4º e 5º ano) noturno (acima de 14 anos)

A escola possui uma estrutura física definida por:

- 14 salas de aulas, sendo 5 salas em anexo
- 8 banheiros
- 2 dependências administrativas
- 01 sala de gestores
- 01 sala de laboratório
- 1 biblioteca
- 1 Sala de professores
- 1 Sala de recursos
- 2 copas, refeitório, dispensa. Almoxarifado

3.5. População participante da pesquisa

O foco fundamental dessa pesquisa foi divulgar dados que realmente seja relevante e confiável, possibilitando a contribuição com estudos futuros, neste sentido é importante relatar que a escola Municipal Professora Vicência da Conceição é composta por uma população de 8 professores que atuam diretamente com alunos da Educação Infantil. Esses docentes atendem em média 200 (duzentos) alunos distribuídos entre as turmas citadas anteriormente nos horários matutino e vespertino. 2 gestores que participaram da pesquisa, uma vez que os mesmos são responsáveis diretamente pelo espaço escolar. E para prosseguir com referida pesquisa também fazem parte desta população participante 10 famílias da comunidade do Cabo de Santo Agostinho que tem crianças com deficiências na idade pré-escolar. É importante frisar que todos citados são importantes para o andamento no estudo, na qual está relacionado ao contexto da pesquisa.

Ao demonstrar a população referente aos alunos, gestores e professores dessa instituição é possível e importante abordar que o total de participantes dessa pesquisa é igual a população de professores que lecionam na escola composta por 9 professores 2 gestores no total. Além disso, em relação às famílias a população representa 10 famílias que foram localizadas na comunidade. Portanto, a população corresponde à mesma quantidade de participantes, ou seja, a população é igual aos participantes.

Contudo, ao assediarmos uma instituição de ensino que em sua particularidade que também atende alunos da modalidade infantil de 3 anos e seis meses a 5 anos e 11 meses, e entre laçar famílias da comunidade que tem criança com deficiências em seus lares com idades de frequentar o espaço escolar na modalidade infantil, acreditamos por bem lograr esses contatos com todos envolvidos, sendo assim atender o modelo escolhido para alcançar o retorno exigido dessa pesquisa requerida com maior aprofundamento do fenômeno em estudo, no qual se refere a inclusão de criança com deficiência e com certeza teria muito a contribuir com os objetivos propostos por essa investigação.

TABELA N° 03 – Participantes da pesquisa

Participantes	Quantidade
Professores do Ensino Infantil	09
Gestores da escola escolhida	02

Fam ílias que tem criança com deficiência	10
Totalizando	21

Fonte: Elaboração própria

3.6. Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados

É pertinente ressaltar que temos que selecionar os instrumentos adequados para a realização de uma investigação científica. A escolha dos instrumentos e das técnicas é uma das mais importantes para prosseguir na investigação, o método para afrontar os questionamentos devem está condizente no que se propõe, neste sentido trata-se de uma pesquisa qualitativa, Gil (1999, p.94) corrobora, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”. Como também dê o retorno satisfatoriamente ao modelo escolhido, nesse lapso foi eleito o estudo de caso. Para YIN, (2001, p.33) estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos da investigação, permitindo um amplo e pormenorizando da realidade e dos fenômenos definidos”. Com isto, há uma importância de trazer as técnicas e instrumentos correntes com o método empregado acertadamente os objetivos e perguntas relacionada a essa pesquisa.

Conforme Duarte (2002, p.140), “a definição do objeto de pesquisa assim como a opção metodológica constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto ao texto que se elabora no final”. Para a autora, as conclusões de um estudo são possíveis devido aos instrumentos utilizados na coleta de dados e técnicas estabelecidas para alcançar no resultado esperado.

Marconi e Lakatos (2003, p. 163) corrobora a “seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados à pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação”.

Portanto, é necessário que estabeleça os procedimentos para está sempre em mente o que pretende recolher para formalizar as normas de uma pesquisa, sendo assim, a determinação de cunho qualitativo propõe o modelo de estudo de caso, a técnica e o

instrumento utilizado, sejam eficazes promovendo a capacidade de atender suas características e expectativas dentro do contexto idealizadas nas condições necessárias.

Ainda Marconi e Lakatos (2003) ressaltam

A elaboração ou organização dos instrumentos de investigação não é fácil, necessita de tempo, mas é uma etapa importante no planejamento da pesquisa. Em geral, as obras sobre pesquisa científica oferecem esboços práticos que servem de [...] além de dar indicações sobre o tempo e o material necessários à realização de uma pesquisa (p. 164).

Por sua vez, analisamos de maneira cuidadosamente na escolha na qual poderia ser a técnica pra utilizar, e ao mesmo tempo tivemos a preocupação de usar a que atenda as necessidades e seja mais eficaz para esta pesquisa. Após de um arduo estudo, foi percebido que a técnica e instrumentos de investigação mais relevante que poderia responder os propósitos; dos questionamentos; aos objetivos; e principalmente ao problema dessa investigação. Como também ofertaria as demandas da temática em questão seria a entrevista, a observação e análise documental. Sendo exigido e sequencial para avançamos no estudo.

3.6.1 Técnica da entrevista

De maneira clara e contundente Marconi e Lakatos (2003) relatam :

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (p. 195).

A entrevista apresenta uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem mais contato direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto. A entrevista em profundidade é uma das técnicas mais utilizadas para essa finalidade. “Se utiliza a expressão “entrevista em profundidade” para fazer referência a uma técnica qualitativa de recolhida de informação, que se caracteriza por não ser direta, nem estruturada e sim aberta” (Campoy, 2018, p. 346). Estivemos em basados por estudos

de diversos autores que destinam grandes resultados ao uso da entrevista para a realização científica.

Levando em consideração que a técnica é um componente importante na realização de uma pesquisa qualitativa, devido a ela o investigador tem a possibilidade de buscar descrições nos relatos dos atores sociais que permite a contribuição com o nosso conhecimento sobre a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil. Tal como temos que relatar da importância que a utilização dessa técnica captou quaisquer perspectivas dessa investigação, nesse sentido vale também expor que os resultados ensejados com a investigação responderam perfeitamente aos objetivos proposto, nas quais, possibilitou uma reflexão relevante de um novo olhar sobre a contribuição a importância da inclusão de criança com deficiência em pró aos possíveis desenvolvimentos educacional no ensino infantil.

Prosseguindo com a ideia de esclarecer o emprego da técnica de entrevista em profundidade onde podemos destacar a orientação e nos determinou nortear este estudo seguindo a teoria de Campoy (2018, p. 348) que:

Considera a entrevista como uma técnica qualitativa, utilizada com maior ou menor profundidade, flexível e dinâmica, que permite recorrer a uma grande quantidade de informações de uma maneira mais próxima e direta entre o entrevistador e o entrevistado, e é a que se põe de manifesto das emoções, sentimentos e pensamentos.

Dessa maneira a finalidade foi obter através das entrevistas informações dos professores, gestores e famílias de crianças com deficiência na idade pré-escolar sobre suas crenças, opiniões relacionadas à inclusão educacional na Educação Infantil.

3.6.2 Questionário e entrevista

Os questionários e entrevistas são instrumentos a que os investigadores recorrem para transformar em dados a informações comunicadas diretamente por sujeitos. É assim, instrumentos destinados aceder a dimensões internas a uma pessoa, como sejam a informação ou reconhecimento que possui, os seus valores, preferências, atitudes ou crença.

Para o presente estudo, optamos para todos os entrevistados envolvidos (docentes, gestores e família que tem crianças com deficiência em idade pré-escolar), o questionário aberto, no qual nos permite explorar todas as possíveis respostas a respeito da temática, com o também possibilita que o respondente dê sua opinião sem induzir sua resposta com opções pré-estabelecida. Sendo assim teremos uma análise mais precisa, no qual proporciona resultados mais profundos.

Delegamos nesta pesquisa a entrevista semiestruturada, pois de forma bem simples, a entrevista é realizada com base em roteiro, que elaboramos previamente, e deixando claramente que usamos a sua flexibilidade para abranger resultados mais aprofundados ao longo da entrevista. Permitindo manter o foco até a finalização, sem deixar de lado a espontaneidade, uma vez que os sujeitos envolvidos da entrevista como a família de crianças com deficiências necessita sentir-se a vontade e capaz de contribuir satisfatoriamente para esta pesquisa.

Utilizamos “nesse modelo alguns requisitos genéricos, com o perguntas que começam com: “Como”, “O que”, “Quem”, “Por que”, “Quando” permitindo fortalecer possíveis respostas contundente e flexível.

Ao utilizarmos esse modelo possibilitou mostrar algumas características vantajosas da entrevista semiestruturada que adotamos, pois como ela apresenta característica do estilo estruturado livre, é capaz de oferecer o melhor de ambos os métodos, assim como também a realização de uma comparação objetiva dos sujeitos e, ao mesmo tempo nos forneceu uma abordagem personalizada e a exploração de cada ponto de vista. Levando em consideração as amplas dimensões que nos tornou possível a direcionar-nos no tema da entrevista, a possibilidade de testar o entrevistado e sua capacidade de se adaptar a determinadas situações, como lidar com problemas inesperados, oportunidade de conhecer melhor os candidatos, percebendo sua real percepção sobre determinado assunto. Já que é possível aprofundar a conversa, saindo do roteiro predeterminado.

Martins e Lintz (2000), definiu algumas estratégias para a entrevista.

O pesquisador deve planejar a entrevista, (...), buscando algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, atentando para os itens que o entrevistado deseja esclarecer, sem manifestar suas opiniões. Deve ainda,

criar condições favoráveis ao bom desenvolvimento da entrevista; obtendo a confiança do entrevistado; ouvindo mais do que falando; evitando divagações; e registrando os dados e as informações durante a entrevista.

3.6.3. Análise documental

Para torna-se os dados recolhidos enriquecedor foi aplicado também à técnica de análise documental através de documentos oficiais escolares, à vista disso, estamos citando a análise do PPP (Projeto Político Pedagógico) sobre a Inclusão de aluno com deficiência, especificamente na modalidade infantil, dessa instituição, uma vez que, essa modalidade é o primeiro passo da educação básica. “o uso de documentos para a pesquisa traz um riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em Várias áreas de ciência humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na contextualização histórica e sociocultural”. (Para Sá-Silva; Almeida, 2009 p. 113). Além disso, a etapa documental pode completar a pesquisa, subsidiando dados encontrados por outras fontes, no sentido de corroborar a confiabilidade dos dados. Quando se fala de documento o autor Campoy, (2018) fala:

Quando se fala de documento se faz uma referência a todo elemento de conhecimento ou fonte de informações registrada, materialmente suscetível de ser utilizado para qualquer tipo de consulta, estudo ou prova. A análise documental é uma técnica qualitativa de natureza semiótica e hermenêutica, que tem por objetivo a recopilação de informação. (Campoy, 2018, p. 420).

A análise documental constitui uma técnica importante para essa investigação, onde ocorreu no período que foi capaz de conter do documento a informação apresentada a referência do que procura analisar, levando em consideração que é relevante para nós conhecer se os documentos que regem o sistema escolar fornecem informações sobre a inclusão educacional, que logo atrela a matrícula e permanência de aluno com deficiência no espaço escolar. Campoy (2018, p.421) acrescenta que “os dados obtidos dos documentos podem usar-se da mesma maneira que os derivados das entrevistas e das observações, e sua utilização são uma combinação com outros documentos e técnicas de investigação que enriquecem as descobertas do estudo”.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p. 44).

Esse procedimento exige do pesquisador, a compreensão de certos mecanismos que ajudam na construção de evidências de determinado registro, não obstante é relevante mostrar a vantagem de usar em uma pesquisa qualitativa modelo estudo de caso é por tratar de uma técnica não intrusa e os dados tem forma permanente, para isso seja de fato importante para um estudo científico devemos em consideração a credibilidade do documento analisado. A confiabilidade está nas fontes onde estão retirados de diversas formas documentais.

3.6.4. Observação participante

Adiante da entrevista e análise documental, resolvemos executar a técnica de observação, de classificação participante, isto é a pesquisadora está envolvida fazendo parte do grupo pesquisado. Que dizer que a pesquisadora é docente da escola foco da pesquisa, com a finalidade de buscar respostas mais consolidada para a problemática desta investigação.

De acordo com Campoy (2018)

A observação participante estabelece uma comunicação intencionada entre o observador e o fenômeno observado de forma planejada. Esta comunicação se dá, normalmente, a nível não verbal, em que o observador está muito atento aos pontos-chaves que vai captando, por meios das quais interpreta o que ocorre, obtendo conhecimento mais sistemático, profundo e completo da realidade que observa (p. 330).

Para Minayo (2013) defini:

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a

finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participante da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Pois, interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (p. 70).

A observação implica necessariamente, um processo longo, que resulta na obtenção de informações relacionada ao contato direto do investigador do grupo ao qual estar investigando, isto é, o investigador é membro participante desse grupo, além disto, ele já possui conhecimento introdutório do será observado e registrado.

TABELA N° 04 - Técnicas utilizadas

OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO	TÉCNICA	FONTE DE INFORMAÇÃO
Verificar a presença de crianças com deficiências, em idade pré-escolar nas famílias da comunidade da cidade do Cabo de Santo Agostinho.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Observação Participante ➤ Entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise da pesquisadora ➤ Opinião das famílias
Identificar os motivos que levam a família a não matricular seus filhos com deficiência na educação infantil.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Observação participante ➤ Entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise da pesquisadora ➤ Opinião das famílias
Descrever a formação e as práticas pedagógicas dos docentes, para a modalidade infantil, tendo como recorte a	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entrevistas ➤ Observação Participante ➤ Análise 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Análise da pesquisadora ➤ Opinião dos

educação inclusiva.	documental	professores e gestores
---------------------	------------	------------------------

Fonte: Elaboração própria

3.7. Validação dos Instrumentos

Para construir essa pesquisa utilizamos os métodos rígidos essenciais para consolidação de um resultado eficaz, confiável e de alta relevância, determinando os meios de credibilidade para prosseguir desde início da investigação os critérios de confiabilidade, ajustado por qualquer estudo científico, aprimorado a seguir critérios de validação das técnicas e instrumentos pertinentes que utilizamos para os recolhimentos de dados, sendo fatores importantes que determinam o reconhecimento adotado.

A solução encontrada foi à criação dos instrumentos de mensuração que pode ser definidos como os métodos adotados para a investigação. Por essa razão, utilizamos as técnicas nessa investigação: guia de entrevistas e roteiro de observação, na qual conduzimos a cinco professores-Doutores especialistas e expertos na temática determinada por essa pesquisa, ou seja, tem a apropriação de conhecimento sobre o tema em questão, **(de acordo em apêndice nº 01)** tendo o intuito de conter distintas variedades de indícios e consequentemente apropriar os padrões requisitados pelos especialistas. “Essa é uma forma de validação de conteúdo em que se procura identificar, se os itens selecionados para o estudo estão medindo o que se deseja, realmente, medir. Além de se discutir, se o significado e a relevância do indicador estão evidentes por si só” (Bowling, 1997, p. 186). Entretanto, Campoy vem trazendo precisamente as orientações quando afirma que “avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta básico para determinar a qualidade de sua medição. As suas características métricas essenciais para a precisão de um instrumento são a validade e fiabilidade” (Campoy, 2018, p. 202).

Nessa conjuntura, levando em consideração os especialistas rotularam a temática de estudo, o objetivo geral e os objetivos específicos bem como a pergunta problema e manifestaram suas opiniões subordinando-se a dois critérios de grande relevância: 1º

clareza (se refere à qualidade da pergunta); 2º **coerência** (se a pergunta condiz com os objetivos da pesquisa).

Devido ao ponto de vista dos especialistas, obtemos as mudanças necessárias, acarretado o modelo final do guia de entrevista e roteiro de observação que foi consolidado aos docentes, gestores e família com criança com deficiência na idade pré-escolar, que são os sujeitos envolvidos para a realização deste estudo.

3.8. Procedimento da Pesquisa

Esta pesquisa tem como foco de estudo a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil na Escola Municipal Professora Vicência da Conceição na Cidade Cabo de Santo Agostinho/PE.

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular (Minayo, 2011, p. 25).

O objeto de estudo se consolida especificamente na análise a inclusão de criança com deficiência para crianças de 3 anos e seis meses a 5 anos e 11 meses da Educação Infantil. De acordo com desenvolvimento da investigação, vimos à necessidade de um estudo teórico, onde possibilitou abordar grandes estudiosos que contemplam essa temática determinada e todos os fatores que contribuem com a inclusão educativa na perspectiva de incluir as crianças com deficiência, na qual se tem a garantia de frequentar a Unidade Escolar e como construtores de seres humanos completos e assim adaptar a melhor forma científica que respondesse significativamente, publicações científicas na web.

Para este momento (**primeira etapa**) ocorreu nos meses entre fevereiro e março de 2018, onde realizamos levantamento teórico, com o intuito de aprofundarmos na temática, nesse sentido utilizamos conteúdos diversificados que nos dá subsídios para o contexto deste estudo como: livros; publicação científica na web; dissertações; revistas.

O tema abordado e a certeza do que iriamos tratar nessa pesquisa, prosseguimos com a finalidade da escolha do método que melhor seria para responder as exigências dessa

pesquisa, onde adotamos obras de vários autores, mas que acercamos a obra da Investigação Científica de Campoy (2018) especificamente para embasamento e conhecimento sobre as técnicas e métodos de pesquisa. Com isso preparamos o marco metodológico atendendo o enfoque qualitativo, modelo de estudo de caso sendo melhor requisito para entender a perspectiva de responder aos objetivos determinados.

Seguindo o roteiro estabelecido (**segunda fase**), certas em abrenhar ao campo escolhido para estudo e aplicação das técnicas selecionadas. A realização ocorreu primeiramente com os docentes, no qual não obtivemos nenhum contratempo na aplicação dos guias de entrevistas, consegui com autoconfiança aplicar a técnica de observação participante. É claro que obtive certos cuidados na programação dos meses para realizar a aplicação, contudo foram feitos nos meses de abril, maio e junho de 2018. Já que julho ocorre o recesso escolar.

1° Em uma reunião pedagógica transmitimos aos participantes os objetivos dessa pesquisa através de uma CARTA DE ESCLARECIMENTO (**conforme apêndice n° 05**).

2° Os participantes assinaram a CARTA DE CONSENTIMENTO onde se propunha a participar da pesquisa (**conforme apêndice n° 06**).

3° Ainda nesse momento, agendamos o dia e a hora do encontro individual com cada participante para formalizar a entrevista.

4° CARTA DE CONSENTIMENTO para a família permitindo utilizar a autoimagens de fotografias de alunos na sala de aula para a fim da realização desta pesquisa (**conforme apêndice n° 07**).

Com o intuito de prosseguir a referida pesquisa adotamos alguns métodos utilizados para os docentes, também para os gestores a aplicação da entrevista, uma vez, que há uma necessidade para a obtenção de respostas dos sujeitos envolvidos para dá andamentos a contextualização da temática da pesquisa. Como também a CARTA DE ESCLARECIMENTO e CARTA DE CONSENTIMENTO. Sobre tudo nesse momento agendamos o dia e a hora do encontro individual com os gestores participantes para formalizar a entrevistas ocorrendo no mês de agosto de 2018. (**Conforme apêndice n° 05 e n° 06**).

Para esta **terceira etapa**, realizou-se uma busca na comunidade do Cabo de Santo Agostinho, com a finalidade de identificar famílias com crianças com deficiências na idade de 3 anos e seis meses a 5 anos e onze meses, idade no qual está atrelado a modalidade de Ensino Infantil, sendo de fator de grande importância o guia de aplicação da entrevista com essas famílias. O dia e a hora do encontro individual com as famílias participantes para formalizar a entrevistas. Desta maneira estamos mais confiantes em abordar e prosseguir com o roteiro seguinte no qual aconteceram nos meses entre setembro a novembro de 2018.

1° um diálogo individual com a família identificada transmitimos aos participantes os objetivos dessa pesquisa através de uma CARTA DE ESCLARECIMENTO (**conforme apêndice n° 05**).

2° Os participantes assinaram a CARTA DE CONSENTIMENTO onde se propunha a participar da pesquisa (**conforme apêndice n° 06**).

3° CARTA DE CONSENTIMENTO para a família permitindo a retirar e utilizar a autoimagens de fotografias de seus filhos para a fim da realização desta pesquisa (**conforme apêndice n° 07**).

Propomos-nos a seguir orientações de Minayo (2011) para construção da quarta etapa:

Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

(p. 55)

Por sua vez, as entrevistas (**conforme apêndice n° 01 e n° 2**) foram direcionadas aos professores do Ensino Infantil e gestores da referida escola no dia e hora marcados pelos próprios participantes, tanto professores quanto gestores não se omitiram em participar.

Assim como também direcionado as famílias que identificamos, na comunidade no dia e hora marcada pelas as famílias, onde as mesmas não se recusaram em participar.

A última técnica abordada se refere à análise documental que se deu no mês de dezembro de 2018, focando principalmente na análise referente à inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil.

As entrevistas realizadas foram apontadas pela satisfação pessoal em poder com essa investigação, a possibilidade de contribuir direcionado com um novo olhar para temática abordada. O mecanismo estabelecido para registro das respostas se deu através de gravações, pois consideramos que as informações seriam recolhidas na integralidade de maneira objetiva e subjetiva e com a confiabilidade que as informações não seriam perdida. Diante dessa abordagem é necessário relatar que tanto professores, quanto gestores e famílias demonstraram imensa satisfação em participar colaborando de forma significativa dessa pesquisa, levando em conta que não tivemos nenhuma dificuldade na execução dessa técnica.

Entretanto, é relevante ressaltar que uma das partes mais significativo da pesquisa é mostrar as respostas aos objetivos e ao problema. Todavia, o método da pesquisa se consolida na quinta etapa onde possibilitou a fazer uma minuciosa análise dos dados logrados e expor os resultados alcançados. Essa análise aconteceu entre os meses janeiro e março de 2019.

3.9. Questões Éticas

Para desempenhar todos os procedimentos desta pesquisa, seguimos a Resolução 196/96, que retratam quais devem ser os aspectos assistido pelo o termo de Consentimento Livre esclarecido, estrutura pelo qual os sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ ou seus representantes legais, demonstrarão a sua aceitação à participação na pesquisa. Através desse termo, o entrevistado declara que foi informado de forma contundente, delineada dos objetivos da pesquisa. Além do mais, foram expostos outros itens para deixar esclarecido o contexto do termo para as informações serem mais concretas:

- 1) A liberdade de participar ou não da pesquisa, tendo assegurado essa liberdade sem quaisquer represálias atuais ou futuras, podendo retirar o consentimento em qualquer etapa do estudo sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo.
- 2) A segurança de que não será identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade, à proteção da imagem e a não censurar.
- 3) A liberdade de acesso aos dados do estudo em qualquer etapa da pesquisa.
- 4) A segurança de acesso aos resultados da pesquisa.

Em basados por esses termos, os entrevistados se fizeram livres e consentidos em participar dessa pesquisa, tonarmos todos os participantes conscientes que a ética é princípio dessa pesquisa e, portanto, guardado total sigilo e mantido anonimato de todos os entrevistados. Porém, diante dessa situação, optamos por adotar códigos para identificar os participantes. No entanto, no decorrer da análise os participantes serão identificados pelos códigos de P1 ao P9; G1 e G2; F1 ao F10.

DADOS E CONCLUSÕES

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo iremos apresentar e analisar os resultados precisos da pesquisa, que foram aplicados como o suporte das técnicas de coleta de dados realizados na Escola Municipal Professora Vicência da Conceição da cidade Cabo de Santo Agostinho - PE. Da mesma forma sobre a Inclusão de Crianças com deficiência, a fim de responder a problemática em questão através da participação dos docentes, gestores e famílias de crianças com deficiências e da observação participante acerca da temática estabelecida por esta pesquisa, sendo os sujeitos envolvidos com grande relevância, uma vez que todos fazem parte do contexto desta pesquisa.

Segundo o Gil (2008, p. 175):

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido

mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Lakatos (2003, p. 167) análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”, [...] enquanto interpretação dos dados é “a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”.

No mesmo contexto, Campoy (2018) define que “análise tem como objetivo acercar o entrevistador o mais possível ao mundo ou a experiência contada pelo entrevistado” (p55).

A apresentação da análise dos dados seguirá a seguinte dinâmica:

4.1. Análise das entrevistas através de categorias

4.2. Análise documental

4.3. Análise da observação participante

4.1. Análise da Técnica de Entrevistas em Profundidade

Decidimos realizar esta análise de acordo pela ordem, tendo em vista que estávamos concisos de que essa maneira nos permite uma melhor visão dos dados atingidos através de um tratamento conjunto, na qual nos possibilitou uma melhor compreensão significativa dos resultados alcançados.

Seguimos o seguinte processo para elaboração das categorias:

1º Leitura em profundidade dos dados obtidos;

2º Agrupamentos das informações obtidas por meio dos instrumentos da pesquisa em função de um eixo temático comum;

3° Dar nome a esse eixo, isto é, definir cada categoria. No qual destacamos a divisão da categoria e sujeitos participativos da entrevista, uma vez que seja essencial para a compreensão dos dados, já que estão atrelados a três tipos de sujeitos envolvidos.

Como recortes desse trabalho têm as seguintes participantes e categorias:

Participantes Professores (P1 a P9)

1° Categoria - A inclusão de criança com deficiência

2° Categoria - A formação e a prática pedagógica

3° Categoria - Acolhimento de criança com deficiência

Participantes Gestores (G1 e G2)

1° categoria - Desafios escolar para aluno com deficiência

2° Categoria - O PPP escolar no contexto inclusão

Participantes Famílias (F1 a F10)

1° Categoria - Garantia da Lei que dá o acesso à escola de alunos com deficiência na modalidade infantil

2° Categoria - Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo

3° Categoria - a inclusão da criança com deficiência na modalidade infantil

Para iniciarmos precisamos antes mesmo de categorizar os resultados dos dados é necessário demonstrar através da opinião dos professores, gestores e famílias, que são os sujeitos participantes.

Iremos iniciar com participantes sobre o conhecimento de inclusão. Através da fala foi notado que os participantes têm conhecimento sobre a inclusão, mas alguns não sentem inseguro ao falar sobre essa temática.

Para o P1, *“A inclusão é um processo que é importante, mas poucos dão essa importância, principalmente o Sistema Educacional que poucos fazes para sair do papel”*.

Para essa participante diz que o Sistema tem que fazer mais para o processo de inclusão, o P9 ressalta de forma mais complexa, *“A inclusão só acontece na cabeça dos governantes, que garante por Lei a matrícula de alunos com deficiências, mas não dão condições, mesmo sabendo que a inclusão é importante. As crianças precisam estar no espaço escolar, mas eu me pergunto o tempo todo, como?”*.

O P5 relata, *“Tenho Especialização em Inclusão Educacional, e faz dez anos que atuo na Educação Infantil e até hoje não tive aluno com deficiência, apesar de a inclusão ser muito importante para o desenvolvimento delas, elas poderiam aprender a lidar com as dificuldades”*.

Para o G1 *“A inclusão é um processo de democracia educacional dentro da escola, apesar deste processo esteja avançando, mais pouco caminha, tudo é tão lento que quase não conseguimos atuar de forma adequada para acolher essas crianças principalmente com os pequeninos que estaria na Educação Infantil”*. De acordo com a fala do G2 *“A inclusão só pode ser definida quando de fato as pessoas com deficiências ter seu direito garantindo, não é só matricular e sim dá condições para a permanência”*.

Para F1 *“A inclusão já vir falar, sendo que não entendo muito, mas sei que é para colocar todas as escolas na escola”*. Embora, alguma família não saiba muito sobre inclusão, mas a maioria tem sua posição enquanto a inclusão educacional. A F6 aborda *“sei ao que é inclusão, mas pouco vejo falar sobre o que a inclusão pode oferecer, minha filha “normal” vai à escola desde quatro anos já minha com deficiência até agora não foi matriculada, até agora não sei o que ela poderia fazer na escola”*.

Nesse contexto ainda podem os citar algumas opiniões sobre esse sentido de inclusão:

“A Inclusão é o ato de colocar alunos nas escolas, para frequentar a sala de aula” (F7).

“O direito que todas as crianças têm de ser matriculadas na escola” (F5).

“Na verdade, sei que incluir as crianças nas escolas, enquanto a minha criança, não sei que tipo de inclusão seria para ela, já que não consigo ver o espaço adequado para ela” (F2).

Para F8 ela relata o sentido inclusão de forma mais complexa *“Posso até saber sobre o processo de inclusão, pois a mídia fala muito sobre inclusão para pessoa com deficiência, mas pouco vejo quando se trata de inclusão educacional, mas também sei que é importante a inclusão em outro sentido, como: inclusão social, de atividade física, mas com já disse não existe inclusão na escola e sim exclusão”*.

Acreditamos prudente iniciar a análise das categorias com introdutório do conhecimento de participantes sobre a inclusão, sendo importante propor estes relatos prévios dos participantes dessa pesquisa, sendo relevante para prosseguir com essa temática.

Após embasamento temático seguiremos com abordagem dos dados por categoria.

1º Categoria – Inclusão de criança com deficiência

Por meio da abordagem dos dados que norteiam a essa categoria, a inclusão de criança com deficiência é o mecanismo que se inteira na promoção democrática na efetivação e permanência de aluno com deficiência na Educação Infantil. Assim adotamos essa categoria com a intenção de perceber a importância da inclusão educacional.

De acordo com P1:

“A inclusão possibilita grande avanço no sistema educacional, tanto para alunos com deficiência quanto para professor. O que precisamos é de um olhar mais direcionado para nós professores, precisamos ter mais apoio, é claro que as crianças também precisam desse olhar. Mas se não tivermos segurado para inclui-los como vamos trabalhar com eles?”

No sentido da relevância da inclusão para o P2, *a inclusão tem grande importância no sistema educacional “A escola é o eixo principal para essa criança, para seu desenvolvimento”*.

Sendo assim para P5 *“a inclusão é muito importante e na Educação Infantil vai ser o primeiro passo na vida escolar e que eles vão ter contato com outras crianças que não sejam sua família, vão ser incluídas”*.

Já para P7 relata:

A inclusão é um sistema camuflado de exclusão, todos tem o direito de matricular, mas na prática essa inclusão não existe, a partir do momento que não estamos preparados para lidar com esses alunos na sala de aula, além disso, as escolas não têm condições de acessibilidade para atender.

Em relação da ausência de alunos com deficiência P3 fala *“Acredito que não temos alunos com deficiência na educação infantil, talvez seja crença que a escola não está preparada para acolher seus filhos”*. Para P9 diz *“Apesar de a inclusão ser importante não temos alunos com deficiência sejam matriculados, acho que são tão pequenos que a família não se sente seguro para incluir na escola”*.

O P8 diz:

Olha este Sistema Educacional é tão fragilizado que não acredito em inclusão, ele pode ser até importante, mas me pergunto para quem? Professor despreparado, famílias não sente segura e escolas desestruturadas. Como posso atender crianças com deficiências que não tenho condições ensina-las ou mesmo manter a permanência.

Mesmo sabendo das grandes dificuldades em relação à inclusão alguns participantes acreditam da sua importância e que deve sim ser implantada de fato na Educação Infantil. Vejamos o relato de P4 *“como queria ter aluno com deficiência, mesmo com tantas dificuldades acredito que o melhor caminho é aceitar e busca de mecanismo para esses alunos, eles são vítimas de um sistema que só se preocupa em discurso vazio da palavra bonita inclusão”*.

Apesar de alguns questionamentos de insegurança sobre inclusão e sua importância obtemos relatos positivos:

“A inclusão é muito importante à criança vai aprender a superar os desafios apresentado por conta da sua deficiência” (P6).

“Já é difícil para essas crianças lidar com situações ruins, imagino como seja para elas não frequentar o espaço escolar, se torna pior ainda” (P2).

É apontada por alguns participantes os benefícios da inclusão na modalidade infantil, embora se tenham grandes dificuldades para o P5 *“A criança com deficiência, vai muito além que uma matrícula, ela vai desenvolver habilidades que não consegue em casa, habilidades essas que vai direcionar um novo rumo a sua vida social”*.

Assim, P8 engloba em seu relato sobre benefícios da presença das crianças com deficiência no ensino infantil:

Os benefícios de presença de criança com deficiência na Educação Infantil são muito relevantes, pois é nessa etapa que elas iniciaram sua vida escolar, tornando crucial o desenvolvimento de muitas habilidades, nas quais incluem socialização, adaptação, superação, cooperar e interação para o processo de acessibilidade.

Ainda sobre benefícios P1 diz:

Desenvolver a autoestima de qualquer pessoa é uma superação radiante, agora imagine se essa autoestima seja de uma criança com deficiência, é uma satisfação enorme, com isso o benefício será almejada de várias formas, uma criança feliz com vontade de lutar e vencer os desafios, dando a oportunidade de escolha e respeito.

Como vimos, os relatos há importância da inclusão educacional precisamente na educação infantil, embora alguma discricção mostre insegurança para lidar com a inclusão, mas também existe a preocupação de um novo olhar para favorecer este processo.

Para P7

A inclusão é uma necessidade de construir nova concepção do Sistema Educacional, na perspectiva de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos com iguais condições sendo muito valoroso na Educação Infantil.

Nesse sentido o significado da escola para todos os alunos, abrange uma perspectiva direcionada a um novo olhar. Como pontua Machado (2008):

A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia a todos os alunos, com e sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular (69).

Portanto, a inserção dessas crianças na rede regular de ensino, de preferência nos anos da Educação Infantil configura-se como um fator importante para efetivação da inclusão.

2º Categoria – A formação e a prática docente

A análise dessa categoria nos possibilitou a identificar o tipo de formação oferecida pelo Sistema Educacional tendo como recorte a inclusão e a prática docente. P3 destaca “*A formação para nós professores acontece mensalmente, para todas as modalidades de ensino*”.

Ainda P3 relata, *no entanto, o tipo de formação é que não estamos satisfeitos, na prática não funciona como deveria.*

Em relação qual tipo de formação é oferecido pelo Sistema Educacional. P1 “*A formação é um processo contínuo, que todos os professores têm o direito garantido por Lei, e participo de todas, pois acho importante*”. Já para o P5 questiona “*Gostaria de aproveitar mais a formação ofertada, mas não vejo nada, toda vez é a mesma coisa só teoria, teoria e teoria*”.

Para P4 “*participo de todas as formações e acredito que seja bastante importante, através dela desenvolvo minha prática nas atividades em sala de aula*”.

“*A formação oferecida tem sim seus benefícios, apesar de não está muitas vezes na realidade dentro da escola. Tento adequar a minha realidade, por isso vem se tornando valoroso*”. A fala do P2.

De acordo com P6 relata:

A formação é essencial para nossa categoria, estamos lidando com alunos em construção e todos os dias estamos em constantes mudanças. Por isso deve ser oferecida formação contínua para perpassar nosso conceito enquanto professor mediador do conhecimento e interventor da construção. Por tanto, para darmos conta dessas atualidades modificações temos que está preparada e nada melhor que a formação contínua.

Para o P9, *“O tipo de formação é fora de nossa realidade, embora se tenha grande importância, precisamos ter uma formação reflexiva, onde possibilite a colocar em prática todo que foi no passado”*.

Enquanto a formação adequada para a Educação Infantil, foi falado pelo P8, *“ultimamente até que as formações estão voltadas para essa modalidade, possibilitando levar estratégias dentro da sala de aula, o que encontramos como dificuldade são os recursos que muitas vezes para colocar em ação se torna fora da realidade”*.

Abordamos nessa temática a formação direcionada na Educação Infantil tendo com o recorte inclusão educacional. Para P2 *“Na formação se torna um desafio para nós professores ao falar de inclusão, as formações não são condizentes na prática”*.

Para P3 expressa sua opinião quando fala de formação inclusiva:

Fala-se, tanto de inclusão nas formações, mas o que precisamos é formação adequada para atender as deficiências apresentada pelo aluno. Exemplo, para lidar com aluno surdo e mudo formação em Libras, visual o braile e assim sucessivamente. Dessa forma estaremos preparados para lidar com a inclusão.

Por sua vez o P5 destaca:

O que deveria de fato que as formações ser mais dinâmica para que nos prepare e nos apoie para trabalhar com essas crianças, não tenho problema em lidar com a inclusão, mas fico angustiada em pensar ter alunos com deficiência na Educação infantil, pois não me sinto ainda segura para trabalhar, principalmente numa sala que tenho 25 alunos de quatro anos de idade.

Ainda sobre a formação docente no processo inclusivo, o P7 diz “A formação inicial ou continuada do professor deve promover a capacitação crescente para fazer a diferença significativa inclusiva”. Entre outras também enfatizam os relatos dos participantes:

“A formação na perspectiva de inclusão, ressaltamos que damos o primeiro passo, agora temos de colocar a prática” (P9).

“A formação é um suporte para lidar com a inclusão, um novo olhar” (P1).

“O começo para termos uma nova visão, somos capazes de nos aperfeiçoar e mudar essa história e tudo parte de uma boa formação” (P6).

Além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Portanto, abordamos nesta entrevista a prática pedagógica para atender as crianças com deficiência. O P9 descreve, “*sou capaz de mudar minha prática a partir do momento que incluir na minha sala aluno com deficiência, dessa forma irei contribuir com o desenvolvimento delas*”.

Para P4 “*A minha prática pedagógica adapto com a realidade em sala de aula, para atender a demanda, como não tenho alunos com deficiência trabalho apenas o respeito da diferença com a turma*”. O P8 complementa “*A formação e a prática pedagógica tem que andar juntas para que estejam conectados ao cotidiano escolar*”.

Ainda ressalta o P5:

A prática pedagógica inclusiva do professor tem o papel de intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, com isso precisamos fazer com esses alunos se sentirem capazes de construir sua dinâmica de confrontar e resolver conflitos cognitivos.

Para o P3 “*O professor, como organizador da sala de aula, guia e orienta as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes e competências essa prática envolve com significado o processo de ensino*”.

Já P1 relata “*A prática muitas vezes não utilizamos de forma correta, a realidade é totalmente diferente do dia a dia*”. Nesse ponto analisamos como fundamental explicar que

a prática é uma ferramenta indispensável para o professor. O P9 diz "A sala inclusiva, considera-se que os conteúdos escolares são considerados objetos da aprendizagem, aos alunos, cabe atribuir nossa prática de construir conhecimentos e, nós assumimos a função de mediar esse processo".

"A adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, que levem em conta a realidade e as condições existenciais dos alunos, pois desta forma se poderão dar respostas adequadas e pertinentes às necessidades que eles apresentem" fala (P2).

P6 destaca "O sistema de apoio pode até colaborar em parte, mas somente o educador, que está em sala de aula, conhece o processo de ensino e aprendizagem, a convivência e a dinâmica de sua docência, que poderá eleger as práticas de ensino".

Carvalho (2004) descreve sua preocupação com de angustia dos docentes em questão da formação e a prática.

Pesquisas realizadas vêm mostrando que os professores, embora sensibilizados com os alunos "especiais", sentem-se pouco capacitados, porque "a formação que receberam, habilitou-os a trabalhar sob a hegemonia da normalidade e não foram qualificados para o trabalho com diferenças individuais significativas" (p. 88).

Com a intenção de ressaltar que a formação e a prática necessitam está alinhada uma a outra, Arantes (2006) diz:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que nessa perspectiva devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (p. 58).

3º Categoria - Acolhimento de criança com deficiência

Enfatizam os a importância dessa categoria para o resultado desse estudo, possibilitando posteriormente acrescentar na resposta da problemática desta temática.

Através da análise dos dados recolhidos é possível relatar que os professores apontam que, não tem dificuldade criança com deficiência em sua sala de aula, mas ainda sente um pouco de insegurança por falta de apoio e acessibilidade no espaço.

Com isso ressaltando algumas indagações deste contexto.

“Sinto-me preparada, porém a estrutura deixa a desejar, pois o Sistema em si não me dá condições, mas temos que acolher essas crianças e tentar mudar essa história” (P1).

Para P2 *“O acolhimento é a forma mais importante para essas crianças, passar segurança para elas, pois elas estão dando seus primeiros passos no espaço escolar na modalidade infantil”.*

Relata P5 *“Somos professores às vezes fragilizados por falta de condições necessária, estamos pronto sim para acolher e receber esses pequenos. O acolhimento é muito importante, não só para as crianças com deficiências, mas para todos os alunos”.*

Sendo assim P8 resalta:

Se não acolhem os, não somos os professores. Podemos até não está preparada para lidar com situação relacionada à inclusão, porém estamos aptos a acolher, mas não queremos só acolher e sim fazer a diferença na vida delas, e para isso é necessário tem os condições de apoio, formação, acessibilidade e recursos para ser trabalhado de forma significativa.

“Acolher significa está no caminho certo, eu falo acolher fazendo a diferença, isso que vai fazer esse aluno sentir-se protegido, acolhido e pronto mudar seu cotidiano” (P6).

Diz P9:

Nós docentes, geralmente sente-se ansioso e temeroso diante de nova situação para qual não se encontra preparado. De início eu penso se necessário especializar-se para poder melhor atende aluno com deficiência, isso significa angustia de não está apta.

A crescenta P4 *“Os alunos com deficiências precisam se sentir bem acolhidos ao iniciar seu processo escolar, esse acolhimento é muito importante”.*

“Vale lembrar que aluno com deficiência se sentir acolhido, não vai está bem pra frequentar a sala de aula, assim se tornará frustrações para ambos tanto alunos, quanto o professor” (P4).

“A contribuição do acolhimento não tem é muito grande, principalmente na educação infantil” (P3).

“Contribuí para que a criança pense, pesquise, busque soluções, interaja com o meio e construa suas próprias ideias” (P4).

“A criança aprende de forma prazerosa, ela constrói seu conhecimento, interage com os professores e seus colegas, aprende regras e limites de seu desenvolvimento psicomotor e a afetividade, se ela não se sentir acolhida nada disso vai ocorrer” (P7).

Foi importante descobrir na abordagem dessa categoria que é possível através da ludicidade conseguir que as crianças se desenvolvam por completo e que os professores se preocupam com a aprendizagem no momento em que realizam avaliações para assim tomar as decisões cabíveis e necessárias para se adequar as necessidades individuais de cada um .

Sabemos que nessa fase o acolhimento é imprescindível, uma vez que a criança com deficiência está iniciando sua vida escolar, portanto, há uma necessidade do acolhimento ser levado em consideração e a sua importância no espaço escolar. Para Veiga (2008) aborda:

Nessa etapa, a criança deficiente precisa de aconchego, de afeto, de sentir-se acolhida, aceita naquele ambiente, sem restrições nem discriminações. Essa não é uma tarefa fácil, já que, na maioria das vezes, o ingresso da criança deficiente na escola não se dá de modo fácil e natural, mas é precedido de atitudes negativas por parte das pessoas da escola e dos pais dos outros alunos e até mesmo da própria criança, que ficam apreensivos quanto à capacidade de adaptação de todos os envolvidos no processo de inclusão, podendo demonstrar medo diante do desconhecido e do diferente, que levam aos sentimentos de recusa, rejeição e discriminação (p. 179).

Com o intuito de prosseguir com andamentos das entrevistas, abordaremos com os sujeitos participantes os G1 e G2, de fator muito relevante, uma vez que os mesmos são a hierarquia maior no espaço escolar, responsável pela a qualidade do funcionamento da instituição educacional, que não só está atrelada a parte administrativa mais de todo contexto escolar, de alunos a funcionário, acessibilidade a recursos utilizados, em fim, são sujeitos de grande relevância nesta pesquisa. Como relatamos os participantes serão classificados com o g1 e g2 em duas categorias, que seguiremos a seguir.

1º Categoria - Desafios escolar para alunos com deficiências

Os desafios estão sempre permeando a instituição educacional, e quando estamos falando de inclusão sabemos que desafios encontrados são muitos, principalmente para os alunos. No entanto, essa categoria aborda as dificuldades dentro do espaço escolar motivos que preocupam não só o professor, mas gestores e alunos com deficiências. Neste item, apontamos quais os desafios que os gestores enfrentam ao longo do processo de inclusão.

A falta de acessibilidade foi apontada de forma geral, com o relata G1 *“infelizmente a maioria das escolas não estão preparada para lidar com a inclusão, principalmente na educação infantil”*.

Para G2:

Queremos essas crianças matriculadas, mas temos que dá condições de acessibilidade do momento que sai de sua casa até chegar à escola, infelizmente não depende só dos gestores há todo processo, o sistema governamental precisa se envolver e promover a acessibilidade.

G1 acrescenta:

A verba que vem não garante realizar a estrutura necessária para atender esses alunos. Embora, a escola seja grande, mas precisa ser readaptada, temos alunos com deficiência no fundamental. É vemos a dificuldade deles. Se chegar aluno com deficiência na modalidade infantil temos que rever toda situação.

Enquanto a estrutura física da escola G 2 diz *“A escola precisa melhorar muito, caso tenhamos alunos com deficiência na educação infantil, estamos preparada para acolher, apesar da falta de recursos como: porta maior para cadeirantes, sala de recurso infantil e banheiro mais acessível”*.

G 2 aborda *“A acessibilidade é só um ponto, como também necessitamos de apoio pedagógico, docentes capacitados para atender a deficiência apresentada, e principalmente salas adaptadas”*.

Em relação à ausência de alunos com deficiência na escola da modalidade infantil, *“São atribuídos os fatores que envolvem a todos, famílias, comunidade escolar, alunos, e em fim, até o Sistema Educacional que não promove ação conjunta com a escola para a busca dessas crianças de idade pré-escolar ser matriculadas”*.

Com o diz Tezani (2010, p. 293)

Adaptar a escola para garantir a educação inclusiva não se resume apenas a eliminar as barreiras arquitetônicas dos prédios escolares; é preciso ter um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

2º Categoria – O PPP escolar no contexto inclusão

Nessa categoria abordamos ainda com os gestores, pois vimos a importância da contribuição que está relacionado no seu papel enquanto gestor, que proporcionam momentos de reflexão com todos que compõe a escola. Neste sentido, é momento de abordar o PPP, pois é a partir dele que a escola se posiciona em relação ao seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência ou não. É nesse momento que pode ser direcionadas as propostas pedagógicas onde vai atender a necessidade escolar, com isso temos a intenção de acercar as ações que favorece a inclusão na modalidade infantil. Diante disso irão ver as questões a seguir dos participantes.

Para G 1 O PPP *“É importante mesmo, mais não fácil colocar no papel principalmente colocar em prática, chegar ao consenso de todos é difícil”*. Juntamente é explicado como ocorre esse processo, no qual deve ter a participação de todos. G 2 *“Na*

elaboração do PPP, deixamos clara a importância de todos, dessa forma iremos discutir o futuro da escola, sendo assim não podemos deixar de dá ênfase ao assunto tão valioso da construção de documento de grande valia”.

Enquanto a inclusão no PPP,

Para G1:

A construção do PPP é o momento onde todos deveria se envolver, nesta forma ele daria o norte para todas as questões que envolvem a escola, nesta forma aproveitamos para direcionar a inclusão, deixando clara a sua relevância para atender os alunos com deficiência. Assim a propostas estão dentro da Lei e das normas da escola.

O G2 acrescenta:

Tentamos fazer todos participarem, gestores, Professores, merendeiras, serviços gerais, administrativos, coordenação, alunos, família e comunidade civil. Assim todos tem a forma de falar sobre as práticas docentes, alimentos oferecidos, a limpeza escolar, a opinião das famílias em relação a escolas e seus filhos e que podemos oferecerem conjunto como a comunidade com o objetivo da qualidade na aprendizagem, promovendo a inclusão em melhoria significativa.

Ainda diz G2 *“A fazemos ações para oferecer vagas para as famílias matricular seus filhos com deficiência, já na educação infantil. Mas que não conseguimos até agora colocar em prática”.*

Em relação a promover ações dentro do PPP para efetivar a matricula dessas crianças, uma vez que existem crianças com deficiências na idade pré-escolar fora da escola, G1 diz:

Essa ação precisa partir da Secretaria de Educação, muitas famílias não sabem que seus filhos tem o direito de frequentar a escola na idade de zero a três anos e cinco meses em creche e três anos e sete meses na escola de educação Infantil. Não podemos fazer isso só enquanto escola.

G 2 fala:

Até podemos fazer a busca dessas crianças, mas é necessária uma parceria. Enquanto a escola fez, ações como ofertar vagas de matrículas, no entanto não podemos obrigar a família matricular, mas tentamos entender a resistência de efetivar a matrícula, fico até encucado, em saber que existe criança fora da escola.

Nesta perspectiva Sarmiento, Fernandes e Tomás (2006), pensar a garantia desses direitos nada mais é do que perceber o sujeito como um sujeito de direitos, sem falar do contexto educacional de modo geral, pois,

O que se encontra em causa é, simultaneamente o mais simples e o mais radicalmente comprometedor do trabalho político e pedagógico: a organização das escolas como lugares de afirmação das crianças enquanto alunos que são sujeitos sociais e sujeitos sociais que se desempenham na escola como alunos. Isso implica [...] o trabalho complexo da articulação do mérito, da igualdade e do respeito (157).

Participantes famílias

1º Categoria – Garantia da Lei que dá o acesso à escola de alunos com deficiências na modalidade infantil

Nesta categoria abordamos sobre a Lei que garante o acesso a todos de serem matriculados na unidade escolar, embora, se tenha desse direito muitas famílias ainda são desprovidas dessas informações, essencialmente para crianças de idades de educação infantil, fazendo com que seus filhos com deficiência fique excluída do espaço escolar. Neste contexto sabemos da importância das crianças com deficiências frequentar o espaço escolar, tendo em vista, a possibilidade de esses alunos desenvolverem habilidades e aprendizagem significativa. Com tudo, se ver a relevância das informações sobre a lei que acerca que estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Baseado neste contexto vem a necessidades de ir à busca de participantes relacionadas a famílias que tem criança com deficiência, na idade pré-escolar.

Em relação a informações sobre a lei que garante a matrícula e permanência de sua criança de idade para educação infantil frequentar a unidade escolar.

E tem os as seguintes respostas:

“Sei que tem a lei, mas nunca vir, e só sei que é para criança de seis anos de idade que é obrigatório” (F1).

Já F3 relata:

Sobre a lei já escutei falar pra ser matricular as crianças, em relação a minha que é cadeirante, não vir e sabia dessa garantia, ou melhor, desse direito. Mas o governo não tem intenção de dos informar, as escolas não tem vaga para os alunos “normais” imagina para crianças com deficiência.

“Desconheço a lei, também nunca tive interesse de saber sobre essa lei, quando meu filho ter seis anos ou mais eu coloco na escola, se ter vaga” (F5).

Para F4 *“sou informada sobre lei, mas ela não me da condição para matricular minha criança, então para mim não vale nada”*. Mesmo sabendo que tem essa lei, muitas famílias acredita que esta lei não tem garantia na prática, quando se trata de seus filhos com deficiência. Como diz (F2) *“Essa lei existe de fato, mas na prática essa lei não funciona, pois até tentei matricular minha criança com três anos e seis meses, ela está com cinco e até agora nada”*.

Assim mesmo dialoga (F7) *Gostaria muito de conhecer a lei, mas que ela funcione, vejo a falar de lei todo tempo, mas vejo nenhuma funcionar aqui no brasil.*

Assim tem os outras opiniões sobre a lei:

“Sei que a lei está no papel e pode garantir a efetivar a matricula do meu filho, mas o que não sabia a garantia já é na educação infantil” (F8).

“Mesmo sem entender muito sobre a lei sei que ela é importante para nós, é um passo principalmente para as crianças com deficiência” (F6).

“Na verdade conheço e desconheço, pois já vir falar, mas não entendo nada que diz ali, é complicado, além disso, nem é feito o que tem ali, talvez seja importante” (F10).

No que diz a Lei da Constituição Federal, (1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino (Art. 205).

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) têm como garantia, “A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida”.

2º Categoria - Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo na modalidade infantil

Nesta categoria vimos à necessidade da abordamos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, pois na fase da modalidade infantil as crianças tem a possibilidade de apresentar e desenvolver suas habilidades capazes de realizar atividades imposta pelos docentes, juntamente com a interação com outras crianças, sendo um grande passo para o aprendizado e desenvolvimento cognitivo. Embora se tenha esse ganho, muita família ainda sente-se insegura no que suas crianças poderão aprender na escola, uma vez que seus filhos apresentem deficiências, e sua idade ainda de três a cinco anos, os tornam dependente totalmente de responsáveis.

Com a intenção de sabermos o ponto de vistas das famílias sobre este contexto tivemos as seguintes opiniões:

Para F9, “*Pode até que o meu filho aprenda nesta idade, indo para a escola, mas o que vejo ainda é cedo, ele não aprenderá muito, talvez a aprendizagem dele se torne mais frustrante para ele*”.

“*Claro que é importante aprender e desenvolver o cognitivo, pois a criança terá mais ganho, só não imagino na idade dele no momento*” (F10).

Proporciona desenvolver “*habilidade e ilimitada no que vai aprender, vai brincar, aprender, dependente do que a escola oferece como atividade*” (f1).

Relata (F5),

Sei da importância da educação infantil, as crianças aprendem muito quando é matriculado cedo, vai aprender e desenvolver muito, no caso minha criança. Sou insegura porque pode piorar caso ela se agite e não consegue fazer atividade ou qualquer coisa.

Ainda sobre a importância do aprendizado e desenvolvimento cognitivo para alunos na educação infantil, obtivemos os relatos dos participantes.

“Claro que tem importância, assim com também ela vai estar com outras crianças, talvez ela aprenda mais rápido na escola do que em casa, mas penso a que ponto pode ser bom para ela” (F7).

“Talvez o aprendizado seja lento não alcance de outros alunos, o desenvolvimento na escola automaticamente vai vir, só não sei que forma vai ocorrer” (F2).

“Acredito que só tem importância se o professor oferecer tipos de atividades diferenciadas, sendo apropriado para minha filha, caso ao contrário não aprende nada” (F3).

Para (F6) que diz:

“A escola é a oportunidade para que de fato aprendam e desenvolva suas habilidades, mas é preciso que essas crianças não sejam isoladas realizando atividades sem acompanhamento e sem sentido, dessa forma o que adianta está na escola?”.

A acrescenta (F8):

As crianças precisam ser estimuladas e incentivadas o mais cedo possível, ou seja, nos seus primeiros anos de vida. Porque com esse acompanhamento elas irão crescendo e sentindo que tem todo o apoio necessário por parte de nós à família e daqueles que vão ficar na escola com elas.

“A educação infantil é o primeiro passo para nossas crianças com deficiência, mas nem sempre a aprendizagem e desenvolvimento seja a realidade delas” (F4).

O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente com partilhado em que permite o convívio e a participação. A LDB define esta categoria quando diz:

O trabalho pedagógico com a criança de 0 a 6 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender às especificações do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir a construção e o exercício de sua cidadania (MEC 2006, p. 10).

3º Categoria – a inclusão da criança com deficiência na modalidade infantil

Os desafios estão permeando o meio educativo, e quando falamos em garantir uma educação inclusiva para alunos com deficiência na educação infantil, trouxe também uma nova visão através das políticas a perspectiva de efetivar a matrícula e permanência de alunos com deficiência na modalidade infantil pré-escolar, com isso trazemos a necessidade de abordarmos nesta categoria ainda a família que tem filhos nesta idade e com deficiência, no qual alguns pontos são importantes para entender os desafios para executar a matrículas dessas crianças no espaço escolar.

Abordamos nesta entrevista com as famílias se suas crianças já estão matriculadas na unidade escolar, tendo em vista que elas estão com a idade de frequentar a pré-escolar, e ressaltar a importância da escola para essas crianças.

Obtivemos as opiniões.

Para F1 *“minha criança ainda não está na escola, mesmo tendo quatro anos”*

Relata F2 *ainda não matriculei meu filho, ele tem quatro anos.*

Assim como F1 e F2, as F3, F4, F5, F6, F7, F8, F9, F10, não matricularam seus filhos na escola, apesar das crianças terem a idade entre três anos e seis meses a cinco anos e onze meses. Ressaltando que todos os participantes, os filhos apresenta deficiência.

A partir desse contexto houve a necessidade de sabermos o porquê ainda estas crianças não estão na escola na modalidade infantil tivemos as opiniões.

Para (F1), *acredito minha filha ainda não esteja preparada para ir na escola, a deficiência dela e paralisia cerebral, por isso não me sinto segura.*

“Sabe sempre achei que a escola não oferece condições para meu filho, além disso, moro distante da escola, fica difícil levar ele” (F2).

Diz F3, *“nem a escola nem professor esta preparado para lidar com as crianças com deficiências. Não tem condições de atender os normais quanto, mais meu filho”*.

Ainda neste contexto percebemos na fala através da entrevista que os participantes acreditam que seus filhos não sejam capazes de aprender alguma coisa na escola.

“Acho que nesta idade não aprende muito, percebo que os professores não gostam de alunos com deficiência, eles não estão pronto para receber” (F7).

Relata (F5):

Sinceramente não matriculei minha filha, para não correr o risco dela perde o benefício que ela recebe, caso ela aprenda alguma coisa ela pode perde esse dinheiro que recebe todos os meses. Outra coisa ela não precisa trabalhar para que frequentar a escola que não vai servi para ela.

Acrescenta F4 *“não sinto segura para colocar na escola, porque ela não sabe se defender e outras crianças podem agredir, fazer bullying com minha filha. Ela só tem cinco anos”*.

Apontamos os benefícios que podem trazer para estas crianças. E tivemos algumas opiniões negativas.

Para (F10) *“qual benefício que terá? Que o professor e despreparado, a escola não tem acessibilidade”*.

A fala de (F9) *“Sei que minha criança pode desenvolver na escola, e até fico pensando em matricular, mas quando penso que existe discriminação e minha pequena vai sofrer e não estarei lá para defender, desisti de matricular”*.

F8 *“diz, mesmo tendo benefícios, não tenho vontade de matricular, ela vai aprender com a família em casa, afinal ela não precisa saber muito para viver”.*

“Irei matricular no 1º ano que é obrigatório, meu filho frequentar escola, pelo que sei. Ele vai estar com seis anos. Se eu conseguir vaga para ele” (F6).

“Incluir ou excluir”? Assim opinou (F9).

Ainda continuando sobre a participação de criança com deficiência na escola da modalidade infantil, capaz de desenvolver e interagir de forma positiva no ambiente escolar, no qual favorece a inclusão e a relevância de desencadear um novo olhar educacional no que se referente a essas crianças que necessitam de perpassarem ambientes educativos, já na idade de pré-escolar. Tem os seguintes opiniões:

Relata (F1) *“irei pensar no que será melhor para ela, mas não é fácil para mim, para o professor e para a criança que tem deficiência, ser matriculada nesta idade, mesmo sabendo que posso está errada”.*

“Sei que ele pode se interagir e desenvolver alguma coisa, irei pensar sim em colocar na escola, no próximo ano” (F2).

“Ela já poderia estar estudando, mas sempre tive receio, talvez vá colocar ela na escola, quando penso nos benefícios, mas logo vejo as dificuldades” (F3).

Para (F6):

Tenho grande esperança que meu filho venha desenvolver na escola, pode ser que ele junto com outras crianças aprenda, e goste do novo ambiente. Ele vive mais em casa onde passa a maior parte do tempo. Às vezes o vejo tão estressado, agora acho que é por conta disso, só em casa. Pode ser que a escola seja uma boa opção.

Assim (F8) acrescenta:

O tempo passa tão rápido meu filho tão pequeno, não ingênuo, tão indefeso, que nunca imaginei ele longe de mim por tanto tempo, sei que estou sendo egoísta pensado apenas em cuidado, e esqueço que ele precisa criar asa e

voar, ou seja precisa ter sua autonomia pra seguir em frente, não estarei sempre ao lado dele, a escola é o melhor caminho onde irá desenvolver muito mais. Agora estou certa disso.

“A participação dela na escola de educação infantil, pode trazer ganho no desenvolvimento e aprendizagem, logo aprenderá a se defender” F4.

“Um dia levei o irmão para escola, e junto estava meu filho com deficiência, percebi que aquele ambiente fazia ele feliz, mas a escola não tem estrutura para ele, e também não tinha vaga. Passou-se a até agora está fora da escola” (F70).

“Tudo indica que vou matricular no próximo ano estará com cinco anos, espero que a escola tenha condições de aceitar e o professor esteja preparado para ficar com a minha criança” (F9).

(F10) descreve sua opinião:

Ainda não sinto que a escola principalmente professores não estão preparadas pra ensinar crianças com deficiência, mas percebo ainda a angustia quando vou na escola e falo sobre meu filho, ele tem microcefalia e todos ficam questionando sobre o desenvolvimento. Tenho que pensar quando irei matricular, embora sei dos benefícios enquanto ao desenvolvimento escolar.

De acordo com o Ministério da Educação e do Desporto. Instituiu como ferramenta no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a possibilidade da criança com deficiência desenvolver a autonomia e a partir dela desencadear outros elementos (Brasil, 1998):

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais (p. 22).

4.2. Análise documental

O objetivo da abordagem da análise de documentos se deu no momento em que vimos que seria importante abordar o Projeto Político Pedagógico da referida escola e fazer um estudo minucioso de seu teor a fim de compreendermos se existem ações ou propostas que estejam realmente relacionadas à inclusão de alunos com deficiências oferecendo condições necessárias já na Educação Infantil e a contribuição da escola para a busca dessas crianças serem matriculadas.

Dessa forma, queremos relatar que sendo o PPP um documento tão importante para as instituições educativas, onde são traçadas estratégias, planos e ações de desenvolvimento dos alunos, não seria diferente para essa instituição o devido valor desse documento.

Tendo em vista da análise do seu teor ficou perceptível que esse documento foi construído para atender as necessidades educacionais dos alunos.

Nossa Unidade tem a intenção de desenvolver um trabalho que permita e incentive a participação dos pais e responsáveis na vida escolar de seus filhos, além de proporcionar momentos de estudo sobre temas pertinentes a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA I embasados pelo Referencial Nacional da Educação Básica paralelo à Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho. Assim garantindo a efetivação das matrículas de todos os alunos, incluindo alunos com deficiências em todas as modalidades (PPP da escola conforme em anexo 02).

A partir da abordagem desse documento averiguamos que a proposta difundiu situações debatidas e defendidas ao longo desse estudo tanto por estudiosos renomados na temática quanto pelos participantes da pesquisa, visto que, a intenção desse documento se configura como algo real e objetivo no qual, visa sempre o desenvolvimento integral das crianças em todos os sentidos, físico, psicológico e social, se adequado à garantia do processo de inclusão.

Com o a investigação trata de objetivos sobre a educação inclusiva, é pertinente citar que o Projeto Político Pedagógico dessa escola faz referência à inclusão de alunos com deficiência em suas estratégias educacional. Ponderemos:

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a inclusão, a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (PPP da escola conforme em anexo 02).

O documento vem trazendo com nova concepção, no qual aborda a inclusão de alunos com deficiência, a possibilidade de construir relação através do comprometimento da escola com todos que estão atrelados à unidade escolar, levando em consideração o resgate da relação, sociais que oportuniza.

Com o isso também podemos enfatizar na análise documental, abordamos que, apesar deste documento falar-se de inclusão e ter matriculados alunos com deficiência em modalidades do fundamental I e EJA I, a educação infantil não apresenta dados que se tenha matriculado, como também não há ação que busque esses alunos para escola. Vejamos no que diz de acordo com o documento PPP.

A Unidade Escolar Professora Vicência da Conceição vem recebendo crianças com deficiência no ensino fundamental I e EJA I. Apesar de não temos matriculados esses alunos na modalidade infantil, a escola está apta para anteder qualquer demanda necessária (PPP da escola conforme em anexo 02).

Embora, o documento é extremamente flexível e adaptável à realidade de cada aluno, ele aponta também vários recursos que podem ser utilizados para aperfeiçoar o atendimento desses alunos, através desses recursos é possível ainda de acordo com esse documento implementarem ações de adaptação para o contexto inclusivo.

Toda via, além de todas as estratégias, metas e planos já traçados por esse documento, ainda é proposta para melhoria para acessibilidade da inclusão, a construção de espaços que facilite o acesso acessível em todas as dependências da escola, acrescentando

o banheiro na parte superior da escola, uma vez que todos os banheiros ficam na parte térrea, precisando que os alunos sejam deslocados pela rampa até o local.

Nesse contexto, o nosso ponto de vista, é de grande relevância quando se tem em mãos um documento desses na escola, pois os ganhos são grandes quando possui com o documento com regente, especificações que contribuem diretamente com as políticas que englobam ações necessárias para facilitar o andamento escolar, com tudo vale frisar o quanto o engajamento da inclusão educacional. Como também as práticas educativas no contexto pedagógico e inclusivo.

Apontamos também, que a técnica de análise documental atendeu prontamente aos objetivos de estudo e contribuíram com a nossa compreensão sobre a importância da inclusão educacional, principalmente quando falamos de alunos com deficiência no espaço escolar, ganho indiscutível em todos os sentidos.

Portanto, valoramos a importância da construção do PPP na Unidade Escolar, sendo o princípio que norteia o funcionamento atrativo e construtivo na aprendizagem das crianças e a valorização do sujeito em formação construtiva. De acordo com o PPP temos com o recorte:

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. É o PPP que irá demonstrar o que a escola idealiza quais suas metas e objetivos e quais os possíveis caminhos para atingi-los.

Sua importância está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. (PPP da escola conforme em anexo 02).

Para Vasconcelos (2004, p. 169) acrescenta:

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da

realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

4.3. Análise da observação participante

Classificamos essa observação com o participante pelo fato do investigador ser integrante do grupo de estudo. Como professora dessa escola pôde analisar de perto o objeto de estudo e participar dessa investigação além do meu papel de investigadora.

Durante a observação em que me apropriei de uma visão diferenciada dos momentos que estou em trabalho efetivo, pude observar e dar sentidos as coisas simples que antes não reconhecia como tal, apenas pela olhar de investigador que carregava comigo durante aqueles momentos.

A análise a seguiu um roteiro pré-estabelecido (conforme apêndice 04) que nos proporcionou mais segurança e conforto no momento da observação e com isso não perdêssemos nenhuma informação que fosse relevante para esse estudo.

Desta forma a realização da análise ocorreu nas observações serão postas de maneira simplificada e objetiva para melhor entendimento do contexto de inclusão dessa escola. Em andamento será estabelecida por turma.

➤ Educação Infantil I

Trata-se de uma sala ampla é pouco arejada, no qual funcionam duas turmas, manhã educação infantil “A” e tarde Educação Infantil “C”, possui uma professora titular. Nessas turmas podemos observar que a prática pedagógica estão voltada para a fase da modalidade infantil I que são alunos com a idade de três anos e seis meses a quatro anos e cinco meses.

A turma de educação Infantil “B” atende pela manhã em sala com a mesma estrutura. Apesar de atender a modalidade infantil, nenhuma sala possui banheiros correlacionados as salas de aulas.

A análise da observação de fato se dá no momento em que podemos perceber que não tem alunos com deficiência nas turmas tanto pela manhã quanto a tarde da modalidade Infantil I.

➤ Educação Infantil II

As turmas da Educação Infantil II estão compostas por três turmas uma pela manhã Educação Infantil II “A” e tarde Educação Infantil II “B” e “C”. Atendendo alunos da faixa etária de quatro anos e seis meses a cinco anos e dois meses.

As turmas da Educação Infantil tem a estrutura ampla, pouco arejada e com porta acessível para cadeirante, não possui banheiros nas salas observadas.

Nesta análise da observação ocorreu no momento que nos deparamos e percebemos que não foram localizados alunos com deficiência nesta modalidade, tanto pela manhã quanto a tarde das três turmas citadas.

➤ Educação Infantil III

As turmas de Educação III estão divididas em três turmas ‘A’ e ‘B’ pela manhã e ‘C’ à tarde, no qual atende alunos com a faixa etária de cinco anos e três meses a Cinco anos e onze meses de idade.

As salas de aulas são menores e possui pouco arejamento, a porta tem acessibilidade para cadeirante, no qual também se encontra moveis adaptados para alunos com deficiência. Não tem banheiros independentes nas partes internas das salas.

Foram analisados nesta observação que apesar das salas serem adaptadas para alunos deficientes que apresenta deficiência física, não foram localizados alunos com deficiências nas turmas referidas, tanto pela manhã quanto a tarde.

No desfecho dessas observações e como participantes desse grupo de estudo, analisamos profundamente que a referida escola não possui alunos com deficiência na Educação Infantil, apesar da escola oferecer vagas de matriculas nenhuma turmas das modalidades I, II e III não foram localizadas alunos que apresente algum tipo de deficiência.

As observações forma sem duvidas foram oportunas na realização desse estudo e principalmente nessa abordagem final, pois nos proporcionou apresentar dados sobre a unidade escolar, professores, gestores e conseqüentemente famílias da comunidade que

tem em seus lares crianças com deficiências nas idades pré-escolares, que provavelmente não seriam possíveis apenas com aplicação das entrevistas.

Embora seja integrante do grupo, hoje relato minha experiência como investigadora de um fato que não conhecia em seus particulares, e assim através da observação do conjunto que abarcava a situada escola mostrar dados concisos e relevantes para este estudo.

Através da observação em que se tornou participante atender todas as necessidades dessa pesquisa, pois foi suficientemente possível atingir aos objetivos dessa investigação e responder aos questionamentos indagados pela temática. Dessa forma ocorreu através da observação inteiramos a nossa análise promovendo a reflexão dentro da realidade da escola, no qual podemos identificar no ambiente as propostas dentro do contexto de inclusão, assim como também as necessidades de um novo olhar para essa temática.

CONCLUSÃO

Nessa parte da pesquisa mencionem os nossas devidas conclusões em relação a inclusão de criança com deficiência na Educação Infantil na Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho, no estado de Pernambuco.

Após de um árduo estudo sobre as principais teorias que acepções a essa temática com o também após levantamento dos dados através da pesquisa de campo, som os capazes de assegurar que os mesmos compensaram satisfatoriamente aos objetivos exposto, com o também o problema que conduziu esse estudo. Sendo assim possibilitou para nós, investigadores, inteirar-se e compreender sobre a temática de maneira mais ampla e ao mesmo tempo contribuir através de nossa pesquisa com futuros trabalhos que abarque essa questão que aqui abordamos e aprofundamos para obter resultado significativo, permitindo um direcionamento relevante e satisfatoriamente.

No início de nossa pesquisa, para aprofundamento teórico, procuramos autores que estivesse dentro do contexto relacionado com a realidade em que vivem os docentes e gestores da escola investigada, não diferente para as famílias da comunidade que tem filhos com deficiência, na idade de pré-escolar, que também fizeram parte da referida investigação. Tendo em vista, a relevância para nós, entender de maneira real a emoções e sentimentos de todos os sujeitos envolvidos desta pesquisa.

Sendo assim, durante a construção do marco teórico foi iminente conhecer opiniões peculiares de autores renomados no campo da inclusão e assim enriquecer nossos conhecimentos a ponto de entrar em campo com mais determinação e asseveração do que queríamos investigar, possibilitando abranger aspectos relevantes para prosseguir com segurança.

Por essa razão, a pesquisa de campo nos possibilitou conhecer de perto as angustias as crenças e as opiniões dos professores do Ensino Infantil, dos gestores da escola e das famílias da comunidade que tem crianças com deficiência em idade de Educação Infantil que foram os focos principais de nossa pesquisa. De acordo com a descrição no capítulo da metodologia, as técnicas utilizadas na investigação foram à entrevista em profundidade, análise documental e observação participante e dede já afirmamos que as técnicas utilizadas forma capazes de responder de forma significativa, no qual atenderam todos os requisitos em posto para esse estudo.

A partir do nosso aprofundamento teórico sobre a temática, afirmamos que o campo da inclusão é algo extremamente relevante para o desenvolvimento integral das crianças com deficiências, em fase de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. E que o processo de inclusão tem grande apreço quando se trata de criança com deficiência na Educação Infantil. Por sua vez queremos aqui explicar nossas conclusões ao que diz respeito à opinião dos participantes, ao documento que foi elaborado e ao que foi observado durante a pesquisa.

Apesar disso seja uma conclusão nossa a respeito da abordagem teórica de peculiar de autores, nossa persuasão estão elaboradas através das análises e interpretação dos resultados obtidos por meio das técnicas utilizadas e é isso que iremos nos deter para nossas devidas conclusões. Sendo primordial ressaltar a os fatos obtidos.

Diante de uma conclusão dos episódios obtidos durante esse trajeto, podemos afirmar que a inclusão é bem compreendida pelos os professores no que se trata a inclusão de criança com deficiência, embora, exista uma preocupação com a insegurança quando se trata dessa temática. Mas vale ressaltar que os professores participantes entendem da importância da inclusão.

Como também os gestores participantes também são bem compreendidos no que diz a respeito da inclusão educacional prevalece numa suma importância, embora precise ser vista com um olhar mais acessível.

Já as famílias participantes da pesquisa, concluímos que poucos sabem sobre a inclusão educacional, mas sabe da importância de seus filhos frequentarem as unidades escolares.

Outro ponto que recopilamos nessa trajetória se refere à importância de crianças com deficiência ser matriculada na Educação Infantil, com a idade de pré-escolar. Tudo é levando em consideração, mas quando se trata dessa permanência os professores sente uma angústia por não sentir-se seguro pela falta de condições que esses alunos precisam ter em sala de aula. Embora, se chegar alunos com deficiência aceitaria sem nenhum problema. Mais que precisam ser capacitadas para lidar com a inclusão

Neste ponto de vista, percebemos que os gestores asseguram a importância de alunos com deficiências serem matriculados e garantir a permanência na escola. Embora não se tenha acessibilidade necessária para atender esse público na modalidade infantil.

Diante dos apontamentos pelas famílias sobre a importância de seus filhos frequentarem a escola com a idade que eles apresentam no momento, concluímos que os mesmos não sentem seguro para matricular, uma vez que acreditam que os professores não estão prontos para lidar com seus filhos, a escola não tem condições de atender e o sistema não oferece acessibilidade necessária para garantir a permanência deles nas escolas.

Não obstante concluir que a formação oferecida pelo Sistema Educacional não condiz com a realidade dos professores para lidar com a inclusão educacional, direcionado para as deficiências apresentadas, neste sentido os docentes sentem inseguros e angustiados para atender à necessidade desses alunos.

Ainda apontado pelos professores o acolhimento é importante, apesar de não se encontrar alunos com deficiência em suas salas de aulas, eles estão prontos para acolher todos os alunos, embora não seja fácil de lidar, uma vez que a própria escola não tem estrutura física nesta modalidade de ensino. Assim concluímos pela análise registrada pelas entrevistas.

Recopilamos a concluir que os desafios para a permanência de criança com deficiência na modalidade infantil, não seja tarefa fácil que o Governo precisa ter um olhar mais preciso, dando condições da escola oferecer acessibilidade quanto estruturação física do prédio. Pode-se garantir a matrícula e permanência, no entanto, as condições necessárias é dever do Sistema Educacional. Registrados pelos gestores participantes da entrevista.

Diante de todos os itens conclusivos que apontados até agora queremos mostrar mais um o PPP, embora a escola tenha esse documento atualizado, percebemos através da análise documental que abordamos sobre a inclusão, foi visto que se têm alunos matriculados com deficiências nas modalidades Fundamental I e EJA I, e, até o momento não houve casos de matrículas na modalidade infantil.

Embora, percebemos ao longo desse estudo que há crianças na idade pré-escolar na comunidade fora da escola, no PPP construído não apresenta nenhuma ação que faça a busca dessas crianças por parte da escola, para ser matriculada na Educação Infantil.

Aprofundamos em concluir que a família tem dificuldades de ter informações necessárias para atender sobre a garantia ofertada pela Lei das vagas de matricular seus filhos já com idade de Educação Infantil. Diante dessa falta de informação são negados e essas crianças o direito de frequentar o espaço escolar.

Diante dos apontamentos ainda da família a aprendizagem e desenvolvimento dos filhos se dão em casa, embora tenha ciência que na escola essas crianças irão desenvolver mais além, convivendo com outras crianças, as atividades que desenvolve a cognitiva entre outros fatos e, ao mesmo tempo tem a preocupação de deixar seus filhos na escola, por acreditarem que os professores não estão preparados ou não sabem se defender longe do convívio familiar.

Diante de uma conclusão geral do estudo é saliente fazer uma análise conclusiva do todo. A escola em si apresenta acessibilidade quando se fala de rampa, e ao mesmo tempo podemos concluir que estrutura física precisa ser revista para atender a inclusão educacional na modalidade infantil.

Diante de todos os itens conclusivos apontados até o momento, queremos apontar mais um. Diante da temática acertada para estudo, vimos que os professores, gestores possuem uma visão bem parecida quanto às famílias sobre a importância das condições que as escolas precisam obter para atender de fato a inclusão, com isso os governantes deve ter um olhar mais detalhado para que a Lei seja cumprida e o direito seja garantido.

Neste sentido, podemos captar ainda mais profundamente sobre o tema e reiterar nossas conclusões diante dos dados recolhidos que ao integrar crianças com deficiências na Educação Infantil pode contribuir com o processo de inclusão e fortalecer o laço de uma educação inclusiva para todos.

Diante disso, podemos entender ainda mais profundamente sobre o tema e reiterar as conclusões diante dos dados recolhidos, a inclusão de criança com deficiência na educação Infantil.

Sendo assim, em relação ao **objetivo 01** que consistiu em **Verificar a presença de crianças com deficiências, em idade pré-escolar nas famílias** foi possível através de buscas na comunidade para verificar se de fato essas crianças estão fora das unidades escolares de acordo com a idade entre três anos e seis meses a cinco anos e onze meses. A conclusão desta verificação se dá quando e identificamos as famílias, nas quais participaram deste estudo sendo participante da entrevista.

Entre tanto, nessa etapa conclusiva, embora, essas crianças não consta está matriculados na unidade escolar, a escola não apresenta nenhuma ação que possa fazer a busca dessas crianças para serem matriculados nas escolas.

Podemos explicar que a criança com deficiências estão presente na comunidade foi permitido à verificação devido à busca realizada através do Grupo Ciranda de Vida que tem o trabalho de acompanhamento das pessoas com deficiências no Bairro de Ponte dos Carvalhos, desta forma fomos norteadas com possibilidades de verificarmos.

Dessa maneira, concluímos que esse objetivo foi respondido através das técnicas que utilizamos para esta pesquisa.

As conclusões mencionadas ao **objetivo 02 Identificar os motivos que levam a família a não matricular seus filhos com deficiência na educação infantil**, concluímos que as famílias não sentem seguras para tira-la do ambiente familiar e colocar no ambiente escolar, pois acreditam que os professores não estão preparados para lidar com seus filhos, o espaço escolar inadequado, os filhos com deficiência não estão aptos para está na escola.

Como também concluímos que a maioria não tem acesso à informação sobre a lei que garante a matrícula e permanência da criança com deficiência ser matriculada na Educação Infantil. Fazendo com que esses pais só efetive a matrícula dos seus filhos no Ensino Fundamental I, modalidade obrigatória a partir dos seis anos de idades de acordo com a lei brasileira. Ainda aponta se seu filho frequentar a escola cedo terá o benefício dado pelo governo cancelado. Logo concluímos que a falta de informação compromete o processo de inclusão.

Um ponto a destacar nesse item diz respeito às dúvidas das famílias sobre a capacidade de suas crianças. Algumas apontam que seus filhos sejam incapazes de aprenderem a desenvolver sua autonomia. Por essa questão não se vê a necessidade de matricular nas instituições educacionais.

Logo após conclusões relacionadas desse objetivo queremos mais uma vez salientar que o propósito desse objetivo foi atingido através das técnicas utilizadas e que os mesmos foram respondidos na medida em que identificamos das famílias os motivos que levam a não matricular seus filhos no sistema de ensino da modalidade infantil.

As corroborações em relação ao **objetivo 03** dessa investigação se trata **Descrever a formação e as práticas pedagógicas dos docentes para modalidade infantil, tendo como recorte a educação inclusiva.** É conclusivo o quanto a formação tem um papel importante para os professores, devido a ela as práticas educacionais têm o direcionamento como serão trabalhados em sala de aula. No entanto concluímos que os professores se sentem angustiados quando se trata de inclusão educativa. Registrados em seus relatos a demonstração de insegurança, apesar de não ter crianças com deficiências em suas salas de aulas.

A formação não é direcionada para alunos com deficiências, onde deveria ser um recurso relevante para os professores colocar em práticas as necessidades que a inclusão requer. O Sistema Educacional oferece mensalmente formação continuada para docentes, mas poucas vezes se fala de inclusão, assim os professores precisam ser capacitados para lidar com alunos com deficiência, com intuito de estar aptos para qualquer deficiência apresentadas.

Sendo assim, percebemos que nem todos os professores estão preparados para educação inclusiva, e isso pode ocasionar resistência de alguns às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada levando em conta o número de alunos e as circunstâncias em que se trabalha nas escolas da rede públicas de ensino.

Constatamos e concluímos que Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, sendo que a formação direcionada para essa etapa de ensino, não tem o olhar inclusivo, fazendo com que os docentes não busquem renovar suas práticas pedagógicas,

mesmo assim, ainda não se deparou com essa realidade de ter discentes com deficiências. Mas relatam que precisam ter formação continuada para atender esse público, pois a qualquer momento pode chegar aluno com deficiência para a turma.

Com isso podemos mais uma vez relatar que as técnicas utilizadas foram importantes para o desenvolvimento e resposta ao objetivo proposto.

Em fim, chegamos ao final da conclusão enfatizamos que realmente o tínhamos como prévio em nossas mentes como investigadores se concluíram na finalização desse estudo. Temos a consciência absoluta que a inclusão é o ponto de partida para incluir crianças com deficiência já com idades pré-escolar, sendo necessário que se tenha um olhar de todos envolvidos, e essas crianças não continue excluída de seu direito de estar frequentando o espaço escolar. E, dizemos isso não só por ideia apropriada, mas, após estudo aprofundado de teóricos renomados nesse tema, abordagem de participantes, análise de documentos e também observação participantes, com intuito de idealizar esta pesquisa.

No final dessa conclusão queremos aqui relatar que os participantes desse estudo forneceram informações importantes que contribuíram para nosso entendimento e assim poderemos cooperar com estudos futuros.

Por sua vez, deixamos claro que as informações recolhidas foram suficientes para construção de nossas concepções e assim apontar nossas conclusões que serão úteis para novos estudos que surgirão apoiados por essa investigação.

SUGESTÕES

A educação inclusiva diz a respeito atender as necessidades especiais que todos os alunos possam ter em algum momento de sua vida escolar, transformando a escola para todos. Portanto, a escola como o espaço inclusivo deve considerar como o seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção. Salientar que esse processo se deve desde Educação Infantil.

Tendo em vista os resultados alcançados com a realização da pesquisa e em virtude de se ter evidenciado algumas situações que ainda precisam ser revistas pelos gestores da escola, pelos docentes, pelas famílias que participaram desse estudo, recomenda-se para estudos futuros:

- ✓ Construção de banheiros adaptados para cadeirantes nas salas de aulas da modalidade infantil;
- ✓ Construção de salas de aulas adaptadas e arejadas para facilitar a locomoção dos alunos, enfatizando a alunos com deficiências e, para a realização das atividades que requerem espaço e facilite a movimentação das crianças;
- ✓ Construção do parquinho externo para facilitar o desenvolvimento motor e interacional;
- ✓ Que os gestores proporcionem ações que possam fazer a busca de crianças com deficiência na comunidade e garantir a matriculas delas já na educação infantil;
- ✓ Que estejam atreladas na construção do PPP as políticas educacionais para atender alunos com deficiência na Educação Infantil;
- ✓ Os gestores devem favorecer o debate e procurar socializar experiências com reuniões onde os docentes possam expor suas dúvidas e realidades, com intuito de vencer a insegurança em sala de aula ajudando o aluno com deficiência;
- ✓ O enriquecimento das formações contínuo que englobe a inclusão como o forma de valorizar as práticas na construção de aprendizagem significativa na Educação Infantil;
- ✓ Aprimorar meios de interação entre professor/aluno como o forma de enriquecer as relações afetivas e consequentemente melhorar a aprendizagem significativa;
- ✓ As formações contínuas sejam mais enfatizadas a prática docente para ser trabalhado com alunos com deficiências;

- ✓ O sistema educacional realize ação de informação para família sobre o direito que a lei garante da matrícula na Educação Infantil;
- ✓ Parceria escola e família;
- ✓ Promover palestras com as famílias mostrando das necessidades de todos os alunos frequentarem a escola na modalidade infantil, conscientiza-los que seus filhos são capazes de desenvolver e aprender no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- Alves, G. (2006). *A construção de uma escola inclusiva*.
- Alves Mazzoti, A. J. (2006). *Usos e abusos dos estudos de casos*. Editora São Pedro.
- Araújo, C. V. F. O. (2002). *Concepções de crianças sobre os colegas de classes em sala de inclusão*. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2002.
- Batista, C. A. M. (2008). *Atendimento educacional especializado para pessoa com deficiência mental*. Editora Vozes.
- Bersch, R., e Machado, R. (2007). *Conhecendo o aluno com deficiência física*. Editora Brasília.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Editora Brasília, DF.
- Brasil. (2016). *Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos*. Editora Brasília, DF.
- Brasil. (1996). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.º 9.394/96, Congresso Nacional, Brasília, DF.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*. Lei n.º 8069/90. Brasília DF.
- Brasil. (2015). *Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Lei 13.143/15. Brasília, DF.
- Brasil. (2010). IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Brasília DF.
- Brasil. (2017). IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Brasília DF.
- Brasil. (1998). *Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (2006). *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*.
- Brasil, M. E. C., e Dicei, S. (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI.
- Brasil. (1999). *Parâmetros Curriculares Nacionais. PCNs. Adaptação curricular e estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Brasília DF.

- Campoy, T. (2018) *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este (py) U.N.C. del Este.
- Carvalho, A. M., Pereira, A. S. *Qualidade em ambientes de um programa de educação infantil. Psicologia, Teoria e Pesquisa*. Editora Brasília.
- Carvalho, R. E. (2000). *Temas em educação especial*. Edição 2ª. Editora Rio de Janeiro.
- Carvalho, R. E. (2004). *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- Castro, J. M., REGATTIERI, M. (2009). *Interação escola-família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO, MEC.
- Cavicchia, D.C. (1996) *Psicopedagogia na Instituição educativa: a creche e a pré-escola. A atuação psicopedagógico escolar*. Petrópolis, RJ Editora Vozes.
- Facci, M. G. D. (2004). *A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontief, Elkonin e Vygotsky*. Editora Campinas, São Paulo.
- Ferreira, A. B.H. (199). *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira.
- Ferreira, M. E. C., GUIMARÃES, M. (2006). *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- Ferreira, W. B. (2006). *Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular e Ensaio Pedagógicos – Educação Inclusiva: direito à diversidade*. Brasília: SEESP/MEC.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Freire, J. B. (1996). *Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática da Educação Física*. Edição 2ª. São Paulo: Editora Scipione.
- Freire, M. (1997). *Grupo, indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento*. São Paulo: Espaço pedagógico.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Edição 5ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Edição 4ª. São Paulo. Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Góes, F.A.B. (2006). *Um encontro inesperado: Os pais e seu filho com deficiência mental*.

- Glat, R., Nogueira, M. L. (2002). *Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial.
- González, J. A. T. (2002). *Educação e diversidade: bases didáticas organizativas*. Porto Alegre: Editora ARTMED.
- González, J. A.T. (2012). Estructuras organizativas para una escuela inclusiva: promoviendo comunidades de aprendizaje – *Educatio Siglo XXI*, Vol. 30.
- Kirk, S. A., Gallagher, J. J. (1996). *Educação da criança excepcional*. Edição 3ª. São Paulo. Editora Martins Fonte.
- Machado, L. M. (2001). *Novos Padrões de Gestão Educacional: a Lógica do Mercado e a Lógica do Direito à Educação*.
- Madruga, S. (2016). *Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos*. Edição 2ª. São Paulo Editora Saraiva.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo Editora Moderna.
- Mantoan, M. T. E. (2009). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.
- Mantoan M. T. E. (2010). *Construir a escola das diferenças - caminhando nas pistas da inclusão*. Salto para o Futuro.
- Marconi, M. A., Lakatos, E.M. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. Edição 5ª. São Paulo Editora Atlas.
- Martins, P. L. O. (2016). *A formação de professores para a educação infantil no limiar dos vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96*. Revista Diálogo Educacional, 16(50), 809-829.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo HUCITEC.
- Organização das Nações Unidas (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. ONU.
- Organização das Nações Unidas. (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. ONU.
- Organização das Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Resolução nº L.44 (XLIV). Assembleia Geral das Nações Unidas.
- Oliveira M. K., Vygotsky (1993). *Aprendizado e desenvolvimento - um processo sócio histórico*. São Paulo Editora Scipione.

- Oliveira, Z. R. O. *Educação Infantil Métodos*. São Paulo, 2002.
- Paro, V. H. (1999). *Qualidade do Ensino dos pais*. São Paulo. Editora Xamã.
- Paro, V. H. (2001). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo. Editora Ática.
- Rampazzo, L. (2002). *Metodologia Científica - para alunos do curso de graduação e pós-graduação*. São Paulo, BR: Editora Loyola.
- Reis, M. B.F. (2006). *Educação inclusiva: limite e perspectivas*. Goiânia Descubra.
- Sawrey, J. M., Telford E. W. (1998). *O indivíduo excepcional*. Rio de Janeiro. Editora Zotrar.
- Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscú: Editorial Progreso, 1990.
- Soares, C. F. (2011). *As diferenças no contexto da educação infantil: estudo da prática pedagógica*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza.
- Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Edição 2ª. Madrid Espana.
- Vieira, A. B. (2008). *Práticas pedagógicas e formação continuada de professores no ensino da língua materna: contribuições para a inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Vasconcellos, C. S. (2004). *Coordenação do trabalho pedagógico. Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo. Editora Libertad.
- Vygotsky, L. S. (1988). *A formação social da mente*. São Paulo. Editora Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1989). *Fundamentos de defectologia*. Havana: Editorial Pueblo y Educación.

A P Ê N D I C E

APÊNDICE N° 01 – GUIA DE ENTREVISTAS PARA OS PROFESSORES



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ENTREVISTAS: A inclusão de criança com deficiência na educação infantil na Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho -PE

Prezado professor

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo é analisar os motivos da existência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Marcleyde Almeida do Nascimento

Perfil do Professor:

Idade: _____

Tempo de magistério: _____

Turma que leciona: _____

Formação: _____

1 - Você já teve em sala de aula aluno com deficiência na educação infantil?

2 - Qual a importância da educação inclusiva?

3 - Você se sente preparado para atender alunos com deficiências?

4 - Você acredita que teria alguma dificuldade para atender alunos com deficiências?

Comente.

5 - A formação que o Sistema Educacional da Secretaria Municipal de Educação oferece está dentro dos Parâmetros para o processo de inclusão?

6 - A formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação condiz com as práticas pedagógicas utilizadas para atender a todos os alunos inclusive para criança com deficiência?

7 - Para você qual a importância da matrícula e permanência de aluno com deficiência na educação infantil?

8 - A sala de aula oferece acessibilidade para atender criança com deficiência?

9 - Em sua opinião quais são os pontos positivos para alunos com deficiência que frequentam o espaço escolar na pré-escolar?

10 - Como você avalia o desenvolvimento cognitivo dos alunos diante dos alunos sem e com deficiência?

APÊNDICE N° 02 – GUIA DE ENTREVISTAS PARA OS GESTORES



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ENTREVISTAS: A inclusão de criança com deficiência na educação infantil na Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE

Prezado Gestores,

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo é analisar os motivos da existência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Marcleyde Almeida do Nascimento

Perfil do Gestor:

Idade: _____

Tempo de atuação enquanto gestor: _____

Formação: _____

1 - A escola disponibiliza matrículas de crianças com deficiência na educação infantil?

2 - A escola estar preparada para atender a inclusão de criança com deficiência na educação infantil?

3- Qual o apoio oferecido pela escola para o professor trabalhar com as crianças com deficiências?

4 - Quais as práticas pedagógicas atribuídas pelo PPP (Projeto Político Pedagógico) para atender o processo de inclusão educacional?

5 - A formação contínua oferecida pela Secretaria Municipal de Educação condiz com a realidade da escola para atender a inclusão de alunos com deficiências?

6 - É interesse da escola a busca de criança com deficiência para ser matriculado na modalidade infantil?

7 - Você como gestor está preparado para acolher e lidar com a inclusão de criança com deficiência de idade pré-escolar?

8 - Você acredita que a inclusão de criança com deficiência na educação infantil possa obter ganhos significativos?

9 - A escola como papel transformador social, qual a sugestão para trazer a família a efetivar e garantir a permanência de crianças com deficiências na educação infantil?

10 - A escola participa efetivamente das políticas públicas voltadas para educação inclusiva, na perspectiva da garantia de cesso para todos?

APÊNDICE N° 03 – GUIA DE ENTREVISTAS PARA AS FAMÍLIAS



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ENTREVISTAS: A inclusão de criança com deficiência na educação infantil na Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE

Prezada Família,

Solicito a participação nessa entrevista que é parte da pesquisa para a minha dissertação de mestrado.

O objetivo é analisar os motivos da existência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Sua participação é voluntária e muito importante. As respostas serão sigilosas.

Agradeço, desde já, a sua contribuição.

Marcleyde Almeida do Nascimento

Perfil da Família:

Idade: _____

Idade da criança com deficiência: _____

1 - Porque sua criança com deficiência não frequenta o espaço escolar na modalidade infantil?

2 - A escola oferece condições para matricular seu (sua) filho (a) com deficiência na educação infantil?

3 - Você tem conhecimento sobre a Lei que garante a matrícula e permanência do seu (sua) filho (a) na educação infantil?

4 - Você acha que a Lei que garante a matrícula e permanência oferece condições necessárias?

5 - Em sua opinião seu (sua) filho (a) pode estar preparado para ser incluso no espaço escolar infantil?

6 - Você acha que o professor está preparado para acolher e lidar com seu (sua) filho (a) com deficiência na educação infantil?

7 - Em seu ponto de vista a escola oferece apoio e condições necessárias de acessibilidade para atender seu (sua) filho (a)?

8 - Você acredita se seu (sua) filho (a) frequentar a unidade escolar na educação infantil pode contribuir com o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo?

9 - Qual o seu conhecimento sobre inclusão escolar?

10 - Qual a idade que pretende matricular seu (sua) filho (a) com deficiência na escola?

APENDICE N° 04 – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Nome da professora: _____

Período: _____ Turno: _____

N° de alunos: _____

1) analisar e descrever a presença de criança com deficiência, o espaço físico da sala observada para a acessibilidade quanto ao:

- **Ambiente** (limpo, espaçoso, ventilado, segurança);
- **Mobília** (condições, disposição geral do espaço);
- **Materiais** (de aula como recurso pedagógico inclusivo, lápis de cor, papéis, atividades socializadas, brinquedos, revistas, jornal);
- **Estrutura Física** (banheiro acessível, sala de recursos com materiais adequados).

2) descrever o que foi observado.

- Descrever se há alunos com deficiências em salas de aulas observadas.
- Descrever o espaço físico interno da sala, enquanto a acessibilidade.
- Descrever se são disponibilizados materiais inclusivos.
- Registrar o acolhimento dos alunos.
- Descrever como estão organizados as salas de aulas e os espaços externos exemplos: pátio, quadra esportiva, sala de recursos entre outros.
- Descrever como transcorrem as práticas pedagógicas.
- Hora do recreio.
- As brincadeiras dirigidas, participação coletiva, a interação dos alunos.

APÊNDICE N° 05 – TERMO DE ESCLARECIMENTO SOBRE OS OBJETIVOS DA PESQUISA



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Honrosamente venho convidá-lo a participar da pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação que será apresentada a Universidad Autónoma de Asunción/PY intitulada: **A INCLUSÃO DE CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA PROFESSORA VICÊNCIA DA CONCEIÇÃO NA CIDADE CABO DE SANTO AGOSTINHO -PE**

A inclusão educativa tem sido muito abordada nos últimos anos, nas políticas públicas, sociais e educacionais, como também nas práticas pedagógicas e formações continuadas. Muitas vezes é colocado em questão como vem trazendo um novo olhar, para que de fato a inclusão de criança com deficiência seja garantida por Lei, como também as condições necessárias para todos envolvidos, tanto, professor e gestor quanto famílias com criança com deficiência e a própria criança enquanto aluno.

Assim, as informações dessa garantia sejam possibilitadas para as famílias que tem crianças com deficiências para elas possam matricular suas crianças na escola, principalmente na educação infantil, garantido o direito de frequentar a unidade escolar desde a idade pré-escolar, por este motivo de antemão queremos informar que sua participação é de grande relevância para melhor compreensão sobre essa questão. O objetivo da pesquisa é analisar os motivos da existência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Desde já, podemos afirmar que não haverá riscos para o participante, sua participação será mantida no mais absoluto sigilo e garantida o anonimato, pois a análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional.

Responsável pela pesquisa: Marcleide Almeida do Nascimento

Essa pesquisa foi realizada com recursos próprios e não haverá despesas por parte dos participantes.

APÊNDICE: 06 – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO.

Eu, _____, declaro que li/
ouvi e compreendi os objetivos estabelecidos pela pesquisa. Entendo que minha
participação poderá contribuir com a temática que diz respeito à inclusão de criança com
deficiência na educação infantil. A pesquisadora deixou claros os benefícios
proporcionados por esse estudo e que será preservado meu anonimato, além disso, estou
consciente que estarei isenta de qualquer risco. Dessa forma concordo em participar.

Participante do estudo

Pesquisadora

**APÊNDICE: 07 - TERMOS DE CONSENTIMENTO DE IMAGENS EXPOSTA
PARA PESQUISA**



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

TERMO DE CONSENTIMENTO DE IMAGENS EXPOSTA PARA A PESQUISA.

Visto a grande relevância de registrar imagens fotográficas com o intuito em basar o objetivo ao longo da realização desse estudo que é analisar os motivos da inexistência de criança com deficiência na educação infantil da Escola Professora Vicência da Conceição na cidade Cabo de Santo Agostinho-PE.

Eu, _____ portador da cédula de Identidade nº _____, autorizo o uso da minha ou do meu (minha) filho (a) menor _____ sob minha responsabilidade em imagens fotográfica, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho desta pesquisa.

A presente autorização é concedida a título gratuito o uso das imagens fotográficas exclusivamente para a finalidade dessa pesquisa. Por essa expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minhas imagens ou do meu (minha) filho (a) ou qualquer outro.

Cabo, _____ de / _____ de / _____.

Pesquisadora

A N E X O S

ANEXO 01 – REGISTROS DOS MOMENTOS DAS OBSERVAÇÕES

FIGURA N° 14 – observação sobre a presença de aluno com deficiência Educação infantil III “A”



Fonte: Elaboração própria. (Educação infantil III “A”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 15 Educação infantil III “B”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil III “B”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 16 Educação infantil III “C”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil III “C”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 17 Educação infantil IV “A”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil IV “A”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 18 Educação infantil IV “B”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil IV “B”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 19 Educação infantil IV “C”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil IV “C”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 20 Educação infantil V “A”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil V “A”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 21 Educação infantil V “B”



Fonte: Elaboração própria (Educação infantil V “B”). Autorização apêndice 07

FIGURA N° 22 Educação infantil V “C”



Fonte: Elaboração própria. (Educação infantil V “C”). Autorização apêndice 07

ANEXO 02: Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola



PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

Escola Municipal Professora Vicência da Conceição

ESTADO DE PERNABUCO
PREFEITURA MUNICIPAL CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto Político Pedagógico

Cabo de Santo Agostinho

2017

**PREFEITURA CABO DE SANTO AGOSTINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



Prefeito Municipal

Luiz Cabral de Oliveira Filho

Vice-prefeito

Clayton da Silva Marques

Secretária de educação

Sueli Lima Nunes

2017

1 - EQUIPE GESTORA E PEDAGÓGICA, CONSELHO ESCOLAR.

Equipe escolar:

EQUIPE GESTORA

FUNÇÃO	FUNCIONÁRIA
Diretora	Evodia Maria da Silva
Diretora	Ana Alice Cunha de Melo
Secretária	Vitória Sampaio Brito de Souza

CONSELHO ESCOLAR:

Ana Alice Cunha de Brito	Presidente
Carlos André dos Santos	Suplente - Presidente
Patrícia Teixeira da Silva	Representante de pais - Vice-Presidente
Flávio José de Aguiar	Representante de pais - suplente
Antônia Maria Araújo da Silva	Representante Comunidade
Joana Darc Pereira da Silva	Representante Comunidade - suplente
Reginaldo do Santo Barros	Representante de Apoio
Eliane Almeida Santana	Representante de Apoio - Suplente
Elisangela Rodrigues de Andrade	Representante de Professores
Jaciara Maria Lima de Souza	Representante de Professores - Suplente

SUMÁRIO

Marco Referencial	1
Apresentação	2
Atos Legais	3
Contexto Físico e Localização	4
Gestão Escolar	5
Corpo Docentes	6
Apoio	7
Trabalho Pedagógico	8
Avaliação do Aluno	9
Atendimento AEE	10
Planejamento Pedagógico	11
Organização dos Conteúdos	12
Identificando Possibilidades e Obstáculos	13
Objetivos Estratégicos	14

Avaliação do PPP	15
Considerações finais	16
Periodicidade	17
Equipe de colaboração do PPP	18
Referências bibliográficas	19

1 MARCO REFERENCIAL

✓ Missão:

Atender às necessidades pedagógicas de alunos com as series Educação Infantil Pré-escolar de 3 e 6 meses a 5 anos e 11 meses, fundamental I, do 1º ano ao 5º ano e (EJA I) Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Entendendo que o ensino da Educação Infantil é o primeiro passo para nortear regras de convívio e desenvolver coordenação motora, bem como incentivar a possibilidade de vivenciar momentos de convívio com outras crianças em ambiente escolar. O Ensino fundamental I entende que é a continuação da agregação escolar para alfabetização e seus conceitos, onde devolverá atividades pertinentes para cada etapa da educação básica. Comprendemos que a educação de jovens, Adultos e Idosos é um processo que está preparando esses

alunos para o mundo do trabalho, sendo pertinente a concretização da alfabetização para aqueles que não tiveram oportunidade escolar anteriormente.

Nossa Unidade tem a intenção de desenvolver um trabalho que permita e incentive a participação dos pais e responsáveis na vida escolar de seus filhos, além de proporcionar momentos de estudo sobre temas pertinentes a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA I embasados pelo Referencial Nacional da Educação Básica paralelo à Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho. Assim garantindo a efetivação das matrículas de todos os alunos, incluindo alunos com deficiências em todas as modalidades.

2 - APRESENTAÇÃO

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) é peça fundamental no planejamento das instituições de ensino em seus vários níveis e modalidades. É o PPP que irá demonstrar o que a escola idealiza quais suas metas e objetivos e quais os possíveis caminhos para atingi-los.

Sua importância está no desenvolvimento de uma instituição de ensino que almeja uma educação eficiente e de qualidade. Ele é completo o suficiente, tornando-se uma rota flexível o bastante para se adaptar às necessidades dos alunos, sua construção deve conter os temas como: missão, público-alvo, dados sobre os alunos, dados sobre a aprendizagem educativa, relação com as famílias e escola, recursos e plano de ação.

No dia 04 de dezembro de 2007, nesta cidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, na Rua: **RUA OSCAR FRANCISCO DE LIMA** Bairro: **PONTE DOS CARVALHOS – CABO DE SANTO AGOSTINHO - CEP: 54580230** reuniram-se em Assembleia Geral, professores, funcionários auxiliares e pais de alunos da **Escola Municipal Professora Vicência da Conceição**, bem como pessoas da comunidade interessadas em acrescentar e ampliar a educação do município para deliberar sobre a constituição da Unidade Executora da referida Unidade de Ensino que aprovou o Estatuto da Entidade, além de eleger e dar posse aos membros da diretoria e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e dos

respectivos suplentes, constituindo-se, também a Associação de Pais e Funcionários da referida escola.

Desde então, a instituição vem desenvolvendo um trabalho responsável quanto às modalidades de ensino dos alunos nela matriculados.

Desde 2005 a escola municipal Professora Vicência da Conceição vem desenvolvendo trabalhos com alunos das modalidades de ensino Infantil, fundamental I e EJA I, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

A escola Professora Vicência conceição foi construída através de um projeto da ONG não governamental PLAN INTERNATIONAL BRASIL. Em seguida foi passada para a administração da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho em parceria com a secretaria de Educação passando a ser municipalizada, daí então passou a ser chamada Escola Municipal Professora Vicência.

3 - Atos Legais:

A escola Municipal Professora Vicência da Conceição foi autorizado a funcionar pela Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho do Decreto de Criação nº 642/2005. Sendo inaugurada no mesmo ano.

A Instituição atende atualmente, crianças de 3 anos e três meses a 5 anos e 11 meses, na modalidade de Educação Infantil Fundamental I e EJA I da Educação Básica, dividido em três turnos, de acordo com o disposto na LDB 9.394/96.

4 - CONTEXTO FÍSICO DA LOCALIZAÇÃO:

A escola Municipal Professora Vicência da Conceição tem suas dependências em um prédio médio acrescentado com mais um prédio anexo, com 12 salas de aula com o anexo. A escola possui uma estrutura física, com espaço para recreação, cantinho da leitura, cantinho da sala de recursos, espaço com mine campo, cantinho da biblioteca, laboratório de informática, embora não funcione o laboratório. Oito banheiros seis para alunos entre masculino e feminino, um sala dos professores e o outro para funcionários em geral. Sala do professor, sala

administrativa, secretaria e sala de diretor, copa, almoxarifado, refeitório onde é dividido com espaço de recreação.

A escola é organizada atualmente da seguinte forma:

Professores. A escola é organizada atualmente da seguinte forma:

IDENTIFICAÇÃO	DEPENDÊNCIAS	OBSERVAÇÃO
01	Pré-escolar: 03 anos e três meses a 04 anos.	Três turmas entre manhã e tarde.
02	Pré-escolar: 04 anos a 05 anos.	Três turmas entre manhã e tarde.
03	Pré-escolar: 05 anos a 05 anos e onze meses.	Três turmas entre manhã e tarde.
04	1° ano	Três turmas em anexo. Manhã e tarde.
05	2° ano	Duas turmas manhã e tarde. Em anexo
06	3° ano	.Duas turmas manhã e tarde. Na sede
07	4° ano	Duas turmas manhã e tarde. Na sede
08	5° ano	Três turmas, manhã e tarde. Na sede
09	EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos- três turmas.	Dividido em três turmas: modulo I, II e III. Todos noturnos
10	Cozinha	Espaço articulado com o refeitório e sala de recreação.
11	Despensa	
12	Secretaria e	

	direção	
13	Área Externa	Área de 20x20, que fica localizada na parte de trás da escola.
14	Rampa para do acesso às salas de aulas.	Pois parte de baixo está, sala do professor, sala administrativa, cozinha, refeitório, aula recreativa.
15	Sala de leitura a biblioteca	Parte de cima da escola
16	Sala de laboratório de informática	Não funciona está desativada.

5 - GESTÃO ESCOLAR

Tem como função articular a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar para o desenvolvimento de uma prática educativa significativa e de qualidade, voltada para a realidade em que os alunos estão inseridos, garantindo assim a formação integral dos mesmos. Atualmente os gestores da instituição são:

02 supervisoras pedagógicas

6 - CORPO DOCENTE

Tem como função fundamental mediar o desenvolvimento e a formação integral dos alunos dentro do processo de ensino e aprendizagem facilitando a ampliação e a sistematização do conhecimento por parte dos alunos.

A Unidade Escolar tem como quantitativo do corpo docente 22 professores dividido em três turnos. Manhã, tarde e noite.

6 - A P O I O .

Têm a função de contribuir de maneira efetiva para o bom funcionamento da instituição. Aos funcionários compete: zelar, participar, colaborar e executar as atividades essenciais para a realização das ações educativas.

- 05 cozinheiras
- 02 porteiros
- 06 auxiliares de limpeza
- 04 auxiliares administrativos
- 01 bibliotecária.

8 - TRABALHO PEDAGÓGICO :

A escola Municipal Professora Vicência da Conceição propõe um processo educativo, que parte de uma concepção de criança como cidadã, capaz de investir na construção de valores e atitudes como solidariedade, cooperação, autonomia e respeito ao bem comum, contribuindo assim para consolidação de uma pedagogia de educação, preocupada com as circunstâncias e situações do cotidiano e das relações em que estão envolvidos educadores, crianças e famílias. Com isso damos à importância a inclusão de alunos com deficiência na efetivação de matrículas e permanência, assegurado pela LEI 9394/96.

Acredita-se que a Educação para ter êxito precisa ser contextualizada (educação/vida), prática pedagógica e problematizada com metodologias que estimulem a criatividade e a iniciativa dos alunos, valorizando o diálogo entre eles e os objetos do conhecimento e da cultura, além de permitir o uso integral dos recursos tecnológicos disponíveis, pois considerando que as crianças já desenvolvem metodologias próprias, em nível de conhecimento e leitura de

mundo, com formas de aprendizagem já incorporadas é vital trazer para a sala de aula os seus conhecimentos e vivências para que a aprendizagem se constitua um processo vivo, contextualizado e participativo.

Portanto, nossa prática escolar baseia-se no processo de ensino-aprendizagem valorizando aluno, não o conteúdo, tendo o professor como mediador e não detentor de conhecimentos.

O trabalho nessa instituição volta-se para uma educação contextualizada, respeitando sempre as etapas do desenvolvimento infantil, propondo estimular a capacidade de descobrir, produzir e criar, e não apenas de repetir. Buscando-se facilitar o processo e organizar situações de aprendizagem, problematizando-as, para que a criança assimile e crie seu próprio contexto. Como estratégia é utilizada a metodologia de Projetos, visando partir do interesse dos alunos, respeitando o tempo de aquisição das habilidades necessárias ao desenvolvimento da criança de acordo com seu talento, potencial e ritmo próprio.

9 - AVALIAÇÃO DO ALUNO

Partindo do princípio de que as crianças se desenvolvem individualmente e coletivamente, através da socialização e interação com o outro, a avaliação é realizada através da observação diária realizada tanto pelo professor, como pela equipe pedagógica que registram situações significantes de vivência de cada aluno. O resultado é a formulação dos relatórios: diagnóstico – que apresenta o aluno como está, no período de adaptação, sem nenhuma intervenção pedagógica; - depois o formativo que apresentam as evoluções, defasagem, soluções e interferências para que o processo de ensino-aprendizagem seja dado continuidade e o final, onde é apresentado todo o processo escolar do aluno, considerando suas aquisições pedagógicas, sociais, motoras, afetivas, já preparando para a próxima etapa que será o Ensino Fundamental.

A avaliação do aluno é um instrumento de grande importância e que requer muita responsabilidade, visto que a criança que trabalhamos hoje passará em poucos anos por uma avaliação a nível nacional que trará resultado no IDEB para o nosso Município.

10 - ATENDIMENTOS AEE

A Unidade Escolar Professora Vicência da Conceição vem recebendo crianças com deficiência no ensino fundamental I e EJA I. Apesar de não termos matriculados esses alunos na modalidade infantil, a escola está apta para anteder qualquer demanda necessária.

11 - PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO :

É o início de toda e qualquer atividade educativa, pois define objetivos, prioridades e estratégias a serem usadas durante o processo de aprendizagem, ajudando na intervenção e dispondo critérios a serem utilizados ou analisados. Ao planejar tem-se em mente o público alvo, suas competências e suas diferentes necessidades conforme a faixa etária.

O planejamento, além de flexível procura contextualizar e considerar os eixos norteadores sugeridos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, anos inicial e EJA I, da educação básica, adequando também à proposta da pedagogia de projetos utilizados na Unidade escolar. O lúdico e o prazeroso são determinantes no fazer pedagógico, pois é possível elaborar atividades para crianças pequenas, de maneira que elas possam crescer em ambiente estimulador, seguro, feliz e educativo, como também incluir alunos com deficiências com a participação plena no espaço escolar.

O planejamento é um apoio estratégico do profissional da educação, pois:

1. Esclarece o sentido do ensino;
2. Promove o processo educativo;
3. Organiza espaço, tempo e material;
4. Permite ordenar ideias e reflexões;
5. Facilita o trabalho de aplicação das atividades.
6. Proporciona a vivência de rotina por parte dos alunos.

12 - ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Os aspectos a serem trabalhados têm em vista a interação da área psicomotora, com a construção de conhecimento, valores com características e especificidades do universo infantil. As dimensões motoras, cognitivas, afetivo-social e a formação de atitudes, juntas compõem a formação de conceitos básicos próprios da faixa etária que dão fundamentação a uma educação pautada na análise, reflexão e questionamentos, ou seja, longe de ser passiva!

O modo como são organizados estes eixos, girando em torno de um tema ou projeto privilegiando sempre o contexto de incluir, reconhecem as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e conviver consegue mesmo, com os outros e com o meio ambiente de maneira integrada e gradual.

Nesta perspectiva, vimos que podem estar atreladas as brincadeiras espontâneas ou dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias formas de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças e crianças com deficiências como o todo no mesmo processo de aprendizagem e valorização do sujeito em formação construtiva.

13 - IDENTIFICANDO POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS:

14

13.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS FORÇAS E FRAGILIDADES DA REALIDADE DA UNIDADE:

1. Identificam-se com o necessidades e obstáculos os seguintes pontos:
2. Pedagógicos:
3. Alguns aspectos como: ausência de orientador pedagógico.
4. Conscientização dos pais e/ou responsáveis no que se refere ao trabalho pedagógico desenvolvido nesta Unidade diferenciando-se de um ambiente somente "cuidador".
5. Administrativo:
6. Necessidade de um espaço adequado e individualizado que atenda a secretaria, direção e sala de professores, com o intuito de atender com maior privacidade

aos pais e responsáveis e a realização dos planejamentos pedagógicos, além de uma maior organização dos documentos escolares.

7. Necessidade de um inspetor para a organização da rotina escolar.
8. Problemas sociais no ambiente e no entorno da escola:
9. A necessidade de organização quanto ao tráfego de carros, por ser uma rua sem saída, tendo na entrada da creche uma placa de "cargas e descargas".
10. Problemas de espaço escolar:
11. Atualmente, o prédio é dividido entre duas escolas, portanto todo o espaço citado foi readaptado para atender as duas escolas.
12. Identificam-se como pontos positivos a considerar:
13. Uma equipe de profissionais capacitados para trabalhar com a faixa etária da Educação Infantil;
14. Uma comunidade participativa durante os eventos propostos e na contribuição e zelo pela instituição e na atenção às crianças;
15. Alguns pais e/ou responsáveis participativos e atentos à educação oferecida aos seus filhos.

15 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

1. Dinamizar ações que promovam o comprometimento entre todos os envolvidos neste processo no intuito de beneficiar o educando no seu processo de desenvolvimento;
2. Buscar parcerias e apoios da comunidade escolar para que haja uma participação significativa nas ações realizadas na escola, proporcionando uma parceria entre família e escola;
3. Desenvolver uma gestão democrática que mobilize os funcionários a fim de fortalecer o vínculo e as relações intrapessoal e interpessoal.

15 - AVALIAÇÃO DO PPP:

Acreditamos que a avaliação é um poderoso instrumento de avanço, pois através dela podemos sanar as dificuldades encontradas e propor novas

estratégias a fim de encontrarmos maneiras de viabilizar as ações pretendidas. Assim sendo, propomos reavaliar o Projeto Político Pedagógico desta Unidade Escolar anualmente com toda comunidade escolar.

16 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considera-se de extrema importância a educação, como fator primordial da formação dos cidadãos, entretanto, a desvalorização da mesma faz com que nosso país tenha índices assustadores quanto as nossas instituições de ensino.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais a Educação Infantil, anos iniciais e EJA I deve garantir o cumprimento pleno de sua função sociopolítica e pedagógica:

1. Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
2. Assumindo responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
3. Possibilitando tanto a convivência entre as crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
4. Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
5. Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a inclusão, a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Vale ressaltar a necessidade de resgatar nos professores e funcionários da escola Municipal Professora Vicência da Conceição a ideal função de quem escolhe a educação como o meio de trabalho fazendo com que as crianças tenham a oportunidade de como "sujeito histórico e de direitos que, na interação, relações e práticas cotidianas que vivenciam constroem sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura".

Antunes (2001) argumenta que “A escola não é apenas importante pelo que ensina, mas pelas relações sociais que oportuniza”.

Assim, acredita-se no valor das relações, portanto a avaliação do P.P.P. será processual a fim de unir pais, filhos, professores, gestores... Numa parceria verdadeira entre família e escola, localizando juntos aspectos a serem corrigidos com a intenção de construir e manter uma instituição de qualidade, inserida nos novos tempos, que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadora de alunos capazes de aprender e conscientes de seus direitos e deveres. Sendo assim devemos contemplar aos docentes formações contínuas para que sejam preparados para lidar com todo processo educacional. Desta forma há uma necessidade de capacitar ainda os docentes para relevar as práticas pedagógicas no contexto de inclusão.

17 - PERIODICIDADE:

O PPP será reavaliado anualmente

18 - EQUIPE DE COLABORAÇÃO

1. Equipe Gestora
2. Professores
3. Apoio
4. Participação dos pais
5. Comunidade escolar
6. E participação da comunidade familiar

19 - REFERÊNCIAS:

- ANTUNES, Celso. Como desenvolver as competências em sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, lei 9293/96.
- Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho (2016).

ASSINATURA DOS COMPONENTES DO CONSELHO ESCOLAR

Cabo, 26 de abril de 2017.